



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA EREM DR. JOAQUIM
CORREIA VICÊNCIA PE

Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior

Asunción – Paraguay

2024

Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO
MÉDIO NA ESCOLA EREM DR. JOAQUIM CORREIA VICÊNCIA-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação – Mestrado em Educação da Universidade Autônoma de Assunção, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador (a): Dra. Daniela Ruíz Díaz.

Asunción – Paraguay

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte

Bibliotecária:

Andrade Júnior, Gilberto Cordeiro de.

Evasão escolar na educação de jovens e adultos do ensino médio na escola Erem
Dr. Joaquim Correia Vicência – PE/Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior.

Asunción (Paraguay). Universidad Autónoma de Asunción, 2024.

Orientador (a): Dra. Daniela Ruíz Díaz

Dissertação (Mestrado) – Universidad Autónoma de Asunción, Maestría
em Ciencias de La Educación. Mestre em Ciências da Educação. 143 p.

Evasão Escolar. 2.Educação de Jovens e Adultos. 3.
Alfabetização de adultos.

Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO
MÉDIO NA ESCOLA EREM DR. JOAQUIM CORREIA VICÊNCIA-PE**

Esta dissertação foi avaliada e aprovada em ____/____/____ para a obtenção do
título de Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção –
UAA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu forças para vencer todas as dificuldades. Aos professores e orientadores do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da UAA, por oportunizarem permanentemente uma nova forma de lidar e contribuir com os processos educacionais para uma sociedade mais justa e igualitária!

AGRADECIMENTOS

Na minha vida, pude ter alguns alicerces que possibilitaram o meu crescimento como como pessoa, como professor e profissional e como homem.

Esses alicerces foram aparecendo em momentos diferentes da minha história e constituindo alguns pontos culminantes de crescimento. Esses alicerces são constituídos por pessoas que são meu porto seguro, em possibilidades de crescimento profissional e em amor... e principalmente por Deus que me faz amá-lo mais, quanto mais procuro trilhar os caminhos da ciência!

Minha família, meu pai Gilberto e minha Mãe Rizete (*in memorian*). A eles, meu eterno amor e gratidão pela educação e incentivo!

Meus irmãos Karine, José Xavier e Maria Betânia. Simplesmente por serem vocês meus irmãos, com todo significado que “irmãos” podem significar!

As pessoas mais importantes da minha vida, Simony Andrade, Ewellyn e Gyovana. Meu amor, minha gratidão!

Aos professores e alunos do Erem Dr. Joaquim Correia, pela colaboração pra que este projeto pudesse se concretizar.

Um agradecimento especial a minha orientadora, Dra. Daniela Ruíz Diaz, pela atenção e disponibilidade.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. As pessoas transformam
o mundo.”

- Paulo Freire

SUMÁRIO

Lista de siglas	x
Lista de gráficos.....	xi
Resumo.....	xii
Abstract	xiii
Resumen.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
1.1 Direito à educação.....	8
1.2 Aspectos legais do acesso a EJA.....	15
1.3 Concepção da Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	16
1.4 A marca da exclusão escolar dos sujeitos da EJA.....	20
1.5 O trabalho na Educação de Jovens e Adultos	22
1.5.1 O trabalho como princípio educativo	24
1.6 Evasão e fracasso escola.....	26
1.7 Conceito de evasão escolar	36
1.8 Principais causas da evasão escolar.....	40
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	44
2.1 O que é a EJA e como funciona.....	51
2.2 Evasão escolar na modalidade EJA.....	52
2.3 O Perfil do aluno da educação de jovens e adultos.....	55

2.4 Fatores determinantes para evasão escolar na modalidade EJA	61
2.5 Consequências da evasão escolar	64
2.6 Estratégias de combate à evasão escolar	67
2.7 A Formação de professores para a EJA.....	71
2.7.1 Docência e formação continuada na Educação de Jovens e Adultos	74
2.8 Políticas públicas para EJA.....	76
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
3.1 Justificativa e apresentação do problema	81
3.2 Desenho metodológico	82
3.3 Objetivos.....	83
3.3.1 Objetivo geral.....	83
3.3.2 Objetivos específicos	83
3.4 Unidade de análises	84
3.5 Processo de seleção dos participantes	86
3.6 Técnicas e instrumentos da coleta de dados	88
3.6.1 Técnicas de análise de dados	89
3.7. Validação dos instrumentos	89
3.8 Aspectos éticos	89
4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	90
4.1 Análise dos resultados do questionário aplicado aos ex-alunos	90
4.1.1 Análise quanto a identificação pessoal (perfil) dos ex-alunos	90
4.1.2 Análise quanto às causas da evasão escolar.....	92
4.1.3 Análise quanto as consequências da evasão escolar.....	94
4.1.4 Análise quanto a motivação para voltar a sala de aula	94
4.1.5 Análise dos resultados do questionário aplicado aos professores	95

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	102
REFERÊNCIAS.....	111
APENDICE	118
1. Carta de apresentação.....	118
2. Termo de consentimento livre e esclarecido	120
3. Questionário aplicado aos ex-alunos.....	121
4. Questionário aplicado aos professores	123
ANEXOS	127

LISTA DE SIGLAS

APOIA	- Programa de Combate à Evasão Escolar
CEB	- Câmara de Educação Básica
CNE	- Conselho Nacional de Educação
DCNs	- Diretrizes Curriculares nacionais
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EDA	- Educação de Adultos
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FNEP	- Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNDEF	- Fundo de Valorização do Ensino Fundamental
IFSC	- Instituto Federal de Santa Catarina
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAP+	- Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais
MEB	- Movimento Eclesiástico Brasileiro
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAPE	- Programa de acolhimento, Permanência e Êxito
PE	- Pernambuco
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNEA	- Serviço Nacional da Educação de Adultos
UNESCO	- Organização das Nações Unidas
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Análise quanto aos fatores que levaram à evasão	92
Gráfico 02 - Análise quanto ao retorno à escola.....	94
Gráfico 03 - Caracterização do perfil dos docentes da EJA.....	96
Gráfico 04 - Principais dificuldades em atuar na EJA	96
Gráfico 05 - Análise quanto à importância da EJA	98
Gráfico 06 - Análise dos alunos em relação ao gênero	99

RESUMO

A investigação buscou analisar a evasão escolar no ensino médio da EJA, na Erem Dr. Joaquim Correia no município de Vicência, Estado de Pernambuco. A pesquisa teve como objetivos específicos: mostrar a realidade (perfil) dos alunos da EJA; investigar as consequências da evasão; verificar os desafios enfrentados pelos professores dessa modalidade de ensino; e conhecer as ações implementadas pela instituição de ensino no sentido de motivar os estudantes a não deixar a escola. Participaram da pesquisa ex-alunos da terceira fase do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos. Também tivemos a participação dos professores desta modalidade. O trabalho justifica-se por trazer inquietações e suscitar indagações que possam revelar os motivos pelos quais ocorre este fenômeno que sempre esteve presente na história da educação brasileira. A problemática do estudo volta à inquietação da seguinte questão: que fatores concorrem para as possíveis causas de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos na Erem Dr. Joaquim Correia, no município de Vicência, Estado de Pernambuco? A lente teórico-metodológica para o desenvolvimento do estudo foi uma pesquisa bibliográfica que serviu de base para fundamentar o trabalho. Adotamos também a pesquisa não experimental, do tipo descritivo e enfoque misto, pois combinou abordagens quantitativas e qualitativas numa mesma investigação. Concluímos que as causas da evasão são variadas e estão relacionadas a fatores socioculturais, dificuldades financeiras, falta de interesse e apoio familiar, dificuldade de acesso à escola dentre outros. Diante dos resultados, percebemos a necessidade da formulação de estratégias para suprimir a evasão escolar nas turmas da EJA, sendo preciso para isso haver uma transformação social com engajamento de governo, escola e família com a finalidade não só apenas de escolarizar, mas possibilitar a esses alunos, o exercício pleno da cidadania.

Palavras chave: Educação. Evasão escolar. Educação de jovens e adultos.

ABSTRACT

The research aimed to analyze school dropout in high school EJA (Youth and Adult Education) at Erem Dr Joaquim Correia in the municipality of Vicência, State of Pernambuco. The research had the following specific objectives: to show the reality (profile) of EJA students; to investigate the consequences of dropout to verify the challenges faced by teachers in this type of education; and to learn about the actions implemented by the educational institution to motivate students not to leave school. The research involved former students of the third phase of high school EJA. We also had the participation of teachers in this modality. The work is justified by bringing concerns and raising questions that may reveal the reasons why the phenomenon has always been present in the history of Brazilian education. The study's problem revolves around the concern with the following question: what factors contribute to the possible causes of school dropout in Youth and Adult Education at Erem Dr Joaquim Correia in the municipality of Vicência, State of Pernambuco? The theoretical-methodological lens for the development of the study was a bibliographical research that served as the basis for substantiating the work. We also adopted non-experimental research, of the descriptive type and mixed approach, as it combined quantitative and qualitative approaches in the same investigation. We conclude that the causes of dropout are varied and are related to sociocultural factors, financial difficulties, lack of interest and family support difficulty in accessing school, among others. In light of the results, we perceive the need for the formulation of strategies to reduce school dropout in EJA classes, with the aim of social transformation involving government, school, and family engagement not only to educate but also to enable these students to exercise full citizenship.

Keywords: Education. School dropout. Youth and Adult Education.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar la deserción escolar en nivel médio de la Educación de Adultos (EJA) en la Erem Dr. Joaquim Correia em el município de Vicência, Estado de Pernambuco. Los objetivos específicos de la investigación fueron: mostrar la realidad (perfil) de los alumnos de EJA; investigar las consecuencias de la deserción; verificar los desafíos enfrentados por los profesores de esta modalidad de enseñanza; y conocer las acciones implementadas por la institución educativa para motivar a los estudiantes a no abandonar la escuela. Participaron en la investigación exalumnos de la tercera fase del Bachillerato de la Educación de Jóvenes y Adultos. También contamos con la participación de los profesores de esta modalidad. El trabajo se justifica al plantear inquietudes y suscitar preguntas que puedan revelar los motivos por los cuales ocurre este fenómeno que siempre ha estado presente en la historia de la educación brasileña. La problemática del estudio gira en torno a la pregunta: qué factores contribuyen a las posibles causas de la deserción escolar en la Educación de Jóvenes y Adultos en la Erem Dr. Joaquim Correia, em el município de Vicência, Estado de Pernambuco? El enfoque teórico-metodológico para el desarrollo del estudio fue una investigación bibliográfica que sirvió de base para fundamentar el trabajo. También adoptamos una investigación no experimental, de tipo descriptivo y con enfoque mixto, ya que combinó enfoques cuantitativos y cualitativos en una misma investigación. Concluimos que las causas de la deserción son variadas y están relacionadas con factores socioculturales, dificultades financieras, falta de interés y apoyo familiar, y dificultad para acceder a la escuela, entre otros. Frente a los resultados, percibimos la necesidad de formular estrategias para suprimir la deserción escolar en las clases de EJA, para lo cual debe haber una transformación social con la participación del gobierno, la escuela y la familia, no solo para escolarizar, sino también para permitir que estos alumnos ejerzan plenamente la ciudadanía.

Palabras clave: Educación. Deserción escolar. Educación de Jóvenes y Adultos.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil enfrenta diversos problemas, entre eles, um dos mais questionados e pesquisados é a evasão escolar. Ela ocorre quando por razões diversas, o aluno precisa deixar a escola, seja em face de fatores internos ou externos, o fato é que a evasão é um problema social crescente que compromete diretamente a educação no país.

Partindo dessa premissa, esta pesquisa faz parte do processo de investigação do Mestrado em Educação do Programa Maestría em Ciências de La Educación, oferecido pela Universidad Autónoma de Asunción intitulada “Evasão Escolar de Jovens e Adultos no Ensino Médio da escola Erem Dr. Joaquim Correia Vicência PE”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases-LDB 9.394/96, o artigo 37 afirma que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que: [...] não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996).

Na referida Lei, no mesmo artigo também fica definido que: “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. (Brasil, 1996). Portanto, além de ser uma política educacional, a EJA é também uma política social. Ela dará condições para que os alunos melhorem seu trabalho, aprimorem a sua condição de vida e com isso sejam respeitados na sociedade.

Conforme menciona Freire:

a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (Freire, 1989, p.05).

No contexto das palavras de Freire e observando a Declaração dos Direitos Humanos se conjectura sobre a importância da educação para os sujeitos que ficaram à sua margem. Os artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988, apresentam o direito

do cidadão brasileiro à educação de qualidade e obedecendo as suas especificidades, estas podem estar relacionadas a idade, convicções ou a situação social, e de forma gratuita.

Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. [...] assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) [...].

A Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso à escola e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais dentro, ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Por ser um problema social crescente e complexo, que compromete diretamente o desenvolvimento da educação no país, este tema apresenta-se relevante nas discussões existentes acerca da evasão escolar, sobretudo na modalidade da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Muitos profissionais da educação dedicam suas pesquisas com o principal objetivo de conhecer as causas que levam os alunos a evadir da sala de aula. Estudos destacam que, os aspectos sociais são considerados determinantes para o processo de evasão e abandono escolar.

De acordo com Maitê e Arraes (2015), “abandonar é deixar de estudar por um determinado período e retornar aos estudos, evadir é deixar os estudos não retornando nos anos seguintes.”

Outra pesquisa realizada sobre a temática de evasão escolar foi feita por Krawczyk (2018), essa pesquisa relata que “são diversas as causas que conduzem o estudante a desistir de seus estudos. Dentre eles, destacam-se fatores internos, associados ao desenvolvimento psíquico do aluno, bem como fatores externos de natureza socioeconômica.” Muitas vezes, jovens são obrigados a optar por trabalhar em lugar de

estudar, devido à necessidade de contribuir para o sustento da família, especialmente no campo.

Salmazo e Nardoque (2012), com um olhar mais crítico sobre a evasão escolar, vão além das causas habituais que rondam o problema. Eles dizem que a democracia está longe de se efetivar e que, na prática, constata-se que o fracasso escolar é consequência de outros fracassos, como desemprego, subemprego, o sistema escolar, o currículo e suas incoerências com a realidade entre outros. Os mesmos acreditam que muito mais que procurar a quem atribuir à culpa, é preciso compreender que existem fatores externos determinantes na tomada de decisão dos discentes em abandonar a escola. As condições sociais, culturais, econômicas e históricas, conforme focado durante a elaboração do estudo.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), de 100 alunos que ingressam na escola no ensino médio da EJA, vinte (20), não concluem. Nessa mesma pesquisa, as causas da evasão escolar são variadas. Entre elas estão as condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didático-pedagógicos e a baixa qualidade do ensino nas escolas. Essa mesma pesquisa ainda aponta outros fatores como a escola distante, falta de transporte escolar, falta de interesse e dificuldade de aprendizagem (IBGE, 2017).

Esses resultados de pesquisas associados às vivências surgida na experiência que tive como professor substituto em salas de EJA no decorrer do curso de graduação, me fizeram compreender na realidade vivida, um universo disforme do que antes imaginava, alunos com diferentes idades e com as mais diversas experiências e motivos de estarem ali.

A EJA então tem sido uma inquietação e despertou interesse de aprofundá-lo como tema de pesquisa no curso de Mestrado em Educação, nos instigando a querer compreender as causas da evasão na escola Erem Dr. Joaquim Correia, que fica localizada no município de Vicência, estado de Pernambuco.

O intuito foi analisar tais causas, considerando a história de vida de dez ex-alunos estudantes de EJA, a partir de um levantamento de seu perfil sociodemográfico.

O estudo possibilitou a construção de conhecimento sobre a temática no sentido de repensar uma sociedade e uma escola que viabilizem a conclusão dos estudos dos nossos jovens e adolescentes. Entendemos que a preocupação com a evasão é muito pertinente, pois toda vez que um aluno desiste de estudar, independente de qual seja o motivo, perde-se a oportunidade de interagir com outras pessoas e outros ambientes, dificultando as relações interpessoais.

O Brasil apesar das garantias tão bem delimitadas na lei e dos direitos garantidos pela Constituição, enfrenta um grande desafio: a evasão escolar, tida como um problema que se perpetua na educação brasileira, que por sua vez, acaba sendo um empecilho para o sucesso de muitos estudantes.

Diante desse cenário, a Educação de Jovens e Adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito, em que pese o processo educativo pela compreensão e pelo respeito ao diferente e à diversidade. Ter o direito a ser igual, quando a diferença os inferioriza, e o de ser diferente quando a igualdade descaracteriza os princípios que regem a educação de adultos.

Tendo em vista a importância do papel da educação, é necessário voltar-se para uma formação na qual os educandos trabalhadores possam aprender, refletir de maneira crítica, agir responsabilmente, participar do trabalho e da vida coletiva, enfrentar problemas e construir soluções para evitar que ocorra as evasões. Nesse contexto, a proposta deste trabalho de pesquisa foi contribuir com a interpretação e compreensão dos fatores que levam à evasão, buscando através do conhecimento dessa realidade alternativas que possam minimizar os percentuais que levam o aluno a desistência.

Esta premissa é validada pelo problema, objetivos e justificativa a seguir apresentados.

Diante da realidade do problema sobre evasão na Educação de Jovens e Adultos da escola que se detêm como objeto de estudo, observa-se que há a necessidade de uma investigação que considere as causas e consequências do abandono nesta modalidade de ensino.

Considerando a contextualização apresentada, esta pesquisa desenvolveu-se através da seguinte questão problema, indagando: que fatores concorrem para as possíveis causas de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos na Erem Dr.

Joaquim Correia, no município de Vicência? A evasão escolar na EJA é motivo de muitas discussões no âmbito educacional que precisa de uma atenção especial, de políticas educacionais duradouras e de maior interesse por parte das administrações públicas e educacionais, para que se possa combater este mal, que tem crescido cada vez mais, de modo precípua nas escolas públicas. Após a formulação do problema, propomos como objetivo geral: analisar a evasão escolar na terceira fase do ensino médio na EJA da Erem Dr. Joaquim Correia no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

Enquanto que como objetivos específicos, foi definido:

- 1) fazer um levantamento sociodemográfico (perfil) dos ex-alunos da EJA;
- 2) identificar as causas da evasão escolar;
- 3) investigar as consequências da evasão;
- 4) verificar os desafios enfrentados pelos professores dessa modalidade de ensino; e
- 5) conhecer as ações implementadas pela escola no sentido de motivar os estudantes a não deixar a escola.

Assim sendo, para direcionamento dos objetivos acima descritos foi realizada uma investigação não experimental, descritiva com enfoque misto. Foi aplicado questionários para professores e alunos da turma da terceira etapa da EJA médio da escola Erem Dr. Joaquim Correia, os quais fizeram parte de uma amostra não probabilística.

Os resultados demonstraram que os desejos e aspirações dos indivíduos, podem permitir-lhes construir novas perspectivas de inserção e de participação na vida social, desde que para isso a escola apresente condições motivadoras, garantindo a eles a possibilidade de concluir seus estudos.

Para apresentar o trabalho realizado, esta pesquisa se estrutura em cinco capítulos principais, que, por sua vez, desdobram-se em tópicos e subtópicos específicos.

Os Capítulos 1 e 2 apresentam a fundamentação teórica do trabalho, isto é, um conjunto de pesquisas bibliográficas para embasar e fornecer suporte de referência para o estudo. Destacaram-se o resultado da revisão de literatura das obras relevantes à execução da pesquisa, a saber, o contexto histórico, o conceito e as principais causas da evasão escolar num panorama geral.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada no trabalho, (participantes, instrumentos da pesquisa, critérios e análises de dados) para responder o problema da pesquisa e caracterização do estudo em termos de contextualização, descrição e caracterização.

O Capítulo 4, são apresentados os resultados obtidos através do estudo desenvolvido, com base nos dados coletados nos questionários, estabelecendo uma relação com os objetivos da investigação.

Por fim, encerramos nosso trabalho, com o Capítulo 5, contendo as conclusões e recomendações, onde se coloca resumidamente a ideia central do trabalho de pesquisa e seus pormenores apresentados no desenvolvimento, bem como a abordagem sobre as contribuições e aberturas de caminhos para novas propostas e trabalhos futuros.

CAPITULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Propomos com esta dissertação discutir a problemática da evasão escolar no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Considerando que nosso trabalho busca verificar as causas da evasão escolar desta modalidade de ensino direcionada para um público bem específico, carregada de complexidades, o estudo teórico dessa pesquisa será caracterizar essa área da nossa educação, apresentando uma breve visão panorâmica da mesma, e, também as suas especificidades de seus principais atores, alunos e professores.

A princípio, faremos um breve relato sobre o direito à educação. O direito à educação é um dos mais relevantes direitos sociais, reconhecido em uma série de convenções internacionais, de modo precípua, na nossa Constituição, que lhe confere o status de direito público subjetivo, impondo à administração pública o encargo de assegurar, com políticas públicas efetivas, o amplo acesso aos estabelecimentos de ensino.

A seguir, apresentaremos o contexto histórico, o conceito e as principais causas da evasão escolar, um problema social crescente e complexo que compromete o desenvolvimento da educação no país.

Quando nos dispusemos o desafio de escrever sobre este tema, logo percebemos algumas questões teóricas relevantes sobre a questão da modalidade da EJA, isso engloba conhecer o direito à educação dentro dos parâmetros legais, perfil do aluno, os fatores e consequências, bem como as estratégias de combate à evasão e quem são os educadores deste universo tão particular.

Pensando nisso, esse aporte teórico servirá de base conceitual para melhor entender o caminho percorrido pela EJA, a qual, no contexto brasileiro, parece ainda estar marcada por incertezas, apresentando-se como um dos desafios a ser enfrentado por aqueles que se dedicam a essa área de estudo.

1.1 Direito à educação

A educação é um direito de todos, com abrangência universal. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu art. 26º, a educação primária é obrigatoriamente gratuita para todos, independente da idade, a pessoa pode ter acesso à educação e à alfabetização.

O Direito a educação é parte de um conjunto de direitos sociais, que tem como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas.

No Brasil esse direito foi reconhecido com a Constituição Federal de 1988. Antes da promulgação o Estado não tinha essa obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros, sendo o ensino público tratado como uma assistência, ou amparo dado aqueles que não pudessem pagar. Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana.

No que se refere à educação da Constituição Federal de 1988, o direito referido é fundamental para todos os cidadãos. A CF determina que o direito à educação não é somente a garantia do acesso e a permanência no ensino básico, mas também, a garantia de um padrão de qualidade para todos.

Conforme a Constituição de 1988, a educação é um direito previsto no art. 205, com a seguinte dimensão: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas ter direito a um ensino de qualidade, não significa que todos tenham acesso. Fatores como, desigualdade social e atraso no ensino, podem levar o aluno a evadir da escola.

Segundo Oliveira (2009, p. 69), “a escola faz parte da vida de cada criança, cada jovem, de cada família, sendo representante da educação”. A escola tem que ser capaz de prevenir situações de exclusão e de segregação de todos os alunos, principalmente dos que são provenientes de meios sociais problemáticos e que na maioria dos casos,

manifestam desinteresse, mau comportamento, agressividade e dos quais vai resultar no seu insucesso escolar.

Para Rocha (2008), a instituição de ensino é o local destinado a aprendizagem, onde professor e aluno, interagem e reforçam laços pessoais. E este relacionamento afeta diretamente o fator motivacional de ambos, contribuindo ou não para a aprendizagem.

Machado (2013), considera a família como a instituição que mais influencia o desenvolvimento e desempenho escolar do educando.

Gadotti (2013), acredita ser a educação o único caminho para a melhoria e oportunidade da população. Pois, segundo ele, a educação é o fator decisivo para reduzir a pobreza e a miséria, tendo em vista que há evidências estatísticas de que a educação abre horizontes, aumenta a produtividade, desenvolve a criatividade, melhora o salário, orienta a pessoa a cuidar da saúde, enfim, a educação é a chave para uma vida digna.

Para garantir uma boa educação é preciso que ocorra uma interação entre aluno, escola, educador, seus responsáveis e a sociedade. Para que isso ocorra, é que hoje existem no Brasil leis que amparam a permanência do aluno em sala de aula, dando-lhes o direito ao conhecimento.

Além da Constituição Federal de 1988, temos ainda duas Leis que regulamentam e complementam o direito à educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96). Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública do ensino básico a todos os brasileiros, criança, jovem ou adulto. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu art. 2º ressalta:

a educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício de cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Ela é a principal lei que referenda e norteia a prática educativa no país. Versa sobre a regularização da educação escolar, tanto pública quanto privada, incluindo os níveis escolares de Educação Básica e Educação Superior. Na LDB também visualizamos as modalidades de ensino que abrangem a Educação Profissional e Psicológica, Educação

Bilingue de Surdos, Educação do Campo, Educação à Distância, Educação de Jovens e Adultos, e Educação Escolar Indígena.

A educação qualifica o cidadão para o trabalho e facilita sua participação na sociedade, todos os cidadãos tem direito à educação. Com ela o brasileiro pode vislumbrar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho. Quem não tem acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, e isso prejudica sua inclusão na sociedade.

Analisando especificamente o direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988, observar-se que o art. 6º da Carta Magna consagra a educação como direito social ao dispor: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência, aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A educação, enquanto direito fundamental, e a escola como espaço de proteção social, devem juntos compreender características que vão além da instrução de conteúdos didáticos sem descartar a sua importância. Quando há o reconhecimento da educação enquanto herança cultural, o indivíduo tornar-se capaz de deter padrões formativos e cognitivos que possibilitam maior participação social.

De acordo com a Ementa Constitucional, (2009, nº 59): “educação básica é obrigatória e gratuita à jovens de 4 a 17 anos de idade. E para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Foram criados programas que auxiliam no processo e controle da educação, como pilares a fim de garantir educação a todos indistintamente. Dentre eles estar o censo escolar, bolsa família, APOIA, PAPE, e muitos outros.

O censo escolar que é realizado criteriosamente a cada ano, sendo responsável pelo controle estatístico de âmbito nacional em relação a educação, auxiliando no controle da evasão escolar, atua juntamente com o INEP que verifica o rendimento do aluno, registro de matrículas, infraestrutura da instituição dentre outros aspectos. O censo escolar contribui muito para a educação, pois através do seu trabalho pode-se identificar irregularidades que possam vir a ocorrer, necessidades da escola, realização de projetos e etc.

O Programa APOIA foi criado com o objetivo de combater à evasão escolar. Este projeto visa garantir a permanência de jovens em todas as etapas da educação, seja da rede pública ou privada.

O Programa PAPE, atua em conjunto com o Ministério da Saúde e do desenvolvimento social e combate à fome, tendo como meta de ação a mobilização da instituição escolar, identificação e localização destes jovens e seus familiares, averiguação das causas da evasão escolar, apoio e acompanhamento do retorno destes a sala de aula.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2004, com a unificação de outros programas já existentes, tendo como objetivo erradicar a pobreza e manter crianças e jovens carentes em sala de aula.

Os programas tem em comum, o objetivo de levar crianças de 4 a 17 anos de volta à escola. Previstos conforme a Lei de Diretrizes e Bases a obrigatoriedade de ensino e permanência desses jovens em sala de aula.

Em julho de 1990, foi promulgada a Lei 8.069 conhecida como ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma lei de suma importância, que defende os direitos de crianças e adolescentes até os 18 anos. Ela estabelece que crianças e adolescentes tenham absoluta prioridade na efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Também em seus artigos do 112 ao 123, prevê penalidades, mesmo que diferenciadas, assegura a criança/adolescente uma correção, no que trate de um ato infracional. Deste modo se compreende a escola como um lugar de formação de conhecimento para a vida cidadã, com todos os seus direitos e deveres expressos nas leis e códigos vigentes.

No art. 53 da Lei 8.069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o direito à educação. A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único.

É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico bem como participar da definição das propostas educacionais (Brasil, 1990).

No art. 54 é estabelecido o dever do estado à educação. É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente:

I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII- atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1990).

A educação garante à criança e ao adolescente o senso de participação, e fornece o conhecimento necessário para contribuir com a comunidade que está inserido.

Como afirma Dowbor (2009), a escola desenvolve nos cidadãos habilidades que os permitem serem instrumentos de mudança social, com conhecimento crítico, cultural, político ou econômico, para que tenham iniciativa e que administrem e solucionem os problemas comuns no seu meio. Por esta razão, à educação deve oferecer às crianças e jovens as ferramentas para transformarem a sua região, para que, compreendendo as

deficiências de sua comunidade, atuem e resolvam quaisquer problema, Na mesma obra, Dowbor reafirma a importância da educação escolar desde cedo, pois segundo ele, potencializa a aprendizagem já adquirida pela sua vivência, permitindo assim buscar melhores condições de vida para o seu meio.

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, os problemas se apresentam de modo diferente entre as regiões. Por este motivo são tão importantes as legislações que dispõe sobre a educação em plano estadual e municipal. Essa descentralização permite que a base curricular seja usada de forma a beneficiar de modo mais específico o aluno e consequentemente sua comunidade.

Segundo Apple (2017), o sistema educacional é organizado de forma a combater essas desigualdades, não apenas econômicas, mas sociais. De acordo com o seu entendimento, a educação possui também um papel importante no desenvolvimento psíquico e na formação da identidade do indivíduo. O ambiente escolar desenvolve, desde cedo, a capacidade de interação das crianças e jovens, bem como qualidades como solidariedade, cuidado e respeito, para lidarem com pessoas diferentes e autoridades.

Neste contexto, o desenvolvimento escolar se destaca, pois sua falta coloca em risco as capacidades de convívio social e de enfrentamento ou resolução de problemas. A educação desenvolve a identidade do indivíduo. A depender de como é a sua experiência escolar, sua personalidade pode se desenvolver de modo positivo ou negativo, não apenas para si, mas para o meio em que vive (Apple, 2017).

Muito se fala que uma educação de qualidade é o segredo para o desenvolvimento de um país, seja no aspecto econômico, político, social, por esta razão, para que ocorra, é preciso investir no indivíduo, em sua educação, desde a infância, uma vez que esta incide de forma positiva na sociedade como um todo.

A educação possibilita o pleno desenvolvimento da personalidade humana e é um requisito indispensável à construção da cidadania. É através dela que o indivíduo compreende o alcance de suas liberdades, a forma do exercício de seus direitos e a importância de seus deveres, permitindo a sua integração em uma democracia efetivamente participativa. A educação é o passaporte necessário para à evolução de qualquer estado de direito, pois a qualificação para o trabalho e a capacidade crítica do sujeito é fundamental.

Em seu art. 26, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, dispõe que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 2015).

Piaget afirma que:

a educação não é uma simples contribuição, que se viria acrescentar aos resultados de um desenvolvimento individual espontâneo ou efetuado com o auxílio apenas da família: do nascimento até o fim da adolescência a educação é uma só, e constitui um dos fatores fundamentais necessários a formação intelectual e moral, de tal forma que a escola fica com boa parte da responsabilidade no que diz respeito ao sucesso final ou ao fracasso do indivíduo, na realização de suas próprias possibilidades e em sua adaptação à sua vida social (Piaget, 1991, p. 35).

Sempre evoluindo enquanto texto normativo de uma soberania, a Constituição resguarda princípios para que as pessoas tenham proteção e o mínimo necessário para viver com dignidade, e logo tratou de reconhecer a educação como um direito social expressamente previsto.

Portanto, cabe ao Estado como uma de suas atribuições promover o acesso à educação aos seus cidadãos, como forma de garantir a dignidade humana do seu povo, pois somente através da educação como ferramenta de conhecimento, buscando constantemente integração, podemos fazer com que as crianças desde os seus primeiros anos de vida cresçam adquirindo saberes para se tornarem socialmente preparadas para os desafios do futuro.

Assim sendo, considerando a relevância da educação, é que a Constituição Federal determina em seu artigo 208, inciso I, ser dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, essa modalidade de educação é destinada àqueles que não tiveram a oportunidade de acesso ou continuidade

de seus estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A educação de jovens e adultos inclui essas pessoas, que por algum motivo, não puderam completar seus estudos na “idade certa”¹. Ao ter esta oportunidade, aumenta para estas pessoas, a chance de conseguir emprego, elevar sua autoestima e sua capacidade de reflexão e autocrítica.

1.2 Aspectos legais do acesso a EJA

A educação é direito público assegurado a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e família em favor do adolescente, mas, muitos desses jovens menor de 18 anos, não conseguem ingressar em alguma etapa do ensino, e quando assim o fazem correm enorme risco de perderem esta oportunidade de acesso por motivos de ordem social e de carência pessoal e econômica, de trabalho, podendo até a vir abandonar os estudos.

Conforme estabelece a constituição federal de 1988, no seu art. 205. A educação é:

art. 205 – a educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Corroborando-se a esta norma, a referida Constituição, preleciona em seu art. 277, que:

art. 227 – a família, a sociedade e o Estado assegurem à criança, ao adolescente, ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, (...)

De acordo com as preocupações do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a evasão escolar na EJA, é motivo de muitas discussões no âmbito da educação nacional quanto a aplicação da legislação constitucional vigente que precisa de uma maior atenção do poder público em especial os relacionados às redes públicas de ensino de verificar

¹ Nesta pesquisa, entendemos que não existe “idade certa” para estudar e aprender. A educação é um processo contínuo que independe da idade, podendo acontecer em qualquer fase da vida. Portanto, a EJA é um programa nacional de inclusão de pessoas que não tiveram acesso à educação em tempo oportuno por assim dizer.

formas de proteção do aluno em fase de abandono no processo ensino-aprendizagem, respeitando os princípios e regras constitucionais.

Conforme o MEC, a questão da vigência da legislação que deveria proteger o aluno em processo de abandono, não se trata de um problema isolado de algumas escolas, mas, de ordem nacional que vem crescendo cada vez mais, principalmente, nas escolas públicas cujos alunos são de baixa renda.

O maior índice de evasão escolar está relacionado às questões dos que precisam trabalhar para ajudar na renda familiar, pois o educando não tem a escola como algo principal para ele, e sim a atração pelo apelo dos interesses do mercado na promessa de trabalho na forma de emprego, muitas vezes, este em regime precário. Isto é o centro do problema quanto à evasão da EJA.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional-LDB 9394/96 reforça no seu art. 2º que, educação é dever da família e do estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A lei da educação nacional complementa ainda que a escola junto com a família tem por obrigação garantir o direito, sua permanência e seu pleno sucesso profissional. Contudo, pouco acontece do que estabelece a lei, ou seja, na prática isso não acontece, pois muitos alunos estão fora da rede de ensino, e os que estão inclusos desistem por vários fatores, contribuindo para uma alarmante estatística da evasão, principalmente na modalidade EJA.

1.3 Concepção da Educação de Jovens e Adultos – EJA

A educação de jovens e adultos é uma modalidade específica da educação básica que se propõe a atender um público ao qual foi negado à educação durante a infância e adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

O conceito de EJA muitas vezes confunde-se com ensino noturno. Trata-se de uma associação equivocada considerando que não se define pelo turno que é oferecida, mas muito mais pelas características e especificidades dos sujeitos aos quais ela se destina.

Várias iniciativas de educação de adultos em escolas ou outros espaços tem demonstrado a necessidade de ofertar essa modalidade para além do noturno de forma a permitir a inclusão daqueles que só podem estudar durante o dia. Para que se considere a EJA enquanto uma modalidade educativa inscrita no campo do direito, faz-se necessário superar uma concepção dita compensatória cujos principais fundamentos são a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado e a ideia que o tempo apropriado para o aprendizado é a infância e a adolescência. Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla das dimensões tempo/espço de aprendizagem, na qual educadores e educandos estabeleçam uma relação mais dinâmica com o entorno social e com as suas questões, considerando que a juventude e a vida adulta são também tempos de aprendizagens. Como diria Leonardo Boff (1997), a educação é um processo permanente, pois o homem é um ser inacabado, em construção, portanto não existe a idade certa ou o tempo certo.

Os artigos, 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fundamentam essa concepção enfatizando a educação como direito que se afirma independente do limite de idade. Senão vejamos:

art 1º - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º - a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para que possamos estabelecer com clareza a parcela da população a ser entendida pela modalidade EJA, é fundamental refletir sobre o seu público, suas características e especificidades. Tal reflexão dos artigos servirá de base para a elaboração de processos pedagógicos específicos para esse público.

E por se tratar em especial à EJA como modalidade, porém, foi criado artigos dentro da legislação e, reconhecida como direito garantido e obrigatório, especialmente para jovens e adultos, que não se encontravam inclusos na rede de ensino, que por algum problema não estudaram ou foram interrompido seus estudos na infância ou adolescência

na idade dita apropriada. Isso fez com que a EJA ganhasse maior visibilidade de acesso dos aspectos legais nas etapas do ensino fundamental e médio, assim como, de dar continuidade em outros cursos e programas de educação.

A educação atualmente é o ponto chave para o exercício da cidadania como condição plena da participação na sociedade, assim como, uma grande aliada contra a desigualdade e a exclusão social para a vida dos sujeitos que pretendem ter uma formação e ingressar no mercado de trabalho, além de ser uma forma de busca pelo conhecimento e diversidades, como também, o respeito às diferenças culturais, entre outros, uma vez que, os mesmos são construtores de conhecimentos e aprendizagens.

A educação de jovens e adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas sobretudo de especificidade cultural, ou seja, embora defina-se um recorte cronológico, os jovens e adultos aos quais dirigem-se as ações educativas deste campo educacional, não são quaisquer jovens e adultos, mas uma determinada parcela da população.

O público da educação de jovens e adultos, homens e mulheres, trabalhadores/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São esses sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.

Segundo Oliveira (2009), vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar.

Muitos dos que procuram a educação de jovens e adultos, nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que retornaram à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem.

Considerar a heterogeneidade desse público, quais seus interesses, suas identidades, suas preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, suas habilidades, enfim, suas vivências se tornam de suma importância para a construção de uma proposta pedagógica que considere suas especificidades.

Num retorno até finais dos anos 50, no Brasil, a alfabetização de adultos não dispunha de um referencial teórico próprio, sendo nesta concepção, utilizados, os mesmos procedimentos e recursos metodológicos com as crianças e não com jovens e adultos.

Na visão de Moura (2001, p.26), neste quadro histórico que forma a concepção da EJA:

as iniciativas e ações que ocorrem neste período passam a margem das reflexões e decisões a cerca de um referencial teórico para a área [...] essas hipóteses podem ser confirmadas através do comportamento de alguns educadores que durante muito tempo reagiram a ideia de mudar a forma de ensino para criança adaptando-os através de recursos didáticos a jovens e adultos.

Nesta visão da autora, foi muito difícil para os educadores, na época, que trabalhavam com jovens e adultos, seguirem a linha metodológica orientadora, pois tudo o que foi produzido na época foi recolhido pelo período no regime da Ditadura Militar.

Diante do quadro de amarras ideológica, educacional e cultural, imposto pelo Regime Militar no Brasil, aumentou o grau de desigualdade social em todas as regiões do país. Para amenizar a situação começaram a ser criadas escolas técnicas que preparavam para a mão-de-obra barata, sem preocupação com a formação intelectual em outras áreas do conhecimento.

Mediante este quadro de dificuldades no processo da evolução da escola pública brasileira, gerou ao longo de sua história sérios problemas no desempenho do aluno, atrasando todo o processo escolar e dificultando sua progressão, provocando uma distorção de série, e excluindo mais o jovem que se sentiu incapaz de aprender ou dominar os conteúdos estabelecidos pelas escolas públicas brasileiras.

Surge neste cenário, a necessidade da escola assumir seu verdadeiro papel na formação integral do indivíduo, trabalhando uma proposta curricular voltada para as necessidades de seus educandos, com conteúdos de relevância suprimindo as dificuldades

de todos os que estão inseridos no processo de aprender, nesse sentido a escola aos poucos vem tentando mudar este quadro de atraso político educacional.

1.4 A marca da exclusão escolar dos sujeitos da EJA

Os adultos analfabetos tem uma experiência que os ajuda a ver e organizar o mundo e a si mesmo no mundo – visão eivada ao mesmo tempo de sonhos, fantasias, expectativas, realizações e muitas limitações: dores, frustrações que afetam a sua autoestima e sua inserção na sociedade, onde são excluídos política, social e economicamente, marcados frequentemente por uma história de fracasso escolar, diz Cormelato (1998, p.13).

A exclusão escolar é mais uma das características significativas dos sujeitos da educação de adultos. Uma parte significativa dos alunos da EJA – os adultos – é oriunda de populações camponesas. Eles são na maioria das vezes os migrantes que chegam às grandes cidades procedentes de áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar. Boa parte deles é analfabeta com uma passagem curta e não sistemática pela escola. São aqueles que depois de uma experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, acabam trabalhando em serviços urbanos não qualificados, buscando a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino na modalidade EJA (Oliveira, 2009).

Já os jovens, são pessoas que foram incorporadas a EJA recentemente, porém, como os adultos, também são excluídos da escola. Todavia, eles são agrupados em fases mais adiantadas de escolaridade, demonstrando maiores chances de concluírem o ensino fundamental e médio, mesmo diante dos altos índices de abandono escolar apresentado pelo público da educação de jovens e adultos.

Contudo, sabe-se que os alunos abandonam a escola por diversos motivos:

Deixam a escola para trabalhar, deixam a escola por condições de acesso ou de segurança precárias; deixam a escola porque os horários e as exigências são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir. Deixam a escola porque não há vaga, não tem professor, não tem material. Deixam a escola, sobretudo, porque consideram que a formação escolar não seja assim tão relevante que

justifique enfrentar essa gama de obstáculos à sua permanência ali, diz Fonseca (2007, p.33).

Além disso, o descrédito na instituição escolar que deveria ter lhes ensinado aquilo que eles não aprenderam, a mágoa por apresentarem um desempenho escolar abaixo do esperado pelos educadores e, somado a isso, a ineficácia entediante das estratégias de ensino desenvolvidas enquanto eles ali permaneceram, podem ser as circunstâncias que desencadearam o processo de desistência.

De acordo com Alvares (2010), essa situação é decorrente talvez da sua primeira passagem pela escola onde o fracasso escolar engendra uma espécie de teia, na qual o aluno se enreda e de onde custa sair. Na maioria dos casos, a teia torna-se tão emaranhada que não oferece saída e o desfecho dessa situação, tão comum na realidade brasileira, é o abandono da escola, esses jovens e adultos ficam extremamente suscetíveis a enredarem-se novamente, a vivenciar outro fracasso escolar.

Assim, a baixa autoestima e a autoimagem fragilizada são características reveladas pelos sujeitos da EJA devido às frustrantes experiências que eles tiveram quando passaram pela escola regular. Experiências marcadas pela insegurança, pela desvalorização pessoal, pelo fracasso e pela exclusão. Entretanto, sabe-se que toda relação com o saber é também relação consigo próprio: através do “aprender”, qualquer que seja a figura sob qual se apresente, sempre está em jogo a construção de si mesmo e seu eco reflexivo, a imagem de si [...] sabe-se que o sucesso escolar produz um potente efeito de segurança e de reforço narcísico, enquanto que o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo (Charlot, 2000, p. 72).

Não obstante, eles acabarão culpando a si mesmos como os únicos responsáveis pelo fracasso e desistência da escola. Agem dessa forma por carregarem a marca da ideologia do sistema escolar que retira de si toda e qualquer responsabilidades no que se refere aos maus desempenhos dos alunos, atribuindo exclusivamente a estes, a culpa pelo baixo rendimento. Entretanto, sabemos que se ativarmos as nossas memórias e procurarmos lembranças do tempo da escola, perceberemos que os professores imprimiram maiores recordações em nosso cérebro que os próprios conteúdos estudados.

Lembramos dos educadores como aqueles que nos auxiliaram a tomar as importantes decisões, aqueles que nos ajudaram nas escolhas profissionais, aqueles com quem nada

aprendemos, ou até mesmo, aqueles que se quer gostaríamos de encontrar na rua. Essas lembranças nos ajudam a compreender o papel determinante que os professores possuem no que diz respeito ao sucesso ou fracasso escolar de seus alunos.

Desta forma, o bom acolhimento e a valorização do aluno pelo professor de Educação de Jovens e Adultos, podem garantir a abertura de um canal de aprendizagem com maiores possibilidades de êxito. O reconhecimento da existência de uma sabedoria do sujeito, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural e de suas habilidades profissionais certamente contribuirá para que ele resgate uma autoimagem positiva, fortalecendo desta maneira a sua autoconfiança (Alvares, 2010).

Em síntese, sabe-se que as classes de EJA são bastante diversificadas, sendo comum o fato de todos terem mais de 14 anos, trabalharem em atividades não qualificadas e trazerem histórias de fracasso escolar. Portanto, conhecê-los bem, é importante para se obter melhores resultados e êxito no processo de ensino e aprendizagem. Uma vez reconhecida às especificidades desse público e partindo de sua realidade, o educador poderá conduzir melhor o processo de aprendizagem das diversas disciplinas. Sabemos que boa parte dos alunos da EJA é formada por estudantes que trabalham no mercado formal ou informal. Levando em consideração que esse fato constitui-se em mais umas das características marcantes desse público, discutiremos a seguir sobre o trabalho na Educação de Jovens e Adultos.

1.5 O trabalho na Educação de Jovens e Adultos

Ao longo da vida, crianças e jovens são orientados a buscar o interesse pelo trabalho e a escolher uma profissão. Esta orientação de certo modo se pauta na ideia de que cada indivíduo pode e deve querer construir sua própria história. Porém, o futuro profissional do indivíduo pode ser escolha individual até certo ponto, mas vale ressaltar que o sucesso ou insucesso no mundo do trabalho não é fruto apenas de escolhas individuais. A história de cada um é escrita dentro de uma trama social mais ampla que envolve relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Até chegar ao mundo do trabalho os caminhos percorridos, são trilhados dentro de um campo de possibilidades, próprio do contexto onde se vive.

O trabalho constitui uma importante discussão para reflexão no âmbito escolar, ainda mais quando se trata da Educação de Jovens e Adultos. O sistema de educação,

segundo Foucault (2008), como lugar historicamente constituído para preparar o aluno para a vida adulta, é uma maneira política de manter a apropriação dos discursos com os saberes, e os poderes que trazem consigo. Portanto, o que deve ser ensinado são resultantes de escolhas. No entanto, como lembra Sacristán, nem todos tem as mesmas possibilidades educacionais:

Ser aluno foi e continua sendo uma experiência e uma condição experimentalmente dos menores, que deu a eles a presença e identidade singulares, como classe social diferenciada. Uma oportunidade que foi e continua sendo desigual para diferentes grupos sociais, em função de sua condição econômica, gênero, e etc. se o fato de estar escolarizado é uma vivência que marca o caráter, a condição social daqueles que estão nas salas de aula, a aceitação no mundo e seu futuro, é preciso admitir que é uma experiência que nem todos tiveram, nem a tem em igualdade de condições, durante o mesmo tempo e na mesma especialidade (Sacristán, 2005, p. 105).

Percebe-se portanto, ao observar essas diferentes vivências que o aluno não é um ser homogêneo, e que as experiências de escolarização tendem a (re) produzir distinções sociais. A escolarização se transformou em uma exigência ao mundo do trabalho, mas não é garantia de igualdade e oportunidades.

Sendo a escolarização uma exigência para a inserção no mundo do trabalho, os alunos da EJA são desafiados, pois carregam consigo uma história de vida marcada por lutas, na qual o trabalho tem papel fundamental uma vez que, são fonte de renda para suas famílias.

Nesse contexto, é uma dicotomia imaginar que os jovens abandonam a escola pela necessidade de geração de renda, optam pelo trabalho, prescindindo da educação, e, mais tarde sentem a necessidade de voltar a estudar para elevar o grau de escolaridade e poder aspirar melhores fontes de renda e qualidade de vida, bem como desenvolver maior consciência e capacidade de escolha.

Nessa perspectiva vale salientar a ontologia do ser social desenvolvida por Lukács (1978) que permite-nos pensar a questão do trabalho e suas propriedades educativas. Para Lukács o trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. Nesse sentido, o trabalho não

é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria e se expande em conhecimento.

O trabalho configura-se na EJA, como um dos motivos que fazem os educandos retomarem os estudos com o intuito de se qualificar, ter autonomia e ter êxito profissional. Contudo o trabalho é também o motivo pelo qual muitos desistem, por não encontrar na escola um currículo que se aproxime da realidade do mundo do trabalho e pela falta de políticas públicas que garantam e efetivem a sua permanência na escola.

A necessidade de sobrevivência é maior que a necessidade de frequentar as aulas, a relação entre educação e mundo do trabalho ocorre de forma imediatista e cheia de contradições diz Arroyo (2019).

1.5.1 O trabalho como princípio educativo

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos, que aconteceu em 1997 na Alemanha, trouxe enquanto contribuição um conceito amplo da Educação de Jovens e Adultos, em que foi destacada a relação educação e trabalho, ou seja, a integração entre o ensino, a teoria, a prática, o trabalho e a comunidade, como importantes elementos para participação social dos sujeitos na produção de bens, bem como de suas necessidades individuais.

Os saberes do mundo do trabalho contemplados nos currículos podem contribuir para a emancipação e empoderamento dos educandos trabalhadores da EJA, bem como para alienação e exclusão ao abordar o trabalho do ponto de vista ideológico dominante.

A integração educação-mundo do trabalho configurado no currículo integrado deverá, de acordo com Pereira (2010, p. 10), ter como objetivo a operacionalização do currículo integrado, exigindo transformações dos processos desenvolvidos no âmbito das instituições, seja de caráter pedagógico, ou de caráter administrativo. Esse processo requer dinamismo, flexibilidade, autocrítica e gestão democrática, como caminhos a serem trilhados, a fim de reconhecer limites e superações, em face da objetividade em seu fazer.

É fundamental esclarecer o que se entende por princípio educativo do trabalho. Trata-se da característica inerente à primeira das formas de objetivação humana, isto é, a atividade vital em que o ser social opera em interação com a natureza para produzir e

reproduzir a sua existência de modo a formar, transformar, educar e ser educado, ou seja, para que desenvolva, produza o ser social enquanto tal.

Engels afirma (2009, p. 11) que “o trabalho é a condição básica e fundamental e criou o próprio homem”, na medida em que suas mãos no dizer de Freire (2002, p.31), “se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo”. Contudo, a despeito do trabalho ser um fenômeno constitutivo da condição humana, sob a forma social capitalista, ele assume características que lhe conferem atributos contrários à sua natureza.

O trabalho como princípio educativo, compreende a relação e mundo do trabalho, no qual o trabalho adquire um caráter formativo e a educação neste contexto promove a humanização por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

O direito ao trabalho é inerente à condição humana, é um direito humano. Reconhecer o direito ao trabalho e aos saberes sobre o trabalho terá de ser um ponto de partida para indagar os currículos. Ter referente ético o direito dos educandos ao trabalho e o direito aos conhecimentos e saberes dos mundos do trabalho irá além do referente mercantil, do aprendizado de competências (Arroyo, 2017, p. 27).

Dessa forma, o currículo deverá contemplar a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo habilidades e competências que estejam além do aprender a ler e escrever, bem como o convívio social, valores socioculturais, consciência política, questões referentes ao mundo do trabalho, possibilitando ao aluno o desenvolvimento de conhecimentos significativos.

As diretrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino preveem que o currículo deve considerar:

Saberes intrínsecos e diversidade cultural e social dos sujeitos da EJA na formulação do projeto político pedagógico da escola voltado a aprender a ser, organizar novas lógicas de economia solidária, incorporar o seu fazer o uso das novas tecnologias da informação, potencializar as relações de qualificação para o mundo do trabalho, reconhecer os seus direitos como cidadão na perspectiva da formação do educando-trabalhador (Resolução do CME nº011 de 21/12/2007).

Ainda é perceptível no ensino de EJA a transmissão de saberes desarticulado das vivências e realidades desses alunos. O educando-trabalhador na EJA deve apoiar-se em uma educação que o possibilite alicerces teórico-metodológicos para a aquisição de novas habilidades, visando tornar-se mais competente para fazer, pensar e interagir sobre sua realidade, considerando as dimensões técnica e sócio-educacional da sua formação como cidadão. A história do aprendizado dos direitos do trabalho está na origem do aprendizado dos direitos da cidadania (Arroyo, 2013).

Arroyo (2019) traz a abordagem sobre trabalho como princípio educativo ao afirmar que:

o trabalho não é princípio educativo apenas porque nos produzimos nos processos de produzir, porque nos humanizamos ao trabalhar, mas porque nas lutas pelo trabalho, pelos direitos e saberes do trabalho que a classe operária é o sujeito histórico, aprendemos os direitos e saberes da cidadania, da condição de sujeitos políticos. Sujeitos de direitos.

Um currículo que conceba o trabalho como princípio educativo deve contemplar a integração do estudante da EJA na sua forma plena, por meio de um ensino de qualidade e que atenda às suas especificidades, permitindo-lhes o desenvolvimento da criatividade e construção de conhecimentos que contemplem educação e mundo do trabalho.

Para que o trabalho configure-se como princípio educativo, a política educacional deve romper com a visão socialmente disseminada da EJA como uma educação de menor qualidade, e com objetivo apenas de certificação. Vivemos em uma sociedade baseada na economia capitalista onde a função primordial da educação formal é a preparação para o trabalho, portanto, não se pode discutir os processos educativos formais sem compreender o mundo do trabalho concebendo-o como princípio educativo e demais questões que englobam o meio social.

1.6 Evasão e fracasso escolar

A produção teórica que permeia o campo educacional acerca do fracasso escolar e conseqüente evasão e abandono escolar nas últimas décadas, tem sinalizado questões relevantes sobre esse fenômeno que emerge e se materializa em nossa sociedade de modo avassalador. As altas taxas de evasão e repetências não são recentes, mas um fenômeno presente há pelo menos seis décadas.

A expressão “fracasso” é explicada no Dicionário Aurélio (1988), como desgraça; desastre; ruína; perda; mau êxito; malogro. Então, fracasso escolar seria o mau êxito na escola, caracterizado, na compreensão de muitos, como sendo a reprovação e a evasão escolar. Em um sentido mais amplo, indo além da reprovação e da evasão escolar, pode-se incluir a aprovação com baixo índice de aprendizagem.

No Brasil, as preocupações com o fracasso escolar como objeto de estudo emergem de diferentes contextos da pesquisa educacional nos anos 70/80. O levantamento sobre a questão feito por Maria Helena Souza Patto, expõe sua compreensão do fracasso escolar, mapeia os aspectos institucionais e as rupturas temática e teórico-política acerca do problema no período. Assim, ela diz:

Pensar o insucesso escolar como produzido unicamente pelo sujeito ou como sendo consequência do contexto sociocultural em que ele se insere atribuindo-lhe, acriticamente, a responsabilidade, em relação a um fenômeno psicossocial de natureza complexa (fracasso escolar), significa subverter a ordem das coisas, recorrendo a subterfúgios ideológicos e reducionistas para legitimar as desigualdades no âmbito social (Patto, 2015, p. 60).

Endossando o que diz a autora, Antoine Prost (1985) sugere que o fracasso escolar está relacionado com as condições históricas da produção de um discurso sobre os efeitos da presença dos contingentes originários de meios desfavorecidos na escola. Mas, sobretudo, foi fenômeno posto como questão por uma sociologia especialmente interessada na análise dos efeitos das desigualdades sociais no ensino. Isso demonstra que a escola mostra-se bastante desigual, pois sobre a aparente equidade formal, ela protege melhor os que são privilegiados, social, econômico e culturalmente.

Para Anísio Teixeira (1935), o aluno reprovado não significava êxito do aparelho selecionador que era ou algum dia foi a escola. Para ele, a escola deveria haver para todos e não apenas para os mais “capazes”, pois todos deveriam ter acesso ao aprendizado. Mas, diante de resultados de aproveitamento escolar aplicados em 1933/1934, constatou-se que a reprovação era índice da falha da instituição e do sistema escolar.

Antes, dado o caráter seletivo, a reprovação era quase o índice da qualidade do ensino. Se muitos falhassem, queria isto dizer que os critérios de julgamento eram realmente eficientes e se estava depurando, para a formação das elites intelectuais e

profissionais, a fina flor da população. Se, porém, a escola tem o dever de ensinar a todos, porque todos precisam dos elementos fundamentais da cultura para viver na sociedade moderna, o problema se inverte. Aluno reprovado significava não êxito do aparelho selecionador, mas fracasso da instituição de preparo fundamental dos cidadãos, homens e mulheres, para a vida comum (Teixeira, 1935, p. 74).

Bourdieu adverte que, para compreender o fracasso escolar, assim como tantos outros problemas sociais, ele “foi socialmente produzido, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho” (Bourdieu, 2000.p. 37).

Percebe-se então, que para ele o interesse de uma história preocupada em compreender por que e como se compreende, detém-se no que foi preciso que houvesse para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema privado viesse a se tornar um problema social.

Segundo Sposito (2013, p.14) “foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, projetos, programas, tomadas de posições etc.”

Para Bourdieu (2000), este conjunto de tarefas não foram reunidos na forma de documentação pela historiografia com a preocupação de entender o fracasso escolar, e adverte sobre o risco de naturalização do passado que as demandas da área da educação correm quando buscam através de um olhar retrospectivo, explicação para o presente.

Através do exposto é possível perceber que o fracasso escolar, o não aprender tem uma história carregada de preconceitos e estereótipos em uma sociedade marcada pela divisão de classes e injustiças sociais. Fato este que na maioria das vezes está relacionado à pobreza acarretando em uma naturalização do baixo desempenho escolar especialmente no que diz respeito às classes menos favorecidas, e evidencia o interesse e a manipulação das classes dominantes.

Vale salientar que a história da educação brasileira é marcada pela recorrência de evasões, repetências e uma série de outros fatores negativos, que são geralmente classificados como fracasso escolar. Assim sendo, o fracasso escolar se apresenta como uma realidade indissociável da história da educação e do processo de escolarização das classes populares no Brasil, diz Teixeira (2000).

O fracasso das ações da escola pública no Brasil também pode ser percebido por dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Ele aponta que, até o início da década de 1950 menos da metade da população brasileira era alfabetizada. Estatísticas recentes apontam que 29% da população brasileira acima de 15 anos são consideradas analfabetos funcionais, ou seja, pessoas com menos de quatro anos de estudo. Enquanto que 41% dos alunos que ingressam na primeira série do Ensino Fundamental não conseguem terminar a 8ª série. E dos que frequentam o Ensino Médio, 26% não concluem. Esses dados evidenciam uma distorção série/idade, que é um sério problema para a educação brasileira.

Neste cenário percebe-se que apesar de todo progresso urbano e tecnológico pelo qual passou a sociedade brasileira nas últimas décadas, e de todos os projetos e iniciativas dos governos no sentido de erradicar o analfabetismo, aumentar a escolarização da população e diminuir a repetência e a evasão escolar, a realidade de fracasso persiste.

De acordo com Dimenstein (2007), isto é, atestado não apenas pelas estatísticas oficiais que reconhecem a permanência de altos índices de evasão e repetência no ensino fundamental e médio, como também por jornais e revistas, que cotidianamente retratam a precariedade das escolas públicas e a insatisfação da população carente com o ensino.

Nesse contexto, pode-se entender o fracasso escolar como uma categoria genérica, ou seja, uma forma de interpretação que comporta vários fatores, tais como repetência, evasão escolar, dificuldade de aprendizagem ou mesmo um desempenho insatisfatório em determinada disciplina escolar, segundo Teixeira (2000).

O fracasso escolar segundo Paula (2009), é uma das facetas mais problemáticas, importantes e graves da verdade educacional no Brasil, com o qual é vivenciado há muitos anos. Nos primórdios da escolarização, há maior índice dessa frequência e os problemas podem ser visualizados em todas as faixas de ensino. No meio de múltiplos fatores correlatos ao fracasso escolar, eclodem-se as perspectivas extraescolares que margeiam as condições precárias de vida de uma parcela da população do Brasil. Na perspectiva de o fracasso escolar surgir nesse contexto, o mesmo pode exercer grande influência não apenas na vida escolar do aluno, mas podendo inclusive atingir o aspecto psicológico e social desse indivíduo.

De acordo com Bossa (2002), essa influência são situações, comportamentos e ações que ocorrem aos alunos, trazendo consequências para seu aprendizado. Percebe-se assim, que por meio desse desempenho insatisfatório, a interação que o aluno faz com sua aprendizagem, traz consigo a força do aspecto social, do histórico e do ideológico na constituição da sua pessoa, uma vez que fracassando, passa a sentir-se incapaz, não somente como aluno, mas também como pessoa.

Para Bossa (2002), não basta só inteligência para uma boa aprendizagem escolar, mas que o sujeito tenha uma personalidade sadia e emocionalmente madura.

Dias (2013), entende que os relacionamentos interpessoais são muito valiosos para concreticidade da vida social e também do desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo, e que desenvolver relacionamentos faz com que a rede de relações sociais seja mais forte e durável. No entanto, o meio e os adultos exigem que os filhos se saiam bem na escola, como uma tarefa que, se não cumprida, terá severas consequências, a despeito das condições oferecidas. A criança que não consegue esse desempenho tem sua imagem e autoestima inferiorizada, sentem-se rejeitadas e isso influi na formação da sua personalidade com danos muitas vezes irreversíveis.

Em outra perspectiva Cavalcanti (1998), acredita que o crescimento da sociedade e o que ela causa nas crianças que estejam em idade escolar, está transformando a realidade concreta dentro da escola, mas especificamente das escolas públicas, ao que se referem famílias com baixa renda expostas a marginalização, é um tanto quanto desafiador ao despeito da prática de ensinar.

Giúdice (2013), sustenta que em sua totalidade incluindo a comunicação professor-aluno responsabiliza-se o fracasso à falta de preparo e às suas esferas vivenciais, sem pensar que o que ensina pode estar inadequado, pois certos conteúdos podem requerer conhecimentos prévios e níveis altos de dificuldades. Mas o aluno poderá estar desprovido de tal conhecimento prévio, mesmo que quem esteja ensinando se esforce para a concretização do que se propõe.

Desse modo, buscando entender o fracasso escolar de forma mais geral é preciso se ter uma visão de como está organizada a escola pública e qual a sua raiz histórica. Antes de qualquer coisa há de se entender que ela é uma instituição típica da sociedade capitalista, um fenômeno da modernidade e que não é algo isolado das demais relações

sociais. Para termos algumas pistas de como é esta escola, se faz necessário uma caracterização da organização da sociedade na qual está inserida.

O surgimento da escola pública está respaldado por duas grandes frentes: uma delas no contexto da Revolução Francesa (1789) que engendrou uma nova classe dominante, a burguesia, destituindo a nobreza e o clero do poder econômico e político, inviabilizando a relação servo-senhor feudal e empurrando grandes contingentes das populações rurais para os centros urbanos. Por outro lado, é a Revolução Industrial (1780), configurando assim, o modo de produção capitalista, favorecendo os processos de industrialização, urbanização e migração. Assim tem origem o trabalho assalariado e o trabalho alienado. Em outras palavras, a escola pública, desde sua gênese, surgiu a demanda do mundo do trabalho nesse novo modo de produção, configurado no trabalho alienado.

Esse processo de trabalho atingiu a escola, não permitindo ao indivíduo pensar a sua própria identidade, de se reconhecer como parte de uma sociedade. Neste cenário a questão do fracasso escolar aparece como fenômeno marcado por diferentes entendimentos ao longo da história educacional mundial e, por extensão, da história brasileira. É possível observar que vem sendo atribuído conforme a época, o momento histórico e as concepções que a permeiam, a fatores distintos, mas tem atingido principalmente as classes sociais menos privilegiadas.

Ao refletir sobre a escola pública, Patto (1996), concluiu que o ensino fundamental falha na sua tarefa básica de alfabetização das crianças das camadas populares, excluindo-as precocemente do seu interior, por meio de um mecanismo de rejeição que opera duplamente, pois a escola não aceita a criança como ela é, e a criança não aceita a escola como ela funciona.

Giúdice (2013), esclarece que as causas do fracasso escolar são multifacetadas e complexas. Existem posicionamentos que culpam o aluno e sua família e outros culpam os professores e o sistema de ensino.

Para Meira (2003), o fracasso escolar como parte integrante de várias forças, envolve família, escola e sociedade. Para tal, relacionou aprendizagem ao fracasso escolar, tentando identificar os limites que os separam e analisou a atuação psicopedagógica determinante para culpar o aluno pela não aprendizagem. Dentre os

fatores citados, pode-se dizer que a família, como parte integrante da sociedade, é também responsável por este ato, uma vez que os pais são os primeiros a educar. Dessa forma, todas as famílias, com seus diferentes níveis sócio-econômico-cultural, são responsáveis em construir um ambiente educador.

Gatti et al. (1981), constataram que a reprovação vem, em sua grande maioria, associada aos níveis econômicos baixos e que a escola contribui para o processo de marginalização social e a perpetuação das injustiças sociais. Assim, é possível perceber que uma das causas de reprovação é a maneira como a escola trabalha a pobreza. Tanto a escolha do material didático quanto a atitude discriminatória dos professores traduzem uma coerência existente entre a sociedade e a escola, que se expressa no fato desta promover os mais privilegiados e marginalizar os menos favorecidos economicamente.

Num estudo realizado por Nogueira (2012), verificou-se que:

os jovens não investem toda a sua energia na causa escolar, e isto é resultado de todo um processo de socialização familiar que escapa à consciência deles, pois, não tendo a sensação de que os estudos implicam uma via de mobilidade social ascendente, eles não veem razão para se engajar escolarmente em troca de vantagens sociais tão pouco significativas. No entanto, em contradição com isso, percebem claramente a necessidade da escolaridade para legitimar a posição social economicamente dominante que serão chamados a ocupar. Assim, são sensíveis aos benefícios simbólicos, do diploma, que traduz prestígio, respeitabilidade, legitimidade cultural, círculo de amizades, influências, alianças matrimoniais, dentre outros (Nogueira, 2012, p. 699).

A contradição mostrada por Nogueira, não favorece a constituição de uma relação positiva do jovem com a escola e não trabalha pela criação de um gosto e pelo interesse daquilo que lhe é ensinado.

Um fator relevante diz respeito a participação dos pais na vida escolar dos filhos, que geralmente fazem as tarefas sozinhos. De acordo com Bhering e Siraj-Blatchford (2009), as famílias nos dias atuais modificaram seus papéis, obrigações e estruturas tradicionais, devido aos avanços sociais, tecnológicos e econômicos, fazendo com que os pais tenham que, crescentemente, dividir entre si, afazeres domésticos e deveres em geral,

com isso o tempo que os pais tem para dedicar aos filhos se torna escasso. Em concordância a essa explicação, outros fatores se somam a este, como, falta de atenção e carinho, tomar conta de irmãos, não ter espaço adequado para estudar, separação dos pais, violência doméstica que contribuem decisivamente para o fracasso escolar.

Segundo Colello (2003), grande parte do fracasso escolar é ainda hoje, decorrente de um sistema impessoal que, desconsiderando as diferenças individuais ou culturais, volta-se apenas para o grupo de alunos já em sintonia com o universo escolar. A redução dos interlocutores e a apologia do silêncio em sala de aula acabam por se configurar como mecanismos de incompreensão e abandono, cujos resultados se fazem sentir nos índices de evasão.

Ferreira (2013), vai além quando afirma que o fracasso escolar e a consequente evasão denotam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que se vivencia no cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia a inteligência do indivíduo.

Num país como o Brasil, a universalização da educação ainda é promessa à medida que as desigualdades sociais impõem limites, ao acesso, à permanência, e à qualidade da educação. As desigualdades sociais expressam-se nas desigualdades escolares e estas naquelas, na medida em que a escola vincula-se intrinsecamente à sociedade. Nessa perspectiva, o fracasso escolar é uma produção social referida à sociedade de classes antagônicas.

O acesso à escola para todos foi uma reivindicação e conquista dos trabalhadores, cujo direito está garantido em lei, pela Constituição Federal de 1988, reafirmado e regulamentado pela LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O fato de estar garantido em lei não significa que efetivamente seja para todos, pois vivenciamos ainda, elevados índices de evasão e repetência nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com Nunes (2010), a escola brasileira está longe de alcançar os fins educacionais assegurados constitucionalmente. Isso se dá em razão do modo como esta escola se organiza nos aspectos pedagógicos e como estabelece seus regulamentos.

O grande desafio para a escola pública brasileira, que envolve a todos, está em assegurar à população escolarizável o direito à educação escolar no que se refere às

condições de entrada e permanência pela oferta do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis de ensino.

Trata-se de um desafio para todos os envolvidos: o sistema oficial de ensino, os gestores educacionais, os professores (Nunes, 2010). Tal direito tem sido negado a crianças, jovens e adultos, sendo critério básico, ao que tudo indica, para usufruí-lo, ao pertencimento a uma determinada classe social. São os alunos das classe menos favorecida economicamente que engrossam as estatísticas da repetência, evasão e abandono. Excluídos antecipadamente do sistema de ensino reforçam a cultura do fracasso e da exclusão escolar.

Dessa forma, longe de assegurar o direito educacional, como diz o referido autor, a consciência do direito a educação básica avançou, mas não fez com que a escola se estruturasse para garantir esse direito, continuando ela como uma instituição seletiva e excludente.

Considerando o panorama apresentado, percebe-se que apesar da existência de medidas e iniciativas para o enfrentamento do fracasso escolar, o fenômeno tem sido uma constante na história da escola pública brasileira, apresentando-se em diferentes formas e graus, implicando consequências cada vez maiores para o indivíduo.

Isto ocorre porque existe um descompasso entre o universo escolar e o universo do aluno. Este fica evidente nas propostas curriculares, nos projetos e ações da escola. O saber eleito escolhido para ser trabalhado nas escolas nem sempre contempla a realidade cultural da maioria das crianças e jovens. Embora muito se tenha falado da pluralidade da diversidade sociocultural, o que se percebe é que não há lugar para o plural, o múltiplo, o diverso na escola.

Diante dos processos de mudanças que vem ocorrendo nas sociedades, decorrentes da globalização, das políticas neoliberais, do capitalismo avassalador, é atribuída a escola a tarefa de ser a “redentora” de uma infância abandonada e a garantia de um futuro digno. Para muitos estudantes brasileiros, a escola representa um meio de ascensão social. Segundo Sposito (2013):

[...] toda vontade de escolarização encerra um desejo de melhoria das condições de existência, é virtualmente uma recusa da condição de vida imposta por uma sociedade desigual [...] a vontade de estudar vem

carregada da ilusão de que o estado pode resolver os problemas da vida [...] o povo luta pela possibilidade de ir à escola, eles também lutam contra as injustiças que estão na base dessa sociedade (Sposito, 2013, p. 85).

No Brasil, as políticas educacionais tem, desde a década de 60, como mote a democratização do ensino. Mas apesar do sistema escolar ter em seu bojo a intenção de atender crianças e jovens, ainda existe um número expressivo desses fora da escola. Aqueles alunos que ingressaram na escola e que são provenientes das classes menos favorecidas não conseguem, na maioria da vezes, terminá-la. Ano, após, ano, o cumprimento dos anos escolares tem acompanhado a distribuição de renda e da classe social da população, uma sina que se revela numa frase que já se tornou lugar comum: “Aos de maior renda, maior número de anos de estudo e de cursos concluídos, aos de baixa renda, a evasão e a repetência somam-se ao trabalho precoce, delineando um quadro já antigo: uns para pensar, outros pra trabalhar” (Kruppa, 2016, p. 95).

Nessa perspectiva, apesar do esforço manifesto, esse preceito, o da democratização do ensino, na prática está longe de ser efetivado. Apesar da ampliação do número de vagas, o sistema escolar brasileiro ainda não consegue garantir o ingresso e a permanência dos que nele consegue ingressar e, muito menos, propiciar a qualidade do ensino.

Segundo Arroyo (2010), a nossa cultura escolar é ainda hoje, uma das mais seletivas e excludentes. Assim, é possível entender algumas das raízes e a terra de que se alimenta o fracasso escolar.

De acordo com Gentilli (2006), sob a perspectiva neoliberal, os sistemas educacionais enfrentam, hoje, muito mais uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, do que uma crise de quantidade, universalização e extensão. Tal crise é produto, segundo esse enfoque da expansão desordenada e anárquica que o sistema educacional vem sofrendo nos últimos anos. Crise que diz respeito tanto às práticas pedagógicas quanto à gestão administrativa, ambas improdutivas, as quais geram mecanismos de exclusão e discriminação educacional em certos contextos: evasão, repetência e analfabetismo funcional.

O crescimento do número de vagas nas escolas, durante a segunda metade do século passado, aconteceu sem que fossem garantidos de maneira eficiente os serviços oferecidos à população. Porém os tecnocratas neoliberais reconhecem que não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes, diz Pablo Gentili (2006). Dessa forma, pode-se compreender o fracasso escolar como uma faceta dos muitos processos de exclusão social que atravessam o sujeito e seu cotidiano e vislumbrá-lo em sua complexidade.

Vale salientar que a educação é considerada imprescindível ao desenvolvimento da própria pessoa, ao afetar em vários aspectos sua vida enquanto existência e modo de ser. Em razão da relevância do valor nela presente passou a significar, na esfera jurídica contemporânea, um direito fundamental.

1.7 Conceito de evasão escolar

O termo evasão escolar é usado em vários contextos com diferentes significados. São tantas variações que acabam dificultando o entendimento dos motivos reais que influenciam e constituem-se como dificuldade para ações efetivas no combate ao problema. Ela tem sido consequência de diversos fatores, como produto de um processo educativo fracassado, produzido pela própria escola. A escola tem sido um caminho para a libertação da ignorância, e o que se tem visto hoje é que em algumas famílias os pais não tem preocupação com o futuro dos filhos quando abandonam o ambiente escolar por quaisquer que sejam as necessidades ou motivos.

Na visão de Digiácomo, a evasão escolar é:

um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e toleradas por escolas e sistemas de ensino, que chegam a exercícios de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a ‘desistência’ de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de

antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série (Digiácomo, 2012, p. 10).

A evasão escolar é um problema que atinge todos os níveis de ensino da educação no Brasil, onde muitos jovens e crianças abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho, pois a prioridade para eles não é a educação, mas a própria sobrevivência, tendo como base que o Brasil é um dos países mais desiguais em distribuição de renda no continente.

Digiácomo (2012), assegura que a necessidade de trabalho do aluno é uma das causas da evasão, sendo esta uma forma de completar a renda em casa, além da baixa qualidade de ensino, que desmotiva o indivíduo, fazendo-o desistir de frequentar as aulas. Dessa forma podemos vincular o abandono escolar a desmotivação e repetência do aluno, além da falta de vínculos com as matérias e conteúdo, que são notados pelos adolescentes em situação precária e de vulnerabilidade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada para o indivíduo que não teve oportunidade de iniciar ou concluir seus estudos em idade escolar no ensino fundamental ou médio. Paulo Freire (2009), educador, escritor e filósofo pernambucano foi um dos colaboradores do EJA, na defesa por uma educação democrática e libertadora.

Concluir o ensino médio é um verdadeiro desafio para jovens e adolescentes, sendo que a sua conclusão é primordial para o desenvolvimento e formação dos estudantes. O nível médio prepara os alunos para a vida acadêmica, e é a base para que esses jovens sejam incluídos no mercado de trabalho, além de ajudar na formação de cidadãos que cumpram com seus direitos e deveres perante a sociedade. Ter acesso ao nível médio é muito importante, porém manter os estudantes nesse nível é um grande desafio a ser enfrentado.

Neste cenário, ter jovens longe do sistema de ensino é um problema que vai muito além dos limites físicos da escola: se torna uma questão social. Abandono e evasão escolar apesar de serem usados muitas vezes como sinônimos, eles especificam casos diferentes em que os estudantes deixam a escola.

Existe uma diferença entre abandono e evasão. Enquanto que no primeiro o aluno para de estudar mas há chances de voltar, na evasão isso não acontece.

De acordo com Maitê e Arraes (2015), abandonar é deixar de estudar por um determinado período e retornar aos estudos, evadir é deixar os estudos não retornando nos anos seguintes. Dessa maneira, a evasão escolar compreende em linhas gerais, o abandono da escola durante o ano letivo, ou seja, o aluno se matricula inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola por uma série de motivos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2019), indica que é na adolescência que o problema se apresenta com maior intensidade. Em 2019, 7% da população entre 15 e 17 anos estava fora da escola. Esta faixa etária coincide com a idade adequada para frequentar o Ensino Médio, fato que evidencia as muitas deficiências dessa etapa de ensino na educação brasileira. A pesquisa também mostra que em 2019, 99% das crianças e adolescentes estavam matriculadas no ensino fundamental ou médio, em 2021, esse número reduziu para 96,2%. Essa queda já demonstra um dos efeitos da pandemia sob a educação básica no Brasil.

Para Gaioso (2005), a evasão escolar é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos. Tal problema vem preocupando as instituições de ensino em geral, seja da rede pública ou privada, pois a saída dos alunos provoca graves consequências sociais e econômicas.

Por trás da infrequência e da desistência, existem diversas motivações que vão desde gravidez precoce, falta de conexão com os conteúdos com os interesses dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda até a predominância de currículos e práticas pedagógicas que não incluem as perspectivas de grupos historicamente excluídos por exemplo, e que acabam por aumentar os índices de evasão e exclusão escolar de estudantes negros, LGBTQIAP+ e deficientes.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que os jovens de baixa renda, em sua maioria negros, forçados precocemente ao mercado de trabalho ou que já engravidam na adolescência formam o grupo de maior risco à evasão.

Vale ressaltar que nenhum dos fatores citados ocorrem de imediato. Acontece gradativamente, somando-se a outros acontecimentos que levam ao desengajamento do aluno e acaba afetando a sua permanência na escola.

Para Queiroz (2005), a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como a questão do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.

Percebe-se pelo exposto que a evasão não tem uma origem definida e por isso não terá um fim por si só. O problema então não é a falta de vinculação às políticas públicas, a desestruturação familiar ou ainda as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, e sim a soma de vários fatores.

O que chama a atenção é o número de alunos que abandona a escola básica, não esquecendo no entanto, que isso ocorre em todos os níveis de ensino, causando prejuízo no campo educativo. Pelo insucesso escolar e pelos baixos rendimentos, constitui uma preocupação constante para o MEC, bem como para a escola e seus representantes, ao perceber alunos com pouca vontade de estudar, ou com importantes atrasos na sua aprendizagem. Os esforços que a escola, na pessoa da direção, equipe pedagógica e professores fazem para conseguir a frequência e aprovação dos alunos não asseguram a permanência.

Para Silva Filho & Araújo (2017), a escola pode ser responsabilizada tanto pelo sucesso, quanto pelo fracasso dos alunos, principalmente no ensino médio, onde os adolescentes perdem rapidamente o entusiasmo de estudar.

De acordo com Krawczyk (2018) as deficiências atuais do ensino médio no país, são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública. Ainda de acordo com a autora, os jovens perdem rapidamente o entusiasmo pelos estudos no ensino médio.

Para Cabral (2018), o fator evasão é preocupante para a escola. Professores e gestores percebem o desinteresse e a desmotivação do aluno, incluindo as dificuldades relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Apesar do empenho empregado pela escola e de seus colaboradores, por exemplo: incentivo, flexibilização, apoio, não reprovação, muitos alunos ainda desistem de frequentar e, acabam evadindo da escola.

1.8 Principais causas da evasão escolar

A cada ano, um grande número de alunos abandonam os estudos, resultando em um empobrecimento da população em termos de cultura e conhecimento. Segundo o censo escolar de 2019, divulgado pelo Instituto Nacional de estudo e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as matrículas, sobretudo, na educação básica caíram 1,3 milhões em 4 anos.

Nesse sentido, é preciso considerar que a evasão escolar é uma situação problemática que se produz por uma série de determinantes.

Para Silva (2018), as causas da evasão são diversas. E ao analisar os fatores causados pela evasão, o autor enfatiza que: a escola que não atrai o aluno, assim como o despreparo dos professores, o autoritarismo, a não motivação do aluno, torna a escola insuficiente e o aluno desmotivado. O aluno indisciplinado e desinteressado pode evadir da escola, devido a fatores relacionados a problemas familiares, problemas estes que podem ser conflituosos ou não, incluindo a gravidez na adolescência e até problemas de saúde ou violência.

De acordo com Nora Krawczyk (2018), o desinteresse do aluno é um sintoma de que a escola não está bem. E o problema não pode ser combatido só com a lei. Diz ela:

Sou a favor da obrigatoriedade. Mas o fenômeno da evasão questiona nossa escola. Se ela não consegue reter o aluno, estará em condições de se tornar obrigatória? A medida teria de ser acompanhada de mais investimento em qualidade (Krawczyk, 2018, p.09).

Os sujeitos que por um motivo ou por outro, abandonam ou evadem-se da escola farão parte de um grande contingente de cidadãos com má formação educacional, com dificuldades de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange à cidadania.

Em âmbito pessoal a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres. Profissionalmente podem encontrar limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica. A baixa escolaridade também pode dificultar ou comprometer a escolha com discernimento de governantes e a compreensão de que podem ter papel importante na estruturação da sociedade.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que as taxas de evasão consolidadas até 2020 sofreram uma trajetória de queda nos últimos anos num total de 2,2% no ensino fundamental, e 6,9% no ensino médio. Na mesma pesquisa foi traçado um perfil dos jovens propensos a risco de evasão. São eles: pertencentes a famílias de baixa renda, negros e forçados precocemente ao mercado de trabalho, ou meninas que engravidam na adolescência e param de estudar. Podemos dizer que esses fatores externos à atividade propriamente escolar se articulam a um processo contínuo de desinteresse e desengajamento, levando por fim ao abandono.

Na adolescência o problema se apresenta com maior intensidade, e por isso os índices de evasão no ensino médio são superiores ao ensino fundamental. Em 2019, 7% da população entre 15 e 17 anos estava fora da escola (PNAD – 2019).

Esta faixa etária coincide com a idade adequada para frequentar o ensino médio, fato que evidencia as muitas deficiências dessa etapa de ensino da educação brasileira, bem como o impacto das questões sociais na vida dos jovens.

Conforme Viadero (2001 apud Silva Filho e Araújo), a evasão pode ser ainda representada por aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível. Outro aspecto considerado relevante nessas situações concerne ao nível escolar em que estas ocorrem, pois o abandono da escola fundamental ou do nível médio é significativamente diferente daquele que ocorre na educação de adultos ou na educação superior.

Arroyo (2010), ver a diferença de classe social como um dos principais fatores para a evasão e para o fracasso escolar nas camadas populares. É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais. Vale lembrar porém, que a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até os dias atuais. Na verdade, a evasão é um fenômeno que vem desafiando o contexto escolar de várias formas. Trata-se de um questão que vai permanecer por um período ainda não determinado.

Segundo Graciano (2015) existe uma defasagem quando se garante uma educação de qualidade para todos. E, que a produção da desigualdade pode ser evidenciada em alguns dados do IBGE e do MEC/INEP. O ensino está longe de ser igual para todos. Existe uma defasagem bastante elevada. A lei diz que a educação é um direito de todos, mas nem todos tem direito a uma educação e qualidade.

Silva (2017) afirma que o desinteresse e a indisciplina contribuem para levar o aluno à evasão. A prática docente é muito importante no combate à indisciplina. Para Silva (op. Cit.), existe uma forte relação entre indisciplina e desempenho escolar e entre as práticas pedagógicas dos docentes e a indisciplina. Percebe-se então que o clima disciplinar está fortemente associado a eficácia do professor em gerir a sala de aula, desenvolvendo ações que lhe permitam corrigir a ocorrência do comportamento da indisciplina.

Numa concepção mais ampla essa insatisfação passa a ser atribuída mais aos professores. Refere-se aos mesmos como ‘mal preparados’, que ensinam de modo errado, sem disciplinar seus alunos, e por isso são culpados. Esquece-se, porém, que muitos professores carregam o peso de aulas cansativas e sem motivação, não por sua própria escolha, mas porque o sistema-político-educacional assim determina.

Entender as razões que levam um jovem a estar fora da escola é essencial para se chegar a um diagnóstico, e conseqüentemente criar condições que minimizem o problema. Os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que o contexto familiar podem ser determinante para a decisão da evasão.

De acordo com a PNAD, quando o contexto familiar do aluno é de uma família chefiada por um homem branco, com pelo menos a escolaridade média completa, renda alta e residente em área urbana, a chance desse aluno frequentar a escola é de pelo menos 79%. Quando se trata de famílias chefiadas por mulheres negras, analfabetas e de área rural, o índice máximo é de 65%.

Desta forma pode-se entender que o avanço escolar está ligado às questões raciais e socioeconômicas. Enquanto pessoas brancas e de renda mais elevada alcançam níveis mais altos de escolaridade, pessoas negras e de renda baixa tendem a ter um menor índice de avanço escolar.

Estes dados mostram que o choque socioeconômico faz com que alunos deixem a escola não só por terem que sustentar suas famílias, mas também por não terem condições financeiras de manter a frequência na escola, como por exemplo, transporte, alimentação... etc. Também não podemos deixar de mencionar a pandemia da covid-19 que além de causar um aprofundamento dessas desigualdades socioeconômicas, se tornou mais um elemento que favoreceu a evasão escolar uma vez que afastou os estudantes das instituições enfraquecendo suas conexões com a educação.

CAPITULO 2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, constitui-se numa forma de compreender e referenciar a representação teórica de uma política pública educacional que busca promover uma efetiva mudança no cenário educacional do país dando oportunidade a pessoas que não tiveram acesso à escolarização no momento adequado.

A proposta de uma educação para jovens e adultos no Brasil se iniciou junto com a história do país. Essa modalidade de ensino se faz presente no Brasil desde a época da colonização com os padres jesuítas que se dedicavam a ensinar (catequizar) crianças, índios adultos, com o objetivo de propagar a fé católica (Ribeiro, 2016).

Aos jesuítas, foi delegada a tarefa de cuidar da educação para atender os filhos dos portugueses recém chegados, propagação da fé católica e da cultura portuguesa, catequizar os índios, com o objetivo claro de expansão religiosa, aliado aos interesses de consolidação dos processos de colonização do governo imperial e da consolidação da cultura portuguesa.

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa (Paiva, 2000, p. 43).

Posteriormente, os jesuítas passaram a ensinar regras para o convívio social e atividades profissionais aos índios e também para os escravizados, porque precisavam de mão de obra mais preparada para o exercício de funções em armazéns, engenhos e nas fazendas. Portanto, o acesso à escolarização foi ofertado aos índios e escravizados jovens e adultos com três objetivos claros por parte da coroa portuguesa: catequização, subjugação à coroa portuguesa e formação de mão de obra conforme as necessidades da economia do período colonial. E assim, por dois séculos, os jesuítas fundaram colégios e foram os responsáveis pela educação desenvolvida nesse período, unindo interesses religiosos aos da corte: formação religiosa e escolarização primária, evoluindo para o

ensino clássico. Percebe-se portanto, que os jesuítas tiveram um relevante papel para além da difusão do evangelho (Di Pierro; Haddad, 2009, p. 109).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a estrutura organizacional existente passou por mudanças, sendo, assumida pelo governo, resultando em descontinuidade em termos de finalidade e organização. Segundo Haddad e Di Pierro (2009, p. 121), “com a desorganização do sistema de ensino produzido pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, somente no Império voltaremos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos”.

A Constituição de 1824 previu a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, portanto, e por extensão legal, para jovens e adultos. Dez anos depois, através do Ato Adicional de 1834, passou-se a responsabilidade para as províncias, para que se incumbissem da educação de todos, ficando o Império com a educação superior. Devido as dificuldades financeiras das províncias, a referida lei não foi cumprida, ou seja, a educação continuou acessível para poucos, muito menos ainda para jovens e adultos, efetivando-se na prática a distância entre o direito legal e a garantia de acesso.

O Governo Imperial abriu possibilidades para as escolas que tivessem mais de um professor atender adultos que assim quisessem, duas vezes por semana, domingos e feriados. Nesse contexto fica claro que a obrigatoriedade do Estado de promover os meios e as condições se restringiu para quando houvesse disponibilidade. Esses adultos seriam homens pobres, analfabetos, ocupados em trabalhar para o seu sustento durante o dia e que receberiam a instrução primária, uma vez que o país estava se organizando, apresentava crescimento econômico naquele período, e a consequente demanda de trabalhadores mais preparados ficava evidente.

Diante do exposto, é possível inferir a ideia de que a educação destinada a jovens e adultos nos períodos Colonial e Imperial destinava-se ao ensino de ofícios em atendimento às demandas de trabalho de cada período.

Em 1876, durante o Brasil Império ocorreram os registros inaugurais do Ensino Noturno para adultos, intitulado de instrução popular. Com a Lei Saraiva em 1882, proíbe-se o voto dos analfabetos, momento em que se associa a escolarização à ascensão social e o analfabetismo a incapacidade e à incompetência (Gohn, 2001).

Em 1890, o Censo aponta 85,21% iletrados na população total. Já no século XX, o surto de nacionalismo e patriotismo, questão de desenvolvimento nacional, chama a atenção para o problema da escolarização. No ano de 1920, ainda foram registrados 75% de analfabetos. A partir desse movimento cresce o entusiasmo pela educação: ligas contra o analfabetismo fundadas por intelectuais, médicos e industriais imbuídos de fervor nacionalista, visam erradicá-lo e pregam patriotismo, moralismo e civismo. Alfabetizar tinha caráter político: aumentar o contingente eleitoral segundo Paiva, (1983).

Com o advento da República e a promulgação da primeira Constituição do sistema republicano de governo, marcando a transição da Monarquia para a República, poucas mudanças ocorreram na educação brasileira, seguindo-se um quadro de exclusão, analfabetismo e atendimento às elites. De acordo com Moura, “com a proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas (Moura, 2003, p. 31).

A ausência do Estado e os índices elevados de analfabetismo deram espaço à sociedade civil, que começou a se organizar, constituindo “ligas contra o analfabetismo”, pois o censo realizado em 1920 apontava que 72% da população acima de cinco anos era analfabeta, somado ao fato de que não havia escolas suficientes para atendimento da demanda. Então, a preocupação com a qualidade da educação é retomada (Haddad; Di Pierro, 2000). Ainda na década de 1920, tem início um fluxo de mobilizações em torno da educação como dever do Estado, período de intensos debates políticos e culturais. Em 1922 acontece a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, quando ocorre a primeira Conferência sobre o Ensino Primário.

De acordo com Di Pierro (2001), o entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico foram os dois movimentos da elite brasileira. O entusiasmo pela educação se compreendia como redentora dos problemas da nação. Esse movimento surgiu nos anos de transição do Império para a República, mas recuou em 1826, voltando novamente nos anos 1910-1920.

Mas vale ressaltar que foi somente a partir dos anos 1940 que foi dada a partida na Política Educacional Nacional, e a Educação de Jovens e Adultos passou a se formar e ser tratada como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira. Desde essa época, essa modalidade de ensino vem se mostrando como um sistema apto a melhorar cotidianamente (Ribeiro, 2016).

Conforme ressalta Paiva (1983), a década de 1940 foi um período excelente para a Educação de Jovens e Adultos. Podemos destacar no ano de 1942 um financiamento federal para alguns estados, chamado Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP, para construção de escolas estaduais e a implementação de recursos voltados à educação de adolescentes e adultos.

Em 1945 a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura, UNESCO, fazendo apelos ao desenvolvimento da EDA – Educação de Adultos, reconheceram os trabalhos estimulando outros programas de adultos analfabetos. Em 1947, com a criação do SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos, que tem como responsabilidade a inserção dos cidadãos na construção nacional com olhos para a industrialização, capacitação para o trabalho, principalmente na política, começaram também as campanhas de erradicação do analfabetismo.

Durante o ano de 1958 destaca-se a Campanha Nacional de Erradicação de Analfabetismo, surgindo então o Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que centraliza a procura de novos métodos direcionados a essa educação. Esse evento mostra experiências de alfabetização desenvolvidas em Pernambuco: as ações do MEB – Movimento Eclesiástico de Base e as ideias constituídas por Paulo Freire. A prática refletia um diálogo respeitando características socioculturais de classes populares (Paiva, 1983).

O golpe militar de 1964, levou Freire ao exílio uma vez que ele defendia que a educação como um todo deveria não ser somente para desenvolver a leitura e a escrita, mas sim para estimular os sujeitos à criticidade, assim foram desencorajadas as ações do MEB no Brasil.

Em 1967, iniciou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com objetivos políticos e sociais, definidos e controlados pelo governo militar. Nessa década teve início o ensino supletivo para a educação de jovens e adultos no Brasil, cujo o objetivo era escolarizar muitas pessoas da sociedade. Os cursos eram ministrados em classes, utilizando rádio, televisão, correspondências e outros meios de comunicação que permitia alcançar grande número de alunos, mas a metodologia não deu resultados concretos e aconteceu a evasão escolar.

O ensino supletivo e o Mobral tinham características semelhantes, como a questão da aceleração da educação. Os alunos estavam em busca de diploma para ingressar no mercado de trabalho sem consciência da importância do aprendizado. De 1986 a 1990 inaugurou-se a fundação EDUCAR, que previa recursos para o desenvolvimento da escolarização inicial de jovens e adultos, com a colaboração e execução de propostas, pelos municípios e alguns movimentos populares.

O grande diferencial da EDUCAR em relação ao modelo anterior foi que os programas de alfabetização de jovens e adultos se deu de forma regionalizada, onde os estados, distrito federal e municípios encaminhavam as demandas para a fundação, tornando o sistema menos centralizado. Nesse contexto, Souza Júnior (2012).46), destaca:

[...] a ação que a fundação privilegiava, sem dúvida, as formas indiretas, uma vez que buscava a descentralização das ações, mediante o incentivo, o apoio e o financiamento dos programas de educação de jovens e adultos. Faz-se importante destacar a prioridade de atendimento da Fundação, a qual seria as áreas ou regiões com maior concentração de jovens e adultos analfabeto, mas o atendimento nas áreas rurais e de interior também recebiam recursos necessários para a efetiva oferta de vagas nas turmas de educação básica de jovens e adultos. A Fundação Educar buscava privilegiar as regiões não cobertas pelos órgãos públicos estaduais e municipais, oferecendo apoio aos programas oferecidos e aprovados (Souza Júnior, 2012, p.46).

A EDUCAR chegou a elaborar materiais didáticos para serem distribuídos nas escolas públicas de todo o país, entretanto seu uso era opcional e muitas vezes era usado apenas como material complementar. Dentre todas as regiões atendidas, a região Nordeste foi a que mais teve jovens e adultos atendidos pela Fundação (Souza Júnior, 2012).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 ficam garantidos importantes avanços no campo da educação de jovens e adultos. No art. 208, a educação passa a ser direito de todos, independente de idade, e nas disposições transitórias, são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo.

A (EJA) Educação de Jovens e Adultos, foi instituída legalmente no Brasil como modalidade de ensino Fundamental e Médio em 1996, com a aprovação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) através da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualmente em vigor e destinada àqueles que não estudaram na idade escolar própria, em atendimento à demanda de jovens e adultos analfabetos, à baixa taxa de escolaridade e ao atraso escolar, cujos índices, historicamente compõem a realidade educacional do nosso país.

A LDB garante em seu art. 4, inciso VII a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência de escola” e no art. 24 § 2º estabelece que “os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. A LDB também estabelece que o Poder Público deve viabilizar e estimular a permanência do trabalhador na escola com ações integradas e específicas para a modalidade. A Lei nº 11.741, de 2008, inclusa na LDB ainda destaca que a EJA “deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. Foi a partir da LDB que a EJA se tornou política do Estado, dando suporte que o aluno melhore suas condições de trabalho e qualidade de vida, já que deixará de ter a qualidade de “iletrado”.

A nova Constituição, promulgada em 1988, trata do direito à educação básica inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, preconizando, ainda que isso ocorra sem distinção de raça, cor, gênero ou idade, além da igualdade de condições não apenas para o ingresso na educação, mas também sua permanência.

Porém, considerando que “nos anos 1980 começa a instauração da política neoliberal, as políticas educacionais foram diretamente afetadas impondo novas reformas educativas que implicavam em mercantilizar o processo educativo” (Libâneo, 2012, p.28), incitando a lógica mercantil também nas relações educacionais.

O Brasil que ainda vivia nesse período uma lenta e gradual mudança política, pois dialogava socialmente em prol da democracia e da cidadania, estava ainda se desgarrando das forças do regime militar que persistiam em muitos setores sociais, principalmente no campo político, desencadeando nos anos 1990 uma concepção produtivista nas políticas

educacionais, onde a educação é vista como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Essa noção, segundo Jesus Torres (2009), difundida por organismos internacionais, como o Banco Mundial, confere a EJA um papel secundário nas reformas educacionais, visto que baseadas em relações custo-benefício é priorizada a educação de crianças e jovens em idade apropriada, deixando de lado a educação de jovens e adultos, ficando as políticas sociais e, conseqüentemente, as educacionais, subordinada à lógica das exigências do mercado internacional.

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas e inserir-se na lógica eficiente do mercado, adotando os padrões produtivistas empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos consumidores competitivos e empreendedores diz Jesus Torres (2009, p. 136).

Um dos marcos que registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos é a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”. A conferência foi realizada de 05 a 09 de 1990 na cidade de Jomtien, na Tailândia. O evento inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial.

Entre os países com o maior número de analfabetos do mundo, estava o Brasil. Ele foi chamado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década nos diversos âmbitos sociais para além da escola.

Os projetos de governo que se seguiram nessa década tinham como princípio uma política neoliberal de globalização, onde o estado se via subjugado à iniciativa privada. Esse período compreendeu os governos de Fernando Collor(1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique (1995-2002).

No período compreendido entre estes governos, a EJA perdeu muito do espaço que havia conquistado enquanto política pública, deixando de participar das ações governamentais, pois o discurso neoliberal trazia a “solução” para o analfabetismo com

a universalização do ensino básico de crianças e jovens em idade apropriada, desconsiderando aqueles que não tiveram acesso à educação (Gentili, 2006).

De acordo com Vieira e Fonseca (2000) desde o início dos anos 90, a União tem transferido aos Estados e, principalmente aos municípios, os encargos da EJA, buscando inserir e envolver organizações não-governamentais e a sociedade civil. Ainda discutindo a mercantilização da educação frente os novos moldes, propostos a essa, ressaltam que a EJA ao fugir da lógica comercial e produtivista, tornar-se um “peso”, refletindo assim em seus afastamento das políticas públicas e desprovendo-a de recursos.

Em meio a um discurso produtivista que confere a educação escolar uma importante centralidade no desenvolvimento socioeconômico do país, tem se processado uma crescente desobrigação governamental face aos direitos sociais, dentre eles, educacionais. A educação de jovens e adultos tem sido uma das modalidades de ensino alijadas deste processo (Vieira e Fonseca, 2000, p. 12).

Vale salientar que a taxa de analfabetos vem caindo no país, mas ainda atinge 9,3 milhões de pessoas. Esse percentual é referente a pessoas com 5 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Dados divulgados pelo IBGE (2023) mostra a desigualdade regional, mais da metade dos analfabetos estão na região Nordeste do país. Para o IBGE é considerado analfabeto aquele que não sabe ler/escrever nem mesmo um simples bilhete. Essas estatísticas mostram o grande problema que é a educação no Brasil.

Essa situação reflete a preocupação do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva em retomar os avanços sociais na educação, buscando políticas educacionais que possam, resolver o déficit educacional.

2.1 O que é a EJA e como funciona

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada.

Essa modalidade de ensino permite que o aluno retome à sala de aula e conclua os estudos em menos tempo. Isso possibilita a sua certificação de conclusão, permitindo uma boa oportunidade de trabalho.

A EJA é ofertada tanto no ensino presencial, como à distância (EAD), com o objetivo de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. Anterior a criação da EJA, essa modalidade era conhecida como supletivo. Atualmente o programa é dividido em etapas, abrangendo o ensino fundamental e médio.

A EJA Ensino fundamental é destinada a jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. A conclusão do curso tem duração média de dois anos.

A EJA Ensino Médio destina-se a alunos maiores de 18 anos que não completaram o Ensino Médio, que completa a Educação Básica no Brasil. Ao concluir essa etapa, o aluno está apto para realizar provas de vestibular e Enem, caso deseje entrar pra universidade. O tempo de conclusão é de 18 meses.

As disciplinas lecionadas na EJA estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que define aprendizagens necessárias para o desenvolvimento do aluno na Educação Básica do país.

A EJA tem como uma das principais funções preparar o jovem para o mercado de trabalho, tendo em vista que estas pessoas tem mais oportunidade para conseguir emprego. A iniciativa possibilita que eles estejam prontos para conquistar oportunidades que podem mudar suas vidas. Logo, cursar o ensino fundamental e médio é um modo de abraçar as oportunidades que vão surgir no futuro. Isso porque vários conhecimentos se abrem, despertando novos desejos e interesses.

Infelizmente nem todos sentem-se entusiasmado para retornar a escola, achando que o tempo já passou, e assim acabam perdendo a chance de trilhar um caminho promissor.

2.2 Evasão escolar na modalidade EJA

Hoje, no Brasil a evasão escolar se constitui como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. O maior índice de evasão está relacionado às necessidades dos jovens trabalharem para ajudar na renda da família, fazendo com que aumente cada vez mais o número de adolescentes que deixam cotidianamente as salas de aulas (Silva, 2018).

Vale salientar que a evasão ocorre em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, não se excluindo a modalidade EJA.

A EJA é uma nova modalidade de ensino que surgiu no Brasil, para melhorar e dar oportunidade para pessoas que não concluíram a educação básica na idade ideal. Por ser de natureza mais comum ao público que comumente não se situa na idade escolar, a EJA, porém vem crescendo em todo país, atualmente com 4.526.228 estudantes.

Como nos diz a lei 9.394/96:

A educação de jovens e adultos para aqueles impedidos de realizar seus estudos no período previsto pelo sistema educacional existe a possibilidade de matrícula nos programas de Educação de Jovens e Adultos. Esta modalidade integra a educação básica destinada ao atendimento de alunos que não tiveram na idade apropriada, oportunidade de acesso, ou mesmo de continuidade nos estudos no ensino fundamental ou médio.

Segundo Santos (2014) há vários obstáculos aos estudos na EJA onde estes são característicos da escolarização tardia, que é um quadro da baixa escolaridade, que traz o estereótipo de constrangimento que o aluno carrega.

Paulo Freire contribui em sua obra “A Pedagogia do Oprimido” afirmando que para que o educando de fato aprenda e goste de aprender que o seu conhecimento de mundo seja respeitado e que o educador instigue-o a usar esse conhecimento prévio para a aquisição do aprendizado.

Campos (2003), ver a evasão escolar na EJA como um abandono temporário ou não, havendo nisso muitas razões de ordem social e principalmente econômica que convergem para a evasão. De acordo com Patto, a reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional, há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares (Patto, 1997, p. 59).

Os fatores que levam à evasão escolar nesta modalidade são muitos. Dentre estes fatores estão: dificuldade para conciliar o tempo de estudo e do trabalho, cansaço físico, dificuldade de acesso e o próprio desinteresse pelo conhecimento. Aliado a esses fatores, está a falta de estratégias direcionadas ao público de educação de jovens e adultos, pelas instituições de ensino, o que acaba culminando na evasão, pois falta subsídios tanto financeiro, quanto psicológico, e portanto, acabam por desistir mais uma vez. Essa questão das causas da evasão na modalidade EJA, levanta algumas contradições entre autores, pois cada um vê a evasão por ângulos diferentes, de modo diverso e por amplos motivos, como afirma Amaral e Costa (2005):

segundo esses autores, várias são as causas da evasão na EJA, tais como as sociais, políticas, culturais e pedagógicas. Ambos enfatizam que entre as pedagógicas, pode-se destacar a falta de uma proposta pedagógica em que as disciplinas sejam integradas, já que no mundo elas não estão separadas e, o adulto por carregar um conjunto de saberes que adquiriu na prática social, precisa se situar nos conteúdos propostos para cada disciplina. Geralmente quando o adulto volta para a escola sente-se um pouco retraído, vê-se como uma pessoa já velha, que não teve oportunidades e desse modo, cabe ao professor estimulá-lo a fim de que ele possa participar de todas as atividades propostas e que possa se sentir bem com o seu grupo de estudos (Amaral; Costa, 2005, p.28).

Oliveira e Eiterer (2012) ao abordar sobre os motivos da infrequência de jovens e adultos na EJA, assinalaram que muitos desses alunos, em especial os que trabalham buscam a (re) escolarização, possuem uma contradição entre seu discurso e a realidade. Segundo os autores, os alunos afirmam que estudar é importante, porém quando estão matriculados em um programa de EJA, o que se observa é uma significativa taxa de infrequência.

Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a evasão escolar dentro da EJA, essas transpõem a sala de aula e vão para além dos muros da escola.

Vários fatores determinantes para a evasão escolar na EJA foram listados por Oliveira e Eiterer. São eles:

quando os jovens e adultos abandonam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, falta de professor, falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa pra eles (Oliveira e Eiterer, 2012, p. 05).

A evasão na modalidade de educação de jovens e adultos constitui um grande problema relacionada a educação brasileira. A maioria dos alunos quando abandonam o ano escolar e retornam às salas de aulas apresentam uma defasagem série/idade que, inevitavelmente, os trará conflitos variados e mais uma vez evasão. É nesse contexto que está inserida a Educação de Jovens e Adultos, para atender a essa clientela tão diversa e de interesses distintos. As causas da evasão na EJA são diversas, como é diversa a sua clientela. Como exemplo podemos citar problemas socioeconômicos, falta de qualificação dos profissionais e metodologias inadequadas.

Mesmo tendo acesso à escola, o grande problema que envolve jovens e adultos é a não permanência na sala de aula, essa questão tem sido motivo de discussões. Todavia, há um imenso caminho a ser percorrido, onde se faz necessária a efetiva participação de todos os envolvidos nesse processo, não se pode deixar a responsabilidade dessa questão apenas voltada a um número restrito de indivíduos, há de se entender que são muitos os responsáveis pela mudança e pelo combate à evasão escolar na EJA.

2.3 O perfil do aluno da educação de jovens e adultos

Independentemente de sua idade cronológica, o ser humano apresenta a tendência de aprender com maior facilidade um determinado conhecimento quando ele é apresentado inicialmente de forma mais geral, buscando os conhecimentos prévios de cada pessoa, e em seguida, se desdobrando as ideias mais específicas para ampliar a compreensão (Ausubel, 2003).

As pessoas nunca deixam de aprender, mesmo aquelas que deixaram seus estudos quando jovem. A ausência da educação escolar representa uma grande lacuna para o indivíduo e uma perda enorme para a cidadania, hoje isso pode ser contornado devido a existência de um nível de ensino que se dispõe a trabalhar com pessoas que

interromperam sua atividade escolar, sendo conhecido como Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que alcança todos os níveis da educação básica nacional. Com isso jovens, adultos ou idosos que não finalizaram seus estudos de maneira convencional e na idade apropriada, podem concluir sua formação básica em tempo hábil.

Historicamente o Brasil gerou um contingente populacional que não conseguiu completar a escolaridade básica: 52,1 milhões de brasileiros não concluíram o ensino fundamental e outros, 19,2 milhões possuem o ensino médio incompleto. Por isso, é importante que o país consiga expandir programas de educação de Jovens e Adultos.

Arroyo (2017) no livro *Imagens Quebradas*, nos mostra que a EJA, não é somente o espaço para o ensino de pessoas adultas, mas que no decorrer dos anos foi ganhando um novo público como jovens e adolescentes. É necessário compreender as subjetividades da EJA, que os compara aos excluídos, os oprimidos, marginalizados, que devem apenas obedecer às normas e serem disciplinados.

Segundo Arroyo não há como ignorar, não ver os corpos dos educandos sejam crianças ou adultos como corpos oprimidos, ameaçados. As teorias pedagógicas os olharam. Como? Irrequietos, indisciplinados, violentos a serem submetidos à razão, ao controle, à moralização, aos processos de ensino, aprendizagem. Corpos olhados, avaliados sob a racionalidade, moralidade do paradigma único, racional de aprendizagem e de formação (Arroyo, 2019, pp. 12, 13).

Conseqüentemente, os perfis dos estudantes da EJA são eminentemente diversificados quanto a idade, condição social e financeira. Vale ressaltar que não existe uma idade máxima para fazer o EJA. Qualquer pessoa com mais de 15 anos pode voltar à sala de aula para ser alfabetizado ou concluir seus estudos.

Na sala de aula, esses sujeitos são jovens, adultos e idosos que possuem faixas etárias diferentes, experiências de vida diferentes, fazem parte de um grupo diferente, mas que em algum momento da vida deixaram de frequentar a escola ou até mesmo nem chegaram a ir, devido ao trabalho, a evasão escolar, repetência ou por morar longe da escola, ou até mesmo porque essa escola os excluiu.

Algumas instituições dividem as turmas conforme a faixa etária, para facilitar a realização de trabalhos em grupos e tornar a classe mais homogênea. Contudo, turmas que contam com pessoas de diferentes idades também são muito ricas, pois os alunos podem aprender bastante com as diferentes vivências uns dos outros. Enquanto alguns desses estudantes já trabalham em diferentes ramos e conjunturas, muitos outros continuam desempregados e vislumbram na EJA uma oportunidade de qualificação e crescimento profissional.

Em 2020 havia três milhões de matrículas de EJA no Brasil. As regiões Nordeste e Sudeste são as que possuem o maior número de matrículas nessa modalidade. Na Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental, 66,8% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, que apresentam 28,8% e 4,4%, respectivamente (Brasil, 2021).

Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 88,9% das matrículas, seguida da rede privada e da rede municipal com 8,0% e 2,0%, respectivamente (Brasil, 2021).

Vale ressaltar que o número de estudantes na EJA, a Educação de Jovens e Adultos vem caindo acentuadamente nos últimos anos. Os dados são do Censo Escolar 2022, divulgado pelo MEC, Ministério da Educação.

Segundo Schwartzman (2005), geralmente é depois da adolescência que o indivíduo reconhece a necessidade do conhecimento escolar e passa a buscá-lo. As causas de não ter se alfabetizado no tempo regular podem ser diversas, como o fato de ter que trabalhar cedo pra sobreviver, difícil acesso à escola, desmotivação, cansaço ou até mesmo a falta de interesse, ao chegar na juventude ou na fase adulta, a pessoa percebe o quanto a educação lhe faz falta e sentem a necessidade de alfabetizar-se. Nesse sentido, quando falamos em adultos em processo de alfabetização, no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências da infância na qual não puderam permanecer na escola por necessidade de trabalhar, ou por concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender”.

Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite, nas quais o tempo de infância, foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias.

A modalidade de ensino para jovens e adultos se dispõe a atender estudantes maiores de 15 anos que não conseguiram terminar os estudos em idade regular ou que estão em defasagem série e idade, de acordo com a legislação atual. Geralmente o público da EJA é composto por pessoa com problemas econômicos, vítimas de exclusão social, fracasso escolar e baixa autoestima que os conduzem a abandonar a escola (Teodoro, 2011). Muitas vezes, ao retornar os alunos se deparam com um currículo que não atende as suas necessidades, em razão de diversos fatores, entre os quais a oferta de conteúdos que estão fora da realidade e o uso de metodologias inapropriadas para o público em pauta.

EJA é o nome dado ao antigo “supletivo”, oportunidade para a conclusão da formação escolar em diferentes idades. As aulas costumam ser dadas à noite, sobretudo na rede pública, em classes de faixas etárias e formações diversas. Ao final do curso, as turmas são submetidas a exames de verificação da aprendizagem para, então, receberem o diploma correspondente à fase concluída.

Segundo Di Pierro e Haddad (2001), a Educação de Jovens e adultos é constituída em sua maioria, por indivíduos que possuem uma vasta experiência de vida. Dessa forma, eles agregam ao ambiente escolar o que realizaram de melhor e compartilham suas experiências.

O perfil etário dos alunos da EJA é composto predominantemente por indivíduos com menos de 30 anos, que representam 61,3%, das matrículas. Nessa mesma faixa de idade, os alunos do sexo masculino são maioria, representando 56,8%. As matrículas de estudantes acima de 30 anos, são compostas pelo sexo feminino, representando 59,0% (Brasil, 2021).

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos, diferem dos demais alunos, pois é composta por um público diverso. Os alunos da EJA são trabalhadores, pois muito cedo começou a experiência com o trabalho e deixou a escola regular por algum motivo. Com o passar dos anos precisou voltar a estudar por causa do trabalho ou por causa das cobranças da própria sociedade. Estes alunos possuem idades, origens, vivências profissionais, históricos escolares e aprendizagens diferentes (Brasil, 2021).

Nessa etapa de ensino, um ponto que também merece destaque, é o número de matrículas concentradas na zona rural. O contexto rurícola concentra o maior número de

matrícula da EJA. O aluno da EJA é o próprio aluno excluído do sistema regular, que vem dos bairros pobres, da zona rural e acabam ocupando espaços de trabalho não qualificado. Sobre essa questão, Oliveira destaca que:

a exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal devido a aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos tem vergonha de frequentar a escola depois de adultos, muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças e por isso sentem-se humilhados, tem insegurança quanto a sua própria capacidade para aprender (Oliveira, 1989, p.66).

No livro “Passageiros da noite do trabalho para a EJA: itinerários para uma vida justa”, Arroyo nos traz uma reflexão sobre o sujeito da EJA, que deixa claro que são pessoas pobres, trabalhadores, que vem do campo, são mulheres, negros (as) que saem do trabalho direto pra escola, que percorrem um longo caminho, saem cedo de suas casas em busca do sustento e quando chegam vão para a EJA. Segundo o autor:

Devemos começar por focar os personagens desses deslocamentos ou por vê-los como percursos dos personagens pobres, trabalhadores empobrecidos da cidade ou do campo, mulheres, negros (as). Quem são os que com eles esperam na fila? A que grupos sociais, raciais, sexuais pertencem? Aqueles/as que esperam nas filas – os passageiros do fim do dia e do início da noite – não são aqueles/as que se deslocam nos carros para o trabalho, para as faculdades ou para as casas – homens, mulheres brancos/as das classes médias, altas. São outros sujeitos e outros deslocamentos. Vêm de outros trabalhos, e não se deslocam para completar percursos escolares. As pessoas adultas, jovens ou adolescentes nas filas à espera de ônibus vêm também do trabalho, mas de outros trabalhos e de jornadas longas, cansativas. As diferenças de percursos humanos, de trabalhos e de transportes revelam percursos sociais, raciais, de classes diferentes. Identidades sociais, raciais diferentes. São os mesmos passageiros do amanhecer. Bem cedo se deslocam dos bairros e das vilas para o trabalho como domésticas ou pedreiros, serventes, limpadores/as de ruas, de escritórios, ou como

serventes nas escolas, nos espaços públicos. Passageiros do amanhecer do início do dia para, no fim de tarde, no início da noite irem para a EJA. Uma modalidade de educação para os diferentes em percursos sociais e humanos (Arroyo, 2017, pp. 22 -23).

Arroyo (2017) destaca ainda que os sujeitos da EJA, são jovens, adultos que são tímidos, com baixa autoestima, às vezes com problemas de saúde, e a escola é o espaço que deve trazer ações que respeitem essa diversidade e busquem métodos que incluam a todos.

São alunos que não possuem identidade porque precisam se reinventar na EJA, pois é na EJA que procuram suas identidades, que buscam respostas para suas indagações e isso deixa claro que pouco conhecem de si mesmo, e nem sempre encontram as respostas que procuram, e essa ausência de identidade reforça o sentimento de desumanização do qual são vítimas.

Arroyo e Paulo Freire destaca que o processo educativo deve ser humanizador e libertador, que na EJA a educação deve acontecer dentro e fora da escola, e que o diálogo entre educador seja fundamental para aprenderem juntos.

De acordo com Gadotti (2017), a EJA tem o intuito de reparar e equilibrar as diferenças e os desajustes sociais existentes, facilitando o direito à igualdade de acesso e permanência dos alunos na escola, assegurando assim que ingressem no mercado de trabalho. Dessa forma, é importante ampliar a oferta de EJA integrada à Educação Profissional, que abre possibilidade de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Segundo Paulo Freire (2011), a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele, preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante ressaltar que Paulo Freire contribuiu positivamente para a Educação de Jovens e Adultos, pois ele colaborou com a construção de uma educação que prioriza a consciência reflexiva, crítica e libertadora, entendendo o analfabetismo como um problema social.

Atualmente no Brasil, os alunos que começam a estudar o ensino fundamental mais da metade não conseguem terminar o ensino médio no tempo previsto. Por isto o caminho encontrado pra eles terminarem seus estudos é a Educação de Jovens e Adultos. Com esta realidade era preciso que houvessem mais recursos e os governantes investissem mais em educação, mas de modo precípua na EJA.

2.4 A modalidade EJA na Constituição Federal e na legislação educacional brasileira

Através da história da educação no Brasil observou-se ao longo dos anos a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no processo de alfabetização. Sendo assim, uma das políticas educacionais de maior expressividade no que tange a EJA teve início com a Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205 estabelece que: “A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Deste modo o artigo deixa claro na Constituição Federal de 1988, a relação entre educação, cidadania e a preparação para a vida na sociedade. Garantindo o direito a educação a todos os cidadãos brasileiros como é mencionado no artigo 208, que assim diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988).

Com a reforma da Constituição Federal em 1988, houve a ampliação do dever do Estado em relação à Educação de Jovens e Adultos, que contemplava a garantia ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. Já nos anos 90 a EJA tinha como desafio estabelecer estratégias políticas e metodologias criativas, ao oportunizar um ensino de qualidade para todos (Porcaro, 2011; Friedrich et al., 2010).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Ela reiterou os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino, adequando suas necessidades e condições de aprendizagem, estabelecendo as responsabilidades dos entes federados na identificação e mobilização da demanda, com

garantia ao acesso e a permanência. A EJA passou a ser uma modalidade da Educação Básica. O texto da Lei garante o atendimento aos jovens e aos adultos que não tiveram acesso ou não deram continuidade aos estudos na idade apropriada no sistema regular.

De acordo com o art. 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996). Portanto, trazer a cultura dos povos para a sala de aula, além de estar contemplado na LDB, é um mecanismo útil para valorizar e tornar a educação mais palatável para todos já que os significados emergem a partir dos conhecimentos que lhes são mais peculiares, como proposto na Teoria de Ausubel, ou seja a valorização dos conhecimentos prévios para a construção de novos significados.

A partir de 1996, uma série de ações foram propostas na tentativa de garantir aos sujeitos que se encontravam fora do sistema escolar ou que já apresentavam defasagem idade série dentro do sistema regular.

O papel do Poder Público na garantia de atendimento e no direito à educação está disposto no discurso legal. Assim, as políticas públicas para a EJA encontram respaldo nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e também nas iniciativas de Estados e Municípios que buscam garantir esse atendimento. Contudo, vale ressaltar que as iniciativas de Estados e Municípios, com relação à modalidade EJA, tem sido insuficientes diante das reais necessidades da população. Essa insuficiência no atendimento, certamente tem relação direta com os recursos destinados à modalidade EJA, que são escassos e pulverizados, sendo este um dos principais limitadores da oferta pública sem a qual não se cumpre o direito constitucional à educação (Haddad, 2001).

Com a reforma educacional ocorrida nos anos 90, houve alguns retrocessos no que tange às políticas públicas destinadas à EJA, assim como são apontadas lacunas entre os discursos e práticas baseadas na LDB:

a nova LDB, apesar de reconhecer o direito à EJA deixou de lado uma série de iniciativas importantes à realização plena desse direito, não dedicando nenhum artigo ao problema do analfabetismo. A Emenda Constitucional, que reformou a Constituição, estabeleceu o Fundo de

Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF), um sistema de financiamento que não contemplou a EJA, já que impedia que se registrassem as matrículas do Ensino Fundamental presencial de jovens e adultos para efeito dos cálculos do Fundo, focalizando o investimento público no ensino de crianças e adolescentes de sete a quatorze anos. Tanto a LDB quanto a Emenda Constitucional estabeleceram limitações à plena implementação do direito à EJA, impedindo a sua universalização e a sua oferta com qualidade. Assim, o discurso da inclusão predominante na década de 1980 foi substituído pelo discurso da limitação desse direito, permanecendo o reconhecimento formal do direito, mas não sendo consignadas as condições para sua plena realização (Porcaro apud Haddad, 2011, p. 32).

A modalidade EJA recebe maior atenção com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, que substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), uma vez que este último, instituído em 1996, não atendeu a modalidade. Trata-se de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no artigo 212 da Constituição Federal. Compõe também o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre no âmbito de cada Estado (Brasil, 2006).

A Resolução CNE/CEB, número 3, de 15 de junho de 2010 instituiu Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso e certificação nos exames de EJA. A Resolução CNE/CEB nº 3/2010,

Segue na mesma linha de busca da garantia do padrão de qualidade, do padrão mínimo de qualidade considerando a atenção ao processo educativo como um todo (infraestrutura, gestão, formação, valorização dos profissionais da educação, financiamento, jornada escolar, organização pedagógica entre outros), o direito a uma educação de qualidade, a qualidade social da educação, a exigibilidade da qualidade

social, a qualidade de ensino, a qualidade do processo educativo, o acesso e permanência do aluno, sendo todos esses aspectos com ênfase na EJA (Brasil, 2010).

Ao longo dos anos, a Educação de Jovens e Adultos passou e ainda passa por transformações com o objetivo de garantir aos jovens e adultos um lugar na sociedade por meio de uma educação transformadora, uma educação voltada para a conscientização, que vai além do ato de ler e escrever, partindo do diálogo e do conhecimento entre os sujeitos.

Partindo desse pressuposto, Alberto Noé (2000) destaca que as ideias de uma educação voltada para a transformação da realidade dos indivíduos, vêm em consonância com as ideias defendidas por autores clássicos como John Dewey e Karl Mannheim, que em suas obras defendem a educação como um processo que deve promover mudanças sociais, e que estas sejam capazes de promover o desenvolvimento socioeducacional dos estudantes. Desta forma, para Dewey educação e democracia caminham juntas, pois estimulam e preparam os sujeitos para viverem em sociedade buscando maior igualdade de direito. Segundo Mannheim, seria a sociedade que define a educação. Assim, compreenderemos a educação como um importante instrumento na luta contra o subdesenvolvimento, sendo também um fator gerador de inovações e renovações capazes de promover transformações significativas na sociedade.

2.5 A importância da educação de jovens e adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi criada para o indivíduo que não teve oportunidade de iniciar ou concluir seus estudos em idade escolar no Ensino Fundamental ou Ensino Médio. A EJA almeja também desenvolver novas habilidades, formar cidadãos críticos, questionadores e conhecedores de seus direitos e deveres, além de um sujeito pleno e apto para exercer seu papel na sociedade.

Alfabetizar jovens e adultos é uma preocupação antiga que não se limita a uma tarefa meramente escolar, mas que está intimamente ligada a sonhos, expectativas e anseios de mudanças, e que portanto, trabalhar com essa clientela não deve apenas ficar restrito no que trata o pedagógico, mas também analisar as questões culturais e sociais dos educandos, construindo um currículo e conteúdos diferenciados.

De acordo com Gadotti (2017), cabe à escola desenvolver juntamente aos seus profissionais a tarefa de organizar de forma eficaz os componentes curriculares que

permita ao aluno o desenvolvimento dentro de um processo de aprendizagem deste, permitindo aprender não somente a ler e escrever, mas conhecer o mundo criticamente.

Um dos grandes desafios para Freire (2002), é permitir que educandos e educadores possam construir-se mediante mediações em que ambos aprendem, trocando, experiências, conhecimentos e assim avançando.

A escola que trabalha com a valorização social e cultural de seus educandos deve ter a capacidade de interpretar vários saberes e conhecimentos, não ficando restrita somente aos saberes pedagógicos, e não isolando estes do resto do mundo, uma vez que educadores e educandos são sujeitos do mundo. Dessa forma percebemos que, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos não é apenas uma reposição de escolaridade, ela fomenta a construção de conhecimentos que transformam o mundo.

Vale salientar, que esses sujeitos já possuem uma educação informal, com base familiar e grupo social onde estão inseridos. Razão pela qual necessitam de uma pedagogia diferenciada e adaptada, na busca por uma perspectiva de vida melhor, em um mundo consciente e solidário, onde é possível evidenciar transformações nas áreas legislativa, pedagógica e intelectual.

Ao analisar o histórico da EJA, percebemos a evolução nas esferas conceituais e organizacionais. Essa evolução traz ao seu público-alvo uma visão equalizadora, de compromisso com a qualidade social, da formação e com vistas à inclusão; assim não há mais o caráter compensatório, mas sim de diálogo e liberdade de se expressar criticamente, como deve ser em uma democracia.

Um dos mais importantes colaboradores da EJA, foi Paulo Freire, educador, escritor e filósofo pernambucano, que defende a educação democrática e libertadora: “[...] mundo do trabalho é um mundo emancipador para contribuir na formação de sujeitos que identifiquem os próprios interesses e leiam o mundo e ajam nele, transformando-o” (Freire, 2009. p. 13). Paulo Freire vivenciou a Educação de Jovens e Adultos de forma especial, pois não foi somente professor dessa modalidade, foi também um dos alunos integrante desse tipo de educação.

Segundo Santos (2014), o método Paulo Freire, trabalha em cima da cultura dos educandos, pois a importância do saber ler e escrever, está diretamente ligada a realidade cultural dos alunos da classe de jovens e adultos. Se a aprendizagem se desse de forma

distanciada da realidade de cada um deles, não faria sentido algum dominar a leitura e a escrita se não pudessem utilizá-la para fazer a leitura do seu mundo.

A influência de Paulo Freire na modalidade de Educação de Jovens e adultos é extremamente rica e positiva, devido à metodologia criada por ele, a qual permite a ligação do educando com o mundo em que vive, sem causar no aluno a sensação de que se encontra fora dele. A questão de fazer com que o educando se conscientize do seu espaço, na sociedade em que está inserido, não é alimentar a passividade deste em aceitar a sua condição atual, mas de estimulá-lo a conscientizar-se, não somente da sua situação, como também poder modificar a sua realidade, participando desta transformação de forma ativa. Desta forma o sujeito, não se sentirá à margem da sociedade que deseja modificar, e sim, inserido nela.

A educação libertadora defendida por Paulo Freire é caracterizada pela emancipação do sujeito, passará por mudanças e transformações, estará apto para tomar decisões próprias, exercer sua cidadania com autonomia e transformar sua realidade.

Conforme Faundez (2002, p. 213), “o conceito de alfabetização já não pode ser considerado, como um simples processo de aprendizagem da leitura e da escrita de uma língua determinada”. Há a necessidade do educando aprender a fazer a sua leitura de mundo. O que tornar-se mais importante do que apenas dominar a leitura e a escrita. Ser alfabetizado é também ter um senso crítico aprimorado, fazer uma análise do seu papel na sociedade e compreender-se como ser ativo dentro dela. Ler e escrever não pode mais ser vista como mera repetição do que está escrito, é abrir a janela para o mundo e se ver presente no mundo, ou seja, alfabetizado e letrado, é compreender o mundo e os significados que este representa, e fazer parte deste como ator e não como mero coadjuvante.

Percebemos assim, a relevância da EJA como modalidade de ensino, permitindo aos educandos inserir-se no mundo do conhecimento, podendo então concluir seus estudos, garantindo o direito de ter uma metodologia adequada a sua idade e um currículo capaz de desenvolver seus saberes dentro de um processo de ensino e aprendizado que garanta a eles viver de forma autônoma e construtiva. Claramente fica evidente que o objetivo desta modalidade é possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade de estudo de todas aquelas pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar.

2.6 Estratégias de combate à evasão escolar

O fato de todos os cidadãos terem o direito constitucional a educação, não exige de grandes desafios, que requer um esforço de todas as esferas do poder, seja federal, estadual ou municipal e da própria escola, a fim de garantir a escolarização no tempo certo. No entanto, um grande desafio para a educação básica brasileira é a grande taxa de evasão escolar. Segundo Pereira (2019) o nível de evasão de algumas pesquisas mostram que 13.2% dos alunos que cursam o ensino médio abandonam a escola sem concluir os estudos.

A evasão escolar é um problema enfrentado por todas as escolas, visto que vários fatores influenciam a desistência desses alunos, como a desassistência dos alunos, e não somente fatores internos, mas fatores externos como problemas familiares, sociais e culturais.

Segundo Azevedo (2011), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores seja social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores tem contribuído a cada dia para o problema se agravar diante de uma didática ultrapassada.

Para Libâneo (1994) a atuação da escola é importantíssima na preparação do cidadão para o mundo adulto, para que sejam capazes de enfrentar as diversidades da vida, que tenham a escola como instrumento de aquisição de conhecimentos que permita viver em uma sociedade de forma igualitária.

Na perspectiva da LDBN (1996), é necessário buscar compreender o processo de evasão escolar, para assim poder identificar os reais fatores internos ou externos que levam as crianças, jovens e adultos a abandonar a escola, interrompendo o processo de aprendizagem. Para isso é importante conhecer a legislação brasileira, as políticas públicas, que tem por finalidade minimizar esse problema e garantir a permanência de todos os alunos na escola.

Mesmo com todo arcabouço teórico que a legislação brasileira apresenta para garantir o direito a educação para todos, os desafios são enormes, visto sob a perspectiva de Arbache, este afirma que: a cada ano os índices de evasão escolar tem crescido no Brasil tornando-se estas instituições despreparadas, sem propostas evolutivas, pois se sabe que a educação está dentro de um processo dialético e transformador, mas continua parado sem fornecer aos alunos novas perspectivas, apesar dos órgãos competentes que direcionam as instituições educacionais priorizarem este setor na qualificação continuada por áreas e abrindo programas na formação superior, mas os resultados não tem sido o esperado, tanto para o MEC, quanto para a as famílias e os alunos (Arbache, 2001, p. 67).

Para Ribeiro (1991) e Bobbio (2004) ao analisar a questão da evasão escolar alguns aspectos precisam ser observados, pois partindo do princípio que uma das principais causas da evasão escolar é o desinteresse dos próprios alunos, os professores precisam desenvolver metodologias e estratégias que desperte o interesse pelas aulas e os alunos se atentem para a importância de construir seus conhecimentos para não abandonar os estudos. Para esses teóricos é necessário que os alunos tomem consciência da importância do estudo e se dediquem sempre para vencer as suas dificuldades e permanecer nas instituições escolares. Mas, sobretudo, que o poder público, a escola e a família ofereçam as condições necessárias para que os alunos concluam seus estudos.

Diante do exposto, a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma prática em que o aluno deixa de frequentar a escola e abandona o ensino em decorrência de diversos fatores, sendo necessário compreender as estratégias que podem ser adotadas para o enfrentamento do problema. Dentre os principais aspectos relacionados à evasão escolar na EJA menciona-se distância da escola, necessidade precoce de trabalho, cansaço físico, bem como a ausência de engajamento às práticas pedagógicas propostas.

Essa fala é referendada por Silva (2018), que diz que às dificuldades de aprendizagem está relacionada a realidade social do aluno na EJA, a distorção idade e ano de escolarização, a falta de escola próxima à residência do aluno, dificuldades de conciliação trabalho e escola e práticas pedagógicas distantes da realidade.

Ao analisar o problema da evasão Libâneo (2014) reforça os problemas de vida dos alunos que são transportados para o ambiente escolar e fatores como baixo autoestima

e opressão associados a condição de vida. Aponta que os problemas de aprendizagem estão intimamente ligados à falta de interesse pelas aulas.

Para Libâneo (op. Cit), a evasão na EJA é multifatorial e pode estar associada às dificuldades de aprendizagem causadas por fatores biológicos, psicológicos ou sociais. Em decorrência da evasão, muitas turmas são fechadas antes mesmo do término do período letivo semestral. Diante desse contexto entendemos que, para tornar efetiva as ações práticas de combate à evasão escolar, é essencial identificar as causas que estão levando os alunos a abandonar as salas de aula e criar soluções possíveis para redução do problema, é necessário refletir sobre estratégias eficazes para combater a evasão na modalidade EJA.

Entre as inúmeras estratégias, a gestão eficiente das práticas pedagógicas pode ser tida como primordial para o enfrentamento do problema no contexto da Educação de Jovens e Adultos. O reconhecimento das estratégias adequadas pela gestão e o corpo docente é condição essencial no combate à evasão.

A gestão escolar se caracteriza por ser a forma de administrar uma escola e dar significado aos recursos que foram obtidos e aplicá-los a educação, partindo disso é primordial que a escola compreenda que o ensino na EJA precisa ir além das salas de aula para ocorrer uma aprendizagem efetiva. Segundo Amorim (2018), a gestão escolar é de grande relevância nos processos educacionais, é a essência e o primórdio, e é onde todos os segmentos passam a favorecer melhorias no espaço educacional.

A modalidade traz consigo uma enorme taxa de evasão escolar e partindo desse pressuposto, a gestão escolar deve adotar estratégias para diminuir essas taxas, criando um ambiente educacional propício para a aprendizagem e que desperte nos educandos a vontade de estar em sala de aula, diminuindo assim o abandono escolar.

Vale dizer que a educação tem o compromisso de priorizar e possibilitar ao estudante o desenvolvimento da propriedade dos conhecimentos e o desenvolvimento cognitivo afetivo dos sujeitos, mesmo que seja um desafio acerca da gestão escolar democrática na Educação de Jovens e Adultos, mas que saibamos que como cidadãos inseridos no mundo, como sujeitos participativos, podemos superar as desigualdades e a exclusão social.

É importante desenvolver uma gestão de aproximação com o ambiente comunitário, de aproximação com o aluno que reconheça os cenários e as dificuldades encontradas para traçar estratégias de enfrentamento dos problemas. Também é importante investigar o que leva o aluno para fora das salas de aula. Este é um passo importante que, a equipe como um todo, gestores e professores, podem planejar para encontrar alternativas que resolvam tal situação.

Diante dessa realidade, nos últimos anos o poder público vem desenvolvendo programas voltados a combater a evasão escolar. Segundo o Ministério da Educação são lançados e implementados vários programas direcionados a melhoria da educação e o combate à evasão escolar no Brasil. Sob a perspectiva de resolver o problema da evasão escolar, destacamos alguns desses programas: Programa Caminho da Escola; Programa Bolsa Família e Programa Brasil Alfabetizado. Vejamos como estes programas podem contribuir para minimizar o problema da evasão escolar.

O Programa Caminho da Escola tem como na finalidade a melhoria efetiva na qualidade do transporte escolar, principalmente dos alunos que residem em comunidades ribeirinhas e rurais espalhadas por todo Brasil.

O Programa Bolsa Família contribui no combate à evasão escolar, atendendo famílias que vivem em extrema pobreza. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básico como saúde, educação e assistência social.

O Programa Brasil Alfabetizado surgiu com o objetivo de combate ao analfabetismo, a fim de oferecer uma assistência técnica e financeira por parte do Governo Federal aos Estados e Municípios, com vistas à universalização da alfabetização da população com mais de quinze anos, a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. (DECRETO nº 10. 959, 02/2022). Ou seja, com a missão de garantir a possibilidade de estudo para pessoas a que por motivos diversos não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos ou nem mesmo de iniciar.

Um aspecto importante desse programa é o resgate de jovens que se evadiram da escola, mas sobretudo das pessoas adultas, que por circunstâncias da vida familiar, social ou econômica não tiveram a oportunidade de estudar. Isto é, o programa visa preencher

algumas lacunas históricas que dificulta o acesso de todos a uma educação de qualidade, como é assegurado pela Constituição Brasileira, assim com a junção de forças entre a União, que oferecem os recursos, os Estados e sobretudo, os Municípios, tem a função de transformar essas políticas em ações que atenda a necessidade das pessoas, promovendo o desenvolvimento individual por meio do resgate da possibilidade de aprendizagem e assim possibilitando a essas pessoas contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Percebemos então que, procurar implementar estratégias de combate à evasão é fundamental para os alunos, de modo precípua para os jovens e adultos, pois, além da educação ser um direito, o ensino pode leva-los a superar as barreiras das desigualdades e formar cidadãos autônomos, com melhores chances de inserção no mercado de trabalho, livrando-os do sentimento de inferioridade, tão comum nas classes desfavorecidas.

2.7 A Formação de professores para a EJA

O sucesso no processo de ensino aprendizagem está especialmente atrelada à formação do professor e a sua qualificação. O art. 62, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), 9394/96, determina que:

A formação de docentes para atuar na formação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, LDB 9394/96).

A formação dos professores deve contemplar ainda o disposto no art. 22 da LDB, o qual afirma que a educação básica tem por finalidade, desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Assim como no art. 61 da referida lei, onde afirma que a formação de profissionais da educação deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando.

Os educadores que atuam na modalidade EJA possuem em sua prática pedagógica diária uma grande responsabilidade, pois é essencial que compreendam as histórias de vida dos sujeitos, os saberes e as experiências vivenciadas pelos educandos, para então planejar e elaborar seu trabalho docente. A qualidade do ensino é em sua maioria reflexo

da educação oferecida e está ligada à prática educativa do professor, que necessita estar preparado para trabalhar com esses alunos, pois são pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e frequentar a escola regular e buscam por novos saberes, novos conhecimentos da vida e do mundo. Por isso, os profissionais da EJA necessitam de uma formação diferenciada (Oliveira, 1999).

De acordo com as Diretrizes para a formação básica atualmente nos cursos de formação de professor “ou se dá grande ênfase à transposição didática dos conteúdos, sem sua necessária ampliação e solidificação, “pedagogismo”, ou se dá atenção exclusiva a conhecimentos que o estudante deve aprender, “conteudismo”, sem considerar sua relevância e sua relação com os conteúdos que ele deverá ensinar na educação básica (Brasil, 2000).

No entanto, alguns cursos de formação de professores tratam de maneira superficial os conhecimentos sobre os objetos de ensino que o docente futuramente irá trabalhar, não instigam os mesmos para uma formação contínua de conhecimento das áreas oferecendo-lhes pouca chances de se aprofundarem nos contextos escolares da educação básica. Portanto, faz-se necessário usar estratégias sensíveis que favoreçam o exercício da autonomia, e promovam um clima favorável para que haja a participação e diálogo entre os diferentes sujeitos jovens e adultos.

Para Freire (2002, p. 38), “a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz”. Ou seja, para Freire a formação deve ser contínua, uma vez que o mundo está em constante processo de transformação e mudanças. Atuar na EJA, ou até mesmo em outras áreas, exige preparação e formação adequada. E esta formação está exposta no documento das DCN’s da EJA: [...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todos e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como a formação sistemática requer (Brasil, 2000).

O educador da EJA tem como condição a reflexão constante de sua prática, buscando sempre ampliar seus conhecimentos e metodologias acerca do processo para que sejam refletidos na qualidade do processo de aprendizagem dos alunos.

O trabalho com pessoas jovens e adultas demanda do profissional não somente a formação inicial que deve ser em nível de graduação, mas também deve ser adquirida através da formação continuada, compreendida como a realização de cursos de especialização, fórum, seminários que promovem a atualização dos conteúdos curriculares de ensino.

O docente da EJA ao utilizar metodologias apropriadas para este público contribui para a permanência desses alunos na escola, reduzindo os índices de evasão nesta modalidade. O conhecimento sobre interdisciplinaridade pode ser também um recurso para ajudá-lo a alcançar esse objetivo, uma vez que relaciona os conhecimentos de áreas distintas de uma forma global.

De acordo com Gadotti (2010), o objetivo fundamental da interdisciplinaridade é experimentar a vivência de uma realidade global que se inscreve nas experiências cotidiana dos alunos, do professor e do povo, e que, na escola tradicional, é compartimentizada e fragmentada. Articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade, meio ambiente e etc.; é o objetivo da interdisciplinaridade, que se traduz na prática por um trabalho coletivo e solidário na organização o do trabalho na escola.

A interdisciplinaridade permite ao educando interagir com o meio, fazendo com que o professor diferencie sua prática ao utilizar de conhecimentos prévios dos alunos. Dessa forma, tornar-se uma ferramenta didática que oportuniza ao aluno um maior conhecimento e experiências significativas. Nesse contexto, a qualificação do profissional da EJA está atrelada ao comprometimento do docente com a educação, além do compromisso dos órgãos públicos em fornecer cursos de qualificação a esses profissionais.

O profissional que vai atuar com jovens e adultos deve ter uma sólida formação a qual oportunize uma maior compreensão sobre as necessidades dos alunos da EJA. De acordo com Oliveira e Eiterer (2012), deve-se repensar a educação de jovens e adultos, suas diretrizes e parâmetros, e principalmente investir na qualificação docente dos profissionais que atuam nesta modalidade. Assim sendo, o professor precisa receber uma

formação inicial voltada a este campo de ensino, como também, durante sua atuação necessita ter uma formação continuada.

É essencial ao educador da EJA a compreensão sobre a importância de uma formação adequada e direcionada para atender esse público, pois é fundamental respeitar as diferenças encontradas nessa modalidade, seja cultural ou social, mas que precisam ser consideradas.

2.7.1 Docência e formação continuada na educação de jovens e adultos

A formação do professor de EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse público heterogêneo de alunos.

É sabido que a formação inicial, ou seja, a formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda incipiente. Para minimizar essa defasagem, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para os docentes dessa modalidade, na troca de experiências com seus pares, uma ação mais eficiente, levando-os na direção de um trabalho pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus alunos e, por consequência, melhorar o desenvolvimento destes.

A Formação continuada está prevista no art. 62 da LDB 9494/96, em seu parágrafo 1º acrescido pela Lei nº 12.056, de 13-10-2009, que diz: “A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

Para que haja mudanças nesses paradigmas, o professor da EJA precisa buscar metodologias capazes, de não somente adentrar o universo dos educandos, como também de fazê-los compreender que sua busca pelo conhecimento é capaz de superar a condição de oprimido para ser uma presença no mundo que rompe, interfere e transforma (Freire, 2002).

Na prática desses profissionais também está implicada em laços afetivos, que interferem nas posturas pedagógicas destes educadores, como afirma Freire (2002, p.161), “a prática educativa é tudo isso, afetividade, alegria, capacidade científica e domínio técnico a serviço da mudança, assim, a escola torna-se um espaço privilegiado

para que aconteça a escuta de diferentes linguagens e opiniões dos sujeitos, sendo esta uma condição necessária e importante no processo educativo da EJA.

Desta forma, a formação continuada se apresenta como um dos caminhos para o sucesso da Educação de Jovens e Adultos, pois através de cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários, o conhecimento do docente poderá ser ampliado, rumo à processos de reflexão para que este se atente para a importância do conhecimento já existente e estar sempre aberto à produção do conhecimento, ainda não existente, sob o princípio da pesquisa e da superação do senso comum.

As diversas competências desenvolvidas em cursos de formação continuada ajudam o docente no reconhecimento da importância dos sujeitos EJA e estes saberes contribuirão para diminuir o número de evasões encontradas nesta modalidade, e que ocorre na maioria das vezes porque o professor ainda não se encontra plenamente preparado. Por sua vez, Freire destaca que:

Por ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador – educando; educando-educador) se encontram ediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assume, desde o começo o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir clinicamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem (Freire, 2002, p.74).

Assim sendo, temos a formação continuada como espaço de aprendizagem, construção e reconstrução de saberes, o qual contribui e faz com que os educadores sintam-se responsáveis pelo seu desenvolvimento profissional e pessoal, e que os mesmos atuem com mais objetividade na Educação de Jovens e Adultos, assim como na implementação das políticas públicas relacionadas à essa modalidade, como é o caso da Especialização em PROEJA.

Proeja é a modalidade de EJA voltada à educação profissional, ou seja, além de receber a formação básica, o aluno recebe também uma qualificação ou formação técnica. Essa modalidade tem o objetivo de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de

educação profissional, da qual em geral são excluídos justamente por não possuírem o ensino fundamental ou médio. Ele abrange cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional e de educação profissional técnica de nível médio, os quais consideram as características de seu público de jovens e adultos. Vejamos um resumo das modalidades do Proeja:

Modalidades de Cursos no Proeja no IFSC			
	Proeja FIC Curso FIC Integrado ao Ensino Fundamental	Proeja FIC Curso FIC Integrado ao Ensino Médio	Proeja Técnico Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio
O que é?	Ensino Fundamental + Curso de Qualificação Profissional	Ensino Médio + Curso de Qualificação Profissional	Ensino Médio + Curso Técnico
Para quem é?	Pessoas a partir de 15 anos que não tenham concluído o Ensino Fundamental	Pessoas a partir de 18 anos que não tenham concluído	Pessoas a partir de 18 anos que não tenham concluído o Ensino Médio.
Quanto tempo dura?	2 anos	De 1 ano e meio a 2 anos	De 2 a 3 anos
Como se inscrever?	Periodicamente são publicados editais com as vagas em aberto e como será o processo seletivo. Acompanhe as publicações no Portal IFSC ou nos sites dos campus.		

Fonte: (Brasil, 2022).

A educação pode transformar a vida de uma pessoa por isso, um dos objetivos do IFSC é aumentar o número de inscritos para os programas de ensino de jovens e adultos.

Voltar às aulas depois de um longo tempo fora da escola é a realidade e o desafio de muitos estudantes do Proeja. São histórias de pessoas que com força de vontade e dedicação, tentam conseguir qualificação para melhorar a vida. O Proeja no Ifsc oferece modalidades de cursos e está aberto para todos.

2.8 Políticas públicas para EJA

Ao longo dos últimos dois séculos assistiram-se à afirmação da ideia do reconhecimento dos direitos universais para todos, traduzida para o caso da educação, pela assunção por parte dos estados, de uma responsabilidade que tem levado ao desenvolvimento generalizado de políticas públicas, ainda que suportadas por diferentes agendas e alinhadas com opções ideológicas muito díspares. No caso da Educação de

Jovens e Adultos, contudo, este direito, de todas as pessoas iniciarem, ou continuarem, as suas atividades educativas, em qualquer idade da vida, enquadradas em iniciativas políticas públicas estáveis é, não só, uma conquista relativamente recente, mas, sobretudo, ainda pouco consolidada.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sua história marcada por exclusão e negação de direitos que se assemelha a própria história do povo brasileiro.

As políticas públicas em educação destinadas a esse público são recentes, “cerca de 50 anos de história de lutas”, diz Lima (2017), e foram construídas com base em campanhas de alfabetização e projetos assinalados por características de provisoriedade, pulverização e descontinuidade.

As Diretrizes Curriculares para EJA (Brasil 2000), reconhecem que a exclusão social tão significativa no Brasil é acentuada pela defasagem nacional a que foram submetidos muitos brasileiros, negando seu direito de participação no exercício pleno da cidadania e de integração à vida produtiva de maneira mais efetiva, com seus direitos garantidos legitimamente. Por esta ótica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, nasceu para fazer cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que contempla a Educação de Jovens e Adultos, considerando a educação como um direito social à cidadania. Nesse sentido, a mencionada lei determina:

Art. 1º A educação abrange os professores formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, no movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII. Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1996).

A EJA é também mencionada no Capítulo II, sendo compreendida como sendo parte do ensino fundamental e médio. Na seção V desse Capítulo, o Art. 37 afirma:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (Brasil, 1996).

Dando continuidade ao cumprimento das leis superiores o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB), por meio do Parecer nº 11, de maio de 2000, e da Resolução nº 1 de 5 de julho de 2000, estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA e a reconhece como:

[...] uma dívida social não reparada com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bases sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (Brasil, 2000).

Esse documento trouxe indicações e explicações importantes para a elaboração pela primeira vez da Proposta Pedagógica da EJA, e marcou o início dos estudos para a elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais da EJA também pela primeira vez, nesse sentido leia-se no Parecer nº 11/00, item IX:

[...] a faixa etária, respondendo a uma alteridade específica, se torna uma mediação significativa para a ressignificação das diretrizes [...] não significa uma reprodução descontextualizada face ao caráter específico da EJA. Os princípios da contextualização e do reconhecimento de identidades pessoais e das atividades pessoais e das diversidades coletivas constituem-

se em diretrizes nacionais dos conteúdos curriculares [...] A contextualização se refere aos modos como estes estudantes podem dispor de seu tempo e de seu espaço. Por isso a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa (Brasil, 2000).

Isso equivale a dizer que é necessário reconhecer que a EJA tenha um encaminhamento metodológico específico, que respeite o aluno como adulto não o tratando como criança. As atividades desenvolvidas devem ser direcionadas aos adultos, assim também como a apresentação dos conteúdos propostos e assuntos discutidos, que precisam ser do âmbito da vivência do adulto.

CAPITULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo apresenta a metodologia desenvolvida, bem como explicita os meios empregados na coleta, análise e interpretação de dados, apresentando conceitos e descrevendo o trajeto percorrido durante a investigação empírica.

Para Demo (2003, p. 19) “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Assim sendo, a metodologia é entendida como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento. Ela evidencia os caminhos e os meios para se chegar ao resultado final da pesquisa, em qualquer campo do conhecimento. O conhecimento para ser feito precisa de uma ordem, e a metodologia dá essa ordem, cumprindo com seu objetivo, qual seja, organizar o pensamento científico.

A partir do momento que entendemos a importância real da metodologia, percebemos então, que não há somente um método, mas um conjunto de metodologias, com o objetivo de atender todas as necessidades apresentadas de acordo com o assunto e a intenção de tal pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2000), o método é a parte mais complexa em uma pesquisa. É o caminho a ser percorrido para se chegar a um objetivo. Não há como fazer ciência sem o método científico. É através do método que se produz conhecimentos confiáveis e verdadeiros.

A pesquisa científica é o produto de uma investigação detalhada e meticulosa, que busca responder o problema proposto, alicerçando-se em mecanismos científicos. Dessa forma a pesquisa científica segue todos os processos e normas metodológicas para que a investigação seja validada e representativa.

Diante desse contexto, a pesquisa científica representa aquilo que o pesquisador pretende desenvolver desde os caminhos teóricos, até os resultados práticos alcançados.

Vale ressaltar que muito embora, no Brasil, a produção científica não seja valorizada pela população leiga, ela é extremamente relevante para o desenvolvimento do país, pois é através dela que se encontra soluções para os mais diversos problemas.

3.1 Justificativa e apresentação do problema

O Brasil enfrenta há muitos anos o desafio do abandono e da evasão escolar. Os jovens desistem dos estudos por inúmeros motivos e os prejuízos sociais e econômicos para o país são profundos.

Em 2019, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (PnadC) e concluiu que possuímos aproximadamente 3,2 milhões de jovens com 9 anos e apenas 2 milhões deles ou seja, (63,5%) concluíram o Ensino Médio. As perspectivas de conclusão dos estudos na idade certa se tornam ainda mais desafiadoras ao observarmos que dos ,2 milhão de jovens que ainda não finalizam a Educação Básica, 62% (720mil) já nem frequenta mais a escola e, desses, mais da metade (55%) pararam os estudos ainda no ensino fundamental.

O interesse em desenvolver um trabalho na área da educação, abordando como tema a Evasão Escolar na modalidade EJA, deve-se à preocupação com a diminuição de alunos, que iniciam o programa, e logo em seguida não dão continuidade, abandonando a sala de aula, e, conseqüentemente configurando o fracasso escolar.

De modo geral, em teoria, já temos conhecimento dos obstáculos e desafios que afetam o desenvolvimento e o padrão de qualidade da educação no Brasil. Todos os anos milhares de jovens ingressam no ensino fundamental e médio, e logo se percebe que o número de alunos que frequentam a escola regularmente até o final do ano ainda é muito menor que o número de matrículas.

Na EJA, essa realidade é maior e mais preocupante. Maior devido às características dos alunos desta modalidade que tem responsabilidades e demandas diferentes das crianças, as quais motivam a evasão/abandono escolar, e, preocupante porque, de certa forma, esses alunos já apresentam um histórico de fracasso/evasão/abandono escolar, ingressam na Educação de Jovens e Adultos e novamente abandonam o processo de escolarização.

Dentre as possíveis hipóteses que leva esses alunos a infrequência, ocasionando a evasão escolar, estaria o trabalho, problemas financeiros, dificuldades de aprendizagem e inadequação das práticas pedagógicas.

Para entendermos as razões que estão por trás desse fenômeno, fomos motivados a conhecer de perto essa realidade. Na busca por respostas, elegemos investigar ex-alunos da terceira fase do ensino médio da Erem Dr. Joaquim Correia situada no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

Partindo do pressuposto da problemática em questão, faz-se a seguinte questão: que fatores concorrem para as possíveis causas de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, na terceira fase do ensino médio na Erem Dr. Joaquim Correia?

Diante dessa abordagem surgem algumas perguntas investigativas que visa conhecer: Quem são os alunos da EJA? Que consequências a evasão acarreta na vida desses alunos? A EJA contribui para diminuir a desigualdade social? Os professores estão preparados para atuar nessa modalidade que compõe um público tão específico? A escola propõe ações para motivar o aluno a permanecer ou retomar os estudos?

O estudo se justifica e se torna relevante, na medida em que discute a importância da EJA, uma vez que essa modalidade de ensino paulatinamente vem sendo reconhecida e ganhando maior visibilidade na medida em que reintegra o aluno na sociedade quando esse se encontra dentro da sala de aula, na ótica de superar a evasão.

3.2 Desenho metodológico

Gil (2010) nos faz lembrar que o pesquisador deve demonstrar as formas da pesquisa, as modalidades de atividades que serão utilizadas para a sua concretização, os diversos momentos que serão percorridos para realizá-la, e o tipo de pesquisa que será desenvolvida.

Em função destas colocações, a pesquisa pode ser classificada, com base em seus objetivos o desenho desse estudo é não experimental, quanti-qualitativa, transversal, de tipo descritivo. A pesquisa caracteriza-se como não experimental porque é realizada sem manipulações, apenas o que se faz é observar como os fenômenos ocorrem em seu contexto natural, para então poder analisá-los.

A abordagem metodológico que orienta o percurso investigativo da pesquisa, será quanti-qualitativa, que segundo Minayo e Sanches (1993) deixam claro que não se trata de uma perspectiva que preconize a integração entre abordagens, mas sim, na complementaridade de ambas, conforme particularidades do objeto de pesquisa.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo; Sanches, 1993, p.247).

O corte é transversal porque o procedimento consiste em situar um grupo de pessoas num contexto analisando um fenômeno e proporcionando sua descrição (Hernández Sampieri, 2013). O que fazemos neste enfoque é observar fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural para depois analisá-lo. A pesquisa é descritiva porque busca descrever e explicar o que está sendo pesquisado. Ela permite descrever uma realidade a partir das informações colhidas. Seu objetivo é oferecer uma definição da realidade, examinar um fenômeno para examiná-lo da melhor forma possível (Campoy, 2018). Ou seja, o que se pretende é descrever os fatos investigados em uma realidade específica. Podemos então dizer, que o método descritivo permite descrever a realidade dos ex-alunos da EJA, da Erem Dr. Joaquim Correia, da terceira fase do ensino médio.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivo geral

Analisar a evasão escolar na terceira fase do ensino médio na EJA da Erem Dr. Joaquim Correia no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

3.3.2 Objetivos específicos

- 1) Fazer um levantamento sociodemográfico (perfil) dos ex-alunos da EJA;
- 2) Identificar as causas da evasão escolar;
- 3) Investigar as consequências da evasão;
- 4) Verificar os desafios enfrentados pelos professores dessa modalidade de ensino;
- 5) Conhecer as ações implementadas pela escola no sentido de motivar os estudantes a não deixar a escola.

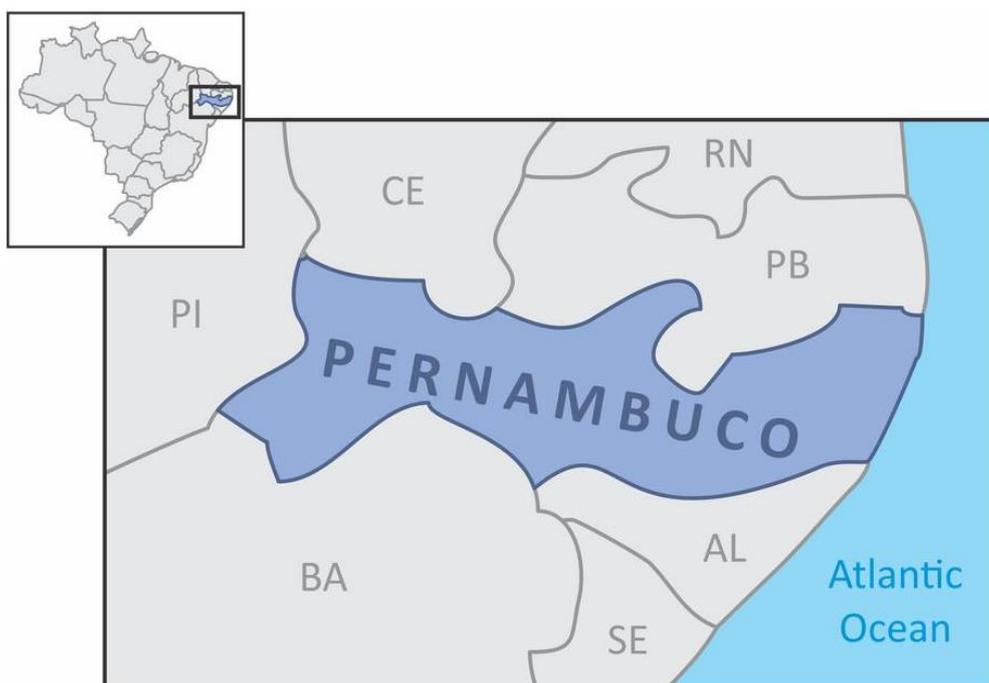
3.4 Unidade de análises

Para o desenvolvimento da pesquisa, o primeiro passo foi decidir o ambiente que serviria de base para a coleta de dados. Optamos pela Escola de Referência do Ensino Médio, Dr. Joaquim Correia, mediante indicação da Coordenação Geral da Secretaria de Educação Municipal, segundo a qual, trata-se da escola com maior índice de alunos concluintes, mas também com grande número de evasão. E também por reconhecermos que de um modo geral as escolas situadas nos municípios do interior, não tem estudos ou pesquisas, no sentido de conhecer na prática, as causas da evasão escolar e os impactos que este problema acarreta no meio social dessa comunidade, e conseqüentemente da sociedade.

A partir desse contexto desenvolvemos este estudo no sentido de conhecer a realidade dos jovens e adultos desta unidade de ensino, e os fatores que podem ser indicados como motivos que levam ao abandono e evasão escolar. Ciente desses fatores, acreditamos ser possível implementar ações que venham contribuir para a redução do número de alunos evadidos, tendo em vista, que as taxas de evasão continua a ser um grave problema na educação.

A Escola escolhida para fazer parte da pesquisa, está localizada no município de Vicência, um município brasileiro do Estado de Pernambuco, situado na região Nordeste do Brasil. Segundo o último censo do IBGE, a cidade possui cerca de 32.735 habitantes. É um município agrícola, com sua economia voltada para o cultivo da cana de açúcar e o cultivo da banana.

Localização do Estado de Pernambuco no Brasil



Fonte: IBGE (2022)

A Escola de Referência em Ensino Médio Doutor Joaquim Correia é uma escola pública estadual em Vicência, Estado de Pernambuco.

A escola anteriormente batizada por Centro de Educação Rural Dr. Joaquim Correia (CERU), foi fundada em 09/10/1978, tendo como principal atividade oferecer a educação básica. A partir de 2008, teve início uma nova modalidade de ensino, e a escola passou a ser uma Escola de Referência em Ensino Médio, onde hoje, há o funcionamento das etapas de formação de Ensino Médio ofertado a Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Atualmente a escola oferece toda uma infraestrutura para o conforto e desenvolvimento educacional de seus alunos, como por exemplo: internet, biblioteca, sala de leitura, quadra esportiva, laboratório de ciências, laboratório de informática, pátio coberto, refeitório, e alimentação. Também possui recursos de acessibilidade para alunos com necessidades especiais e sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado.

Escola Erem Dr. Joaquim Correia



Fonte: Arquivo da escola

3.5 Seleção da amostra e seleção dos participantes

A população ou universo da pesquisa corresponde a um conjunto de elementos que possuem características que serão objeto de estudo.

Segundo Apolinário (2004), entende-se por população ou universo em uma pesquisa de natureza teórico-empírica, um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. Por se tratar de um conceito abrangente, decidimos por uma amostragem da população a ser escolhida para fazer parte desse estudo.

Partindo dessa premissa, e com o apoio da Coordenação desta modalidade, tomamos conhecimento de que do total dos alunos matriculados somam um total de cento e nove (109), dos quais vinte (20) se evadiram na última fase de concluir os estudos, no último semestre (2023).

Apesar de aparentemente o número de evadidos ser pequeno, a nós pareceu inviável conseguir localizar a todos, inclusive, segundo fomos informados pela Coordenação, alguns já nem residem mais nas imediações. Tendo em vista, não haver possibilidade de fazer um levantamento do todo, decidimos então por uma amostragem não probabilística intencional, ou seja, “os elementos selecionados para a amostra são escolhidos pelo critério do investigador”. Por essa escolha ser feita segundo os critérios

eleitos pelo investigador, significa que ela passa a não depender de probabilidades, mas da decisão do pesquisador.

Diante desse contexto, para dá legitimidade aos resultados que pretendemos obter, de acordo com o levantamento da questão problema e os objetivos propostos neste estudo, adotamos como critérios de seleção para fazer parte da pesquisa, ex-alunos da EJA, de ambos os sexos, na faixa etária acima dos 18 anos, ter estado matriculado no ensino médio da Educação de Jovens e adultos, e ter se evadido no final da terceira fase (fase de conclusão).

Uma amostra como o próprio nome sugere, representa o subconjunto finito de uma população, ajudando o pesquisador para que este não precise usar toda população em seus gráficos ou tabelas ao interpretar os dados.

De posse do conhecimento que o total de alunos evadidos é de um total de 20% da turma, fizemos a opção de investigar 10%. Para a exclusão de 10% do total de vinte (20) alunos, alguns fatores foram considerados, como por exemplo, a dificuldade de conseguir ter acesso a toda população evadida.

Os não participantes, foram excluídos, apenas em função das dificuldades de localização.

Segundo a coordenação, os dez (alunos) selecionados, sete (sete) mulheres e 03 (três) homens, estão de acordo com os critérios estabelecidos para a obtenção dos resultados que almejamos alcançar. Para chegar até a população evadida, contamos sempre com a Coordenação do curso, que forneceu o endereço e a localização de onde encontrar cada aluno selecionado a fazer parte da investigação.

Todos os professores fizeram parte da pesquisa. Os critérios utilizados para a escolha dos professores é que estivessem lecionando na modalidade EJA no ensino médio da última fase. Ao todo são seis professores, todos com formação média em magistério, graduação e pós-graduação que lecionam nas disciplinas de: Português, Inglês, História, Geografia, Química, Matemática, Física, Sociologia, Filosofia e Biologia. Estas são matérias obrigatórias, mas há algumas optativas.

3.6 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A seleção do instrumento metodológico está interligada a múltiplos fatores intrínsecos a pesquisa. Ela está diretamente ligada ao problema e aos objetivos que queremos alcançar, bem como com quem vai fornecer as informações.

Desta forma, para a materialização da pesquisa e a coleta de dados, utilizamos um questionário semiestruturado com uma amostra de ex-alunos e também um questionário semiestruturado com todos os professores da fase três da EJA médio. A utilização do questionário semiestruturado, usado como instrumento na coleta de dados para fornecer informações foi elaborado a partir de uma amostra não probabilística intencional.

Vale ressaltar que, apesar de ser uma técnica relativamente fácil, exige cuidado na elaboração das perguntas, que deverão estar de acordo com os objetivos tanto geral, quanto específicos, para validação das informações, ou seja, os objetivos se transformarão em questões que deverão caracterizar o objeto de pesquisa. Portanto, a linguagem utilizada foi feita de modo simples, clara e direta para que não houvesse dificuldade por parte dos ex-alunos na hora de responder.

Após a seleção, procuramos ir até a residência de cada um com a finalidade de convidar o aluno selecionado a participar da pesquisa. Após a explicação dos objetivos da pesquisa, e o porquê de estarem sendo convidados a participar, tendo sido aceito o convite, procedia-se a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que em seguida era assinado pelo participante. Após esses trâmites burocráticos, foi feita a entrega do questionário contendo questões acerca do perfil dos ex-alunos, e da identificação das causas e consequências relacionados à evasão escolar.

Pra facilitar a devolução, pedimos que o mesmo fosse entregue a Coordenação do curso na Erem Dr. Joaquim Correia, os qual foi aceito sem que houvesse dificuldades para a devolução.

Aos professores também foi feito o mesmo procedimento. O questionário, porém, foi entregue ao professor coordenador do curso, que distribuiu aos demais colegas. O prazo de devolução foi de duas semanas para ambos, discentes e docentes.

3.6.1 Procedimentos de coleta e registro de dados

Para análise dos dados que obtivemos, fizemos uso da análise estatística, representações gráficas, narração e interpretação dos instrumentos utilizados na investigação.

3.7 Validação dos instrumentos

Considerando que o processo de construção e validação de um questionário de pesquisa é uma das ferramentas mais utilizadas por pesquisadores em educação e, que, a elaboração das perguntas é etapa crucial para a obtenção de um instrumento que cumpra seu papel na coleta de dados de maneira a revelar, da melhor forma possível, a realidade dos fatos ocorridos dentro do alvo do estudo proposto procuramos apresentar as etapas utilizadas durante o processo de desenvolvimento e validação de um instrumento de análise da evasão escolar na educação de jovens e adultos.

A validação aconteceu em duas etapas. Os questionários para os educadores e educandos foram elaborados e enviados para a orientadora revisar e efetuar suas devidas colocações. Após efetuar as correções solicitadas, os questionários foram enviados para três Doutores da Universidade Autónoma de Asunción – UAA, todos especialistas dentro da temática desenvolvida.

Após as orientações feitas pelos doutores reformulamos algumas questões para adequá-las coerentemente com os objetivos propostos e os questionamentos desse estudo.

3.8 Aspectos éticos

O referido estudo foi encaminhado ao Diretor da escola Erem Dr. Joaquim Correia, ao Coordenador da EJA, aos ex-alunos e educadores, para que houvesse consentimento para o desenvolvimento da nossa pesquisa, com sigilo absoluto dos dados individuais obtidos.

CAPITULO 4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados, realizamos a análise e a interpretação das informações, que consistem em dados coletados através dos instrumentos usados na investigação desta pesquisa.

Após a coleta de dados, prosseguimos com a análise e interpretação dos resultados. A análise, de acordo com Marconi e Lakatos (2003. p. 167), “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores [...] é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculadas a outros conhecimentos”.

Através da análise é possível verificar se os métodos investigativos contribuíram positivamente ou negativamente para comprovação ou refutação das nossas hipóteses.

4.1 Análise dos resultados do questionário aplicado aos ex-alunos

Para facilitar a organização dos dados e apresentação dos resultados, as questões foram agrupadas em duas etapas.

A primeira se organiza quanto a identificação pessoal (perfil) dos ex-alunos que compuseram esta pesquisa, cumprindo assim o nosso primeiro objetivo específico contendo as seguintes questões (faixa etária, gênero, estado civil, se tem filhos, onde mora, se participa de algum programa do governo e se trabalha), totalizando 07 (sete) questões.

4.1.1 Análise quanto a identificação pessoal (perfil) dos ex-alunos

O levantamento de dados para a construção do perfil demográfico dos ex-alunos da EJA, foi de imprescindível importância para termos uma amostra representativa de quem são, e como é o contexto da sua realidade. A propósito, os dados analisados, mais do que um quadro numérico, revela uma realidade passível de ações que possam promover uma intervenção, que os ajude a voltar a frequentar a escola, abrindo caminhos para a erradicação da evasão escolar.

Tabela da distribuição do perfil dos ex-alunos avaliados

Faixa Etária	Sexo	Estado Civil	Onde Mora
18 a 45 anos	03 masculinos 07 femininos	10 casados	Todos da periferia
Número de Filhos	Se Participa de Algum Programa de Ajuda Do Governo	Se Trabalha	
22			
10 - participam do programa bolsa família	10 - participam do programa bolsa família	06 - Auxiliar de serviços gerais 02 - serventes 01 - ajudante de mecânica 01 - agricultor.	

A partir do exposto, os resultados do perfil sociodemográfico mostra a heterogeneidade desse público. Os participantes da amostra tem idade entre 18 e 45 anos. O público feminino se encaixa na faixa entre 18 e 35 anos, enquanto o público masculino já se encontra acima dos 40 anos. Quanto maior a idade, maior a probabilidade de desistência. Eis uma razão para mostrarmos a importância da Educação de Jovens e Adultos, na esperança de despertá-los para os benefícios que a educação pode trazer para sua vida. Benefícios estes, que vão desde as oportunidades no mercado de trabalho até a diminuição das desigualdades sociais.

Analisando a distribuição do sexo, constatamos que existe entre eles uma grande desigualdade. 70% da amostra são do sexo feminino e 30% são do sexo masculino. A exceção da amostra da nossa pesquisa, buscamos informações no banco de dados da Secretária de Educação do Município, juntamente com a Coordenadoria do curso, para garantir que as informações sejam fidedignas. Ficou comprovado portanto, que a amostra representativa abrange fielmente toda turma da terceira fase da EJA do ensino médio.

Ao responderem sobre as questões relacionadas ao estado civil, se tem filhos, onde residem, se trabalham e se participam de algum programa de governo, praticamente todos são casados, moradores da periferia, com filhos, trabalham e recebem uma ajuda do Governo Federal, através do Programa Bolsa Família.

Quando falamos da Educação de Jovens e Adultos, não nos referimos apenas ao fator específico dos dados demográficos que esta modalidade de ensino abrange, mas principalmente à questão cultural. O confronto entre diferentes culturas e a relação entre essas diferenças é que dá a EJA um enfoque de heterogeneidade, pois o jovem e o adulto

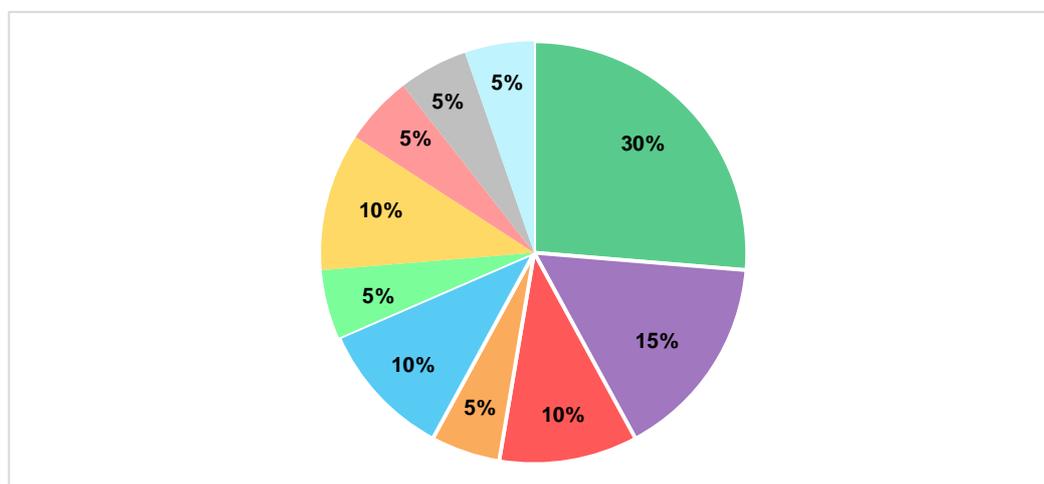
quando vem para a EJA trazem uma bagagem cultural muito forte, carregada de experiências, saberes e histórias de vida. Isto faz com que a Educação de Jovens e Adultos seja repleta de características diferenciadas, de acordo com os indivíduos e o contexto histórico no qual ela se insere. Compreender as características destes indivíduos é importante no sentido de contribuir para que a EJA ocupe cada vez mais espaço, gerando oportunidades aqueles que tiveram seu direito negado ainda na infância.

A partir dessa ótica, acreditamos que a realização do levantamento do perfil sociodemográfico no contexto in loco, pode ser entendida como uma forma de melhor perceber a realidade na qual os ex-alunos estão inseridos e com a qual se confrontam.

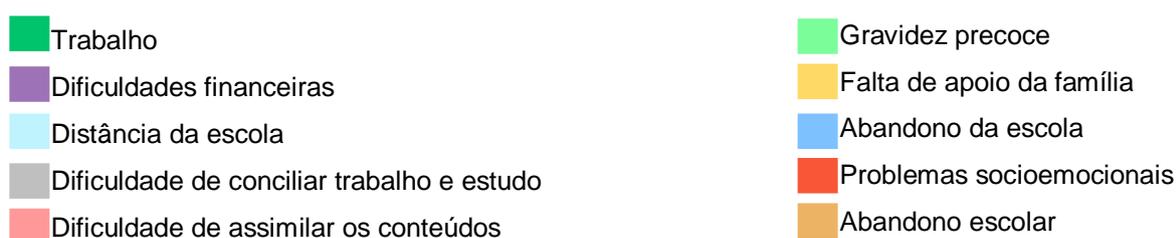
A segunda parte do questionário apresenta o tratamento dos dados e resultados obtidos a partir da formulação de questões relacionadas com as causas e consequências da evasão escolar, em cumprimento do segundo objetivo específico da pesquisa.

4.1.2 Análise quanto às causas da evasão escolar

Gráfico 01: Análise quanto aos fatores que levaram à evasão



Fonte: Dados da pesquisa



Nesta parte estão descritos as principais causas responsáveis pelo fator evasão que ocorre na terceira fase do ensino médio, identificados na amostra desta pesquisa.

As causas que motivam a evasão, apontadas pelo ex-alunos são diversas, mas se concentram em: 1. O projeto faz controle do limite de faltas, tolerado até o número 15 (quinze), e uma vez ultrapassada, o aluno é chamado a comparecer a escola, ou será desligado do projeto e ante essa cobrança a maioria desiste das aulas; 2. A rotina de trabalho pesado, gerando desmotivação e conciliação com os estudos; 3. Muitos desconhecem a importância dos estudos; 4. Falta de apoio da família; 5. Distância da escola e problemas com transporte, são barreiras que dificultam a presença desses alunos, por isso alguns acabam desistindo; 6. Abandono escolar, em que o aluno simplesmente deixa de frequentar as aulas sem justificar sua ausência; 7. Falta de interesse dos alunos. Isso ocorre, quando eles não entendem mais a razão para estar ali; 8. Problemas financeiros; 9. Gravidez precoce; 10. Problemas socioemocionais.

São esses fatores que levam o estudante a afastar-se da escola. Porém, a partir do conhecimento desses dados, é importante perceber que nenhum desses fatores, levam o aluno a evadir do dia para a noite. Contudo, na maioria das vezes, é a soma de diversos acontecimentos que levam ao desengajamento do aluno, o que acaba afetando a sua permanência na instituição de ensino.

Do ponto de vista de gênero, o fator mais relevante que leva as mulheres a desistir de estudar é a gravidez. Pois com filhos, marido e casa pra cuidar, não conseguem encontrar tempo pra se dedicar aos estudos. Vale salientar, que mesmo cuidando da família, elas trabalham fora, geralmente exercendo a função de domésticas.

Para os homens, o principal motivo está relacionado ao trabalho. Geralmente pertencente a classe pobre, não tem como abdicar da remuneração do trabalho, que é a base de sustento da família, para estudar. Tecnicamente a responsabilidade com a família fica em ponto de igualde entre homens e mulheres.

Os jovens e adultos, lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, transporte, saúde, alimentação, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo.

Os dados revela realidades distintas, a cada estudante, pois vivem num mundo em que trabalho, família, grupo, são responsabilidades tanto sociais, quanto familiares, com

valores morais e éticos criados a partir da experiência pessoal do lugar onde vive e da realidade sociocultural em que estão inseridos.

É necessário a criação de políticas de engajamento, que motivem o jovem e o adulto, os profissionais da educação, inclusive a família, além de outras medidas como, intervenção urgentes junto à sociedade em prol de uma educação de qualidade que beneficie a todos e, assim possa diminuir os índices de evasão e abandono escolar.

4.1.3 Análise quanto as consequências da evasão escolar

Após fazer a análise das causas da evasão, a questão seguinte foi analisar as consequências para a vida desses ex-alunos. A evasão traz graves consequências para os alunos, para as instituições de ensino e para a sociedade.

As consequências apontadas por eles foram: 1. Trabalho mal remunerado; 2. Baixa autoestima, com sentimento de inferioridade; 3. Despreparo profissional, com dificuldade de se colocar no mercado de trabalho; 4. Dificuldades nas relações interpessoais; 5. Comprometimento do desenvolvimento cognitivo.

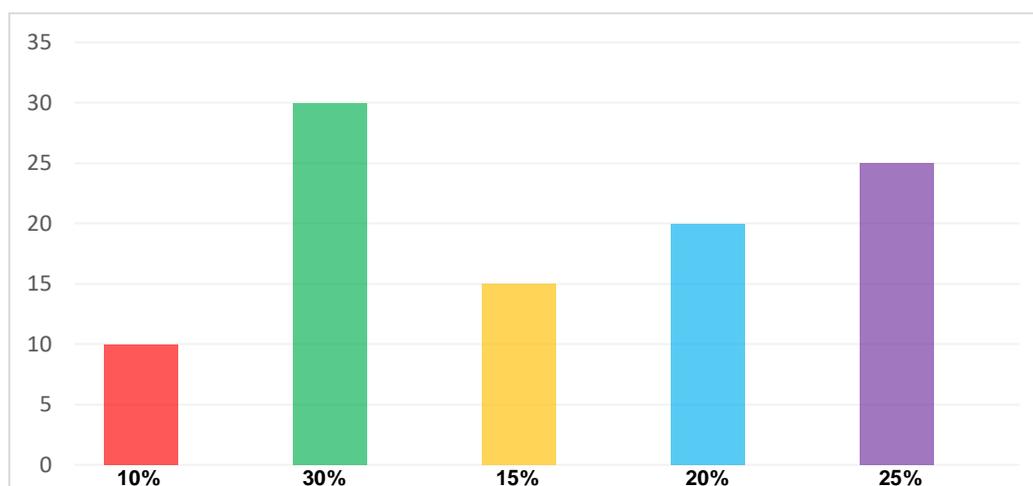
Embora não tenha sido citada por eles, a desigualdade social é sem dúvida a mais grave das consequências que afetam a vida desses ex-alunos.

A desigualdade leva o indivíduo a um caminho cada vez mais distante daquilo que ele almeja para ter um bom trabalho, ascensão social e uma boa qualidade de vida. Esse recorte, chama a atenção para a falta de políticas públicas adequadas que motive esses jovens e adultos, que por não terem tido a chance de concluir seus estudos em tempo hábil, possam retornar a escola, mas de uma forma consciente de que ele tem direito de estar ali, pois somente assim é possível gerar oportunidades e reduzir as desigualdades.

4.1.4 Análise quanto a motivação para voltar a sala de aula

Para o fechamento da pesquisa feita com os ex-alunos, a última questão foi sobre os motivos que os faria retornar à sala de aula.

Gráfico 02: Análise quanto ao retorno à escola



Fonte: Dados da pesquisa

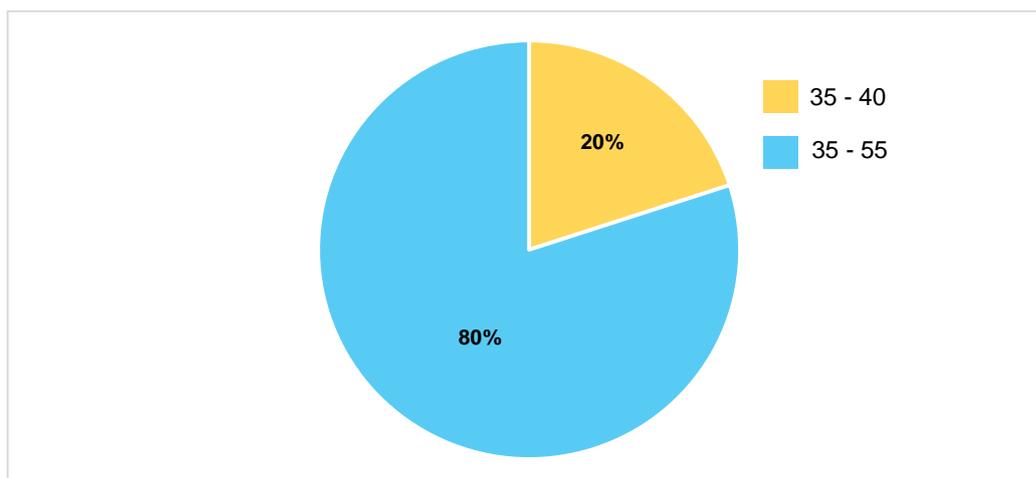
- Chegar a faculdade
- Conseguir melhor emprego
- Melhorar a autoestima
- Incentivo da família e amigos
- Ler e escrever corretamente

Analisando os motivos de retorno à escola, 30% respondeu conseguir um trabalho melhor. Outros motivos estão ligados a alfabetização, ao sentimento de indivíduo atuante, necessidade básica de ler e poder assinar o próprio nome. 25% responderam sentir vergonha por não saber ler e escrever corretamente. Eles demonstraram o desejo de se sentir ativos e participativos, sonhando até em chegar a faculdade. Esse percentual representa 10%. “Ser alguém na vida”. Essa foi a resposta de 15%. Os demais, totalizando 20%, responderam que voltariam por incentivo da família e dos amigos.

Esses dados deixam claro a diversidade dos alunos e suas singularidades em relação a volta às aulas, significando que eles tem motivos diferentes para entrar, permanecer e concluir ou não os estudos.

4.1.5 Análise dos resultados do questionário aplicado aos professores

Gráfico 03: Caracterização do perfil dos docentes da EJA

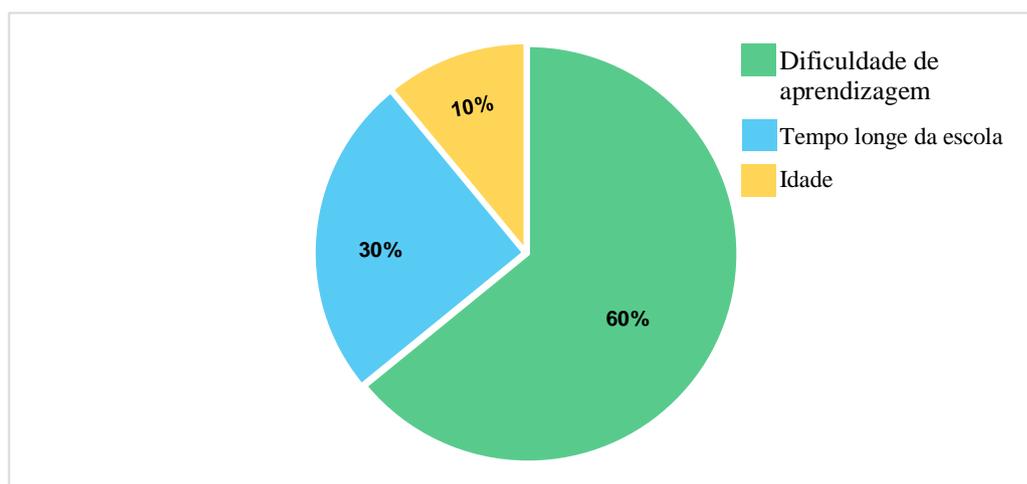


Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico mostra as características dos docentes da EJA da Erem Dr. Joaquim Correia, quanto a faixa etária e o sexo. O quadro docente é composto por seis professores, sendo quatro homens com idade entre 35 e 55 anos, e duas mulheres que tem idades entre 35 e 40 anos. Todos são casados, com filhos, moram na cidade e tem formação superior.

A segunda questão, analisa a modalidade EJA, como sendo específica, daí surgindo a pergunta: Há alguma dificuldade em atuar nesta área?

Gráfico 04: Principais dificuldades em atuar na EJA



Fonte: Dados da pesquisa

No cotidiano escolar muitas são as dificuldades apontadas pelos docentes para se trabalhar na Educação de Jovens e Adultos. Elas se dão em função da idade, o tempo

longe da escola e falta de hábito com os estudos, também pela incompreensão dos conteúdos.

Analisando a fala dos docentes, relatam que eles apresentam realidades distintas, trabalham duro, e trazem consigo uma experiência pouco acolhedora, diante de uma realidade social precária, que acaba dificultando a interação do que eles vivem com o ambiente escolar.

Chega a ser comum eles chegarem à escola com problemas, com baixo autoestima, cansados e oprimidos, pela própria condição de retardatários. Isso os desmotiva e a nós conseqüentemente, sintetiza os docentes.

A maioria deles possui baixo desenvolvimento cognitivo. São pessoas que sobrevivem em meio a muitas dificuldades, muitas vezes sentindo-se incapazes.

A baixo autoestima deles é um entrave para que nós, enquanto educadores possamos desenvolver nosso trabalho satisfatoriamente. Se sentem acuados, com vergonha, muitas vezes não participando das aulas e conseqüente evadem.

A terceira questão é referente ao MEC. Perguntamos se são oferecidos cursos, para facilitar o trabalho dos docentes nesta área.

Todos responderam que são oferecidos cursos em diversas áreas, totalmente gratuitos e com emissão de certificados. Entre os cursos oferecidos estão: ciências exatas; ciências humanas; desenvolvimento educacional e social; informação e comunicação etc.

Há ainda suplementos temáticos oferecidos pelo MEC, com periodicidades específicas, tratando de assuntos como tecnologia da informação, educação e imigração, recursos naturais entre outros.

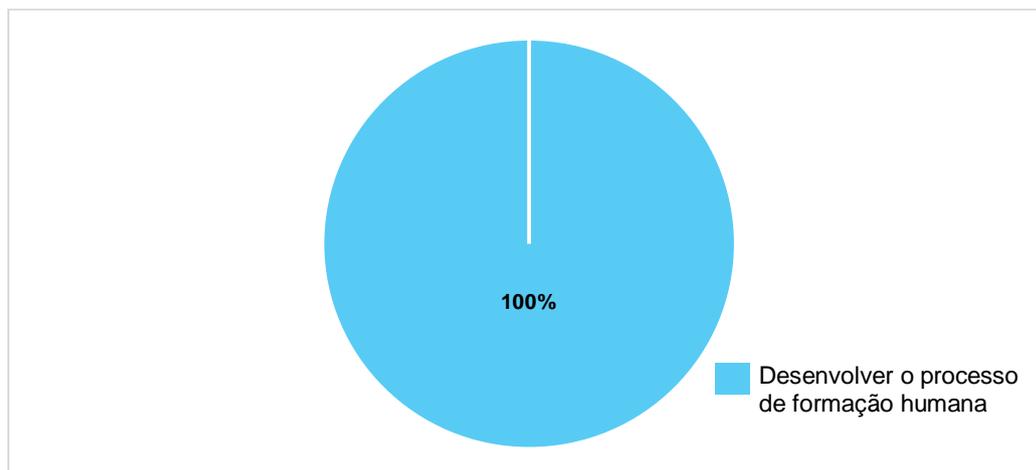
O MEC considera a alfabetização uma política pública de educação prioritária e trabalha para sanar dívidas históricas, criando programas que venham a contribuir para sanar este déficit, como Projovem e o Brasil Alfabetizado.

A quarta questão, analisa a importância da EJA na educação brasileira. Os docentes foram unânimes em afirmar que:

A relevância desta modalidade de ensino no cenário educacional brasileiro, consiste em desenvolver o processo de formação humana, tomando por base que o ser humano é um ser em construção, que se educa permanentemente. Portanto, através dessa

modalidade tem a chance de não somente aprender a ler e escrever, mas sobretudo, trocar experiências, desenvolver novas habilidades, conhecer seus direitos e deveres, enxergar o mundo de forma crítica, e se tornar apto a desenvolver seu papel na sociedade.

Gráfico 05: análise quanto à importância da EJA



Fonte: Dados da pesquisa

Sob o olhar dos docentes, analisamos na quinta questão: o que leva os alunos a interromper os estudos nesta modalidade.

Os dados obtidos em relação aos motivos que levam os alunos a evadirem da escola estão relacionados a fatores, extraescolares e intraescolares.

O trabalho, cansaço físico, difícil acesso à escola, dificuldades na aprendizagem e dificuldades financeira, além da falta de interesse do aluno e da família que não os encoraja a dá continuidade aos estudos.

Os fatores que levam à evasão nessa modalidade são inúmeros. Eles vão desde a falta de conciliação de tempo de estudo e trabalho, até à falta de propostas pedagógicas, em que os mesmos se sintam inseridos e respeitados nas suas faltas, diante do tempo perdido.

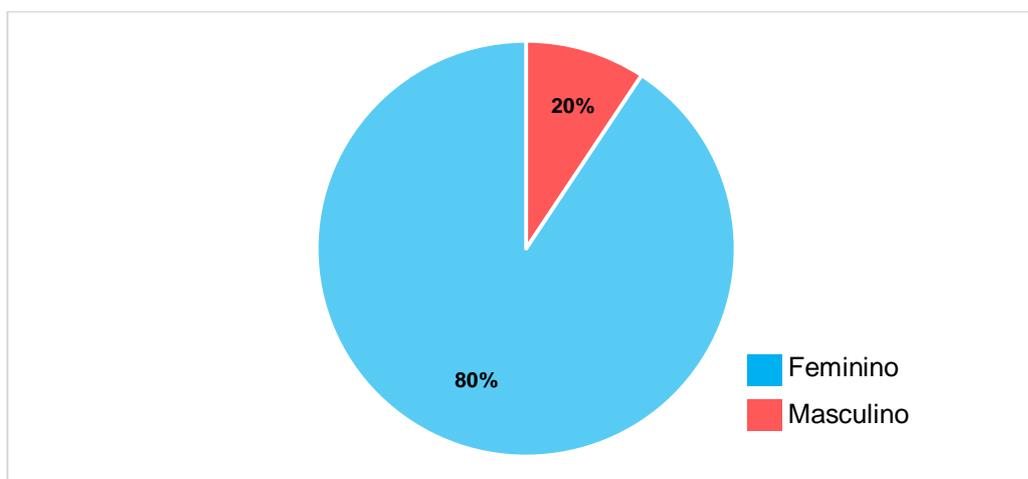
Muitos desistem porque a escola não vem de encontro às suas expectativas, e assim acabam abandonando os bancos escolares.

A desigualdade social, sem dúvidas é uma das principais causas da evasão. Eles se sentem discriminados, marginalizados, muitas vezes partindo pra violência, por sentir na pele que estão excluídos da sociedade.

No que diz respeito às características dos alunos em relação ao gênero, analisamos na sexta questão se há mais homens ou mulheres na Erem Dr. Joaquim Correia?

Todos responderam que a grande maioria são mulheres com idades que vão dos 18 aos 35 anos, e homens com mais de 40 anos, havendo uma certa disparidade entre eles, caracterizando assim uma turma heterogênea. Isso aponta que os sujeitos da EJA, são jovens e adultos, compondo um público diverso.

Gráfico 06: Análise dos alunos em relação ao gênero



Fonte: Dados da pesquisa

Análise quanto as principais consequências da evasão escolar na modalidade EJA, na nona questão.

De acordo com o que foi analisado as consequências advindas da evasão são bastante significativas. Os maiores impactos se manifestam na qualidade de vida, na saúde, na qualificação profissional reduzida que os leva a trabalhos precários, contribuindo dessa forma para o processo de exclusão social, e os coloca em situação de vulnerabilidade e dependência.

Com empregos de baixa remuneração, e sem perspectiva de crescimento, estes jovens e adultos sentem-se desmotivados, desengajados e conseqüentemente aumenta a desigualdade social na nossa comunidade e porque não dizer, no nosso país. Esses fatores aumentam o risco da evasão, gerando ainda conseqüências mais graves como o envolvimento com o crime, o uso de álcool e drogas, aumenta os índices de violência e até de problemas psicológicos.

Análise quanto aos pontos positivos da EJA na nona questão.

Os professores foram unânimes em afirmar que um dos pontos relevantes nesta modalidade, é a oportunidade dada a esse aluno de voltar a escola e concluir seus estudos.

Consequentemente outros pontos positivos são acrescentados como por exemplo, ter acesso a novas formas de trabalho e cultura, além de fornecer para os mesmos subsídios que os capacite a serem pessoas críticas, ativas e preparadas para a vida. Essa fala vem de encontro ao pensamento de Freire em que segundo ele, a educação deve corresponder a formação plena do ser humano. Vale ressaltar que Paulo Freire contribuiu positivamente para a Educação de Jovens e adultos, através da construção de uma educação reflexiva, crítica e libertadora.

O professor coordenador, também respondeu, que não se pode prescindir do que diz a Declaração de Hamburgo sobre a importância da EJA no cenário nacional e internacional. Segundo ele, a Declaração afirma que “é de fundamental importância a contribuição da educação de adultos e da educação continuada para a criação de uma sociedade tolerante e instruída, para a erradicação do analfabetismo e diminuição da pobreza”.

Análise quanto as ações o que se pode fazer para melhorar a Educação de Jovens e Adultos e evitar a evasão escolar na Erem Dr. Joaquim Correia.

Silenciosamente a evasão fere a Educação em todas as suas etapas, provocando um forte impacto no caminho de cada jovem em todo país. É primordial a realização de estudos contínuos que evidenciem as razões desse problema, porque este, está intrinsecamente inserido no grupo da população jovem de nosso país como um todo e nas nossas comunidades.

Para se empreender ações que possam melhorar a qualidade de ensino da EJA e para evitar evasões, o primeiro passo é conhecer a realidade desse público e os fatores que motivam a desistência. De posse desses dados, procuramos de modo prático rever nossas políticas, revendo os pontos, onde haja mais dificuldades para os alunos.

Dentre os fatores intraescolares as dificuldades de aprendizagem é um dos mais relevante. Essas dificuldade estão relacionadas diretamente aos fatores extraescolares, que revela um ambiente precário, desestruturado e pouco acolhedor.

Esse contexto fizeram-nos perceber a importância e a responsabilidade do professor, em acolher esse aluno através de saber ouvir, respeitar e valorizar a sua história. Ter humildade frente as diferenças e incompletudes desses alunos, que necessitam de um tratamento acolhedor e humanizado, para que desenvolvam suas potencialidades, estimulando-os e conscientizando-os, onde não se sintam à margem da sociedade, mas inseridos nela. Nisso, foi percebido a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem para motivar o aluno a permanecer estudando.

Promover uma aprendizagem afetiva em sala de aula, é o fio condutor para enxergar o aluno em suas múltiplas dificuldades.

CAPITULO 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A evasão escolar é fruto de um conjunto de fatores interligados que se associam tanto ao estudante e sua família, quanto à instituição de ensino e à comunidade.

Partindo desse conceito, o desenvolvimento desse estudo permitiu fazer um levantamento dos fatores que desencadeiam a evasão escolar, através da concepção dos ex-alunos e também dos professores da terceira fase do ensino médio, da educação de jovens e adultos, da escola Erem Dr. Joaquim Correia, no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a julho de 2023, tendo como objetivo geral analisar a evasão escolar na Erem Dr. Joaquim Correia e como objetivos específicos: conhecer a realidade (perfil) dos alunos da EJA; identificar as causas da evasão; investigar as consequências da evasão; verificar os desafios enfrentados pelos professores dessa modalidade de ensino; e conhecer as ações implementadas pela escola no sentido de motivar os estudantes a voltar a estudar, e a permanecer na instituição de ensino.

Para responder aos objetivos propostos, com a colaboração da Secretaria de Educação Municipal, a Coordenação e professores do curso da EJA, fomos em busca dos ex-alunos da escola Erem Dr. Joaquim Correia, município de Vicência, para fazer um levantamento para a construção de um banco de dados dos fatores que desencadeiam a evasão.

Descobrir os fatores que levam os estudantes a abandonar os estudos não é tarefa fácil, visto que na maioria das vezes o abandono não se resume a apenas um motivo, e sim a um conjunto de situações que os levam a tomar essa decisão.

O desenvolvimento da pesquisa é de grande relevância, porque possibilitou fazer uma análise da realidade do aluno da EJA, as causas do seu desligamento com a escola, e as consequências que isso acarreta na vida deles, na comunidade em que vivem e na sociedade como um todo. Somente através do conhecimento dessa realidade, é que há a possibilidade de intervir para propor ações que acolha esse aluno de volta para a sala de aula.

Em relação ao objetivo específico número 1, que fez o levantamento do perfil sociodemográfico, dos ex-alunos, podemos concluir que eles compõem um público heterogêneo. A maioria são mulheres com idade que variam de 18 a 35 anos e homens com mais de 40 anos. Todos são casados e tem filhos. Moradores urbanos de periferia, são oriundos de famílias desfavorecidas economicamente, com pais analfabetos ou com baixo nível de instrução escolar, com passagem curta na escola, e que precisam trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família.

Esses ex-alunos são indivíduos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.

São pessoas jovens e adultos com baixa escolaridade, baixa autoestima, vistas como desqualificadas para o exercício da cidadania, sem contribuição como pessoas constitutivas ou construtoras de conhecimento. Enfrentam preconceitos, críticas e discriminação na sociedade, e no próprio ambiente familiar. De modo geral estas pessoas não foram apenas excluídas do direito à educação, mas também teve negado o acesso a outros direitos, dentre eles, a saúde, a moradia, ao trabalho, a assistência social e ao lazer.

Ciente das desvantagens de terem se evadido da escola, consideram a probabilidade de voltar, mas quando se fala na educação de jovens e adultos não se pensa apenas em modalidade de ensino que está inserida na LDBN, mas consiste em entender o que significa o fato voltar a estudar, dentre suas possibilidades, depois de tanto tempo longe da escola para concluir a educação básica ou após um processo de repetências sucessivas. Portanto, essa trajetória não é fácil. São jovens e adultos, não são mais crianças, mas que não tiveram infância, ou carregam consigo o estigma de uma infância frustrada, sentem vergonha de si e inferioridade diante da sociedade que os hostiliza.

Nessa perspectiva, o perfil do público da EJA caracteriza-se no aluno contraposição ao estereótipo de adulto que segue o curso regular de escolarização.

De modo geral, o aluno da EJA ainda sofre muito preconceito por não fazer parte do ensino regular da maioria da população. Diante desse quadro tão sombrio, que fatores contribuíram para jovens e adultos desistirem da escola?

Em relação ao objetivo número 2, que foi identificar as causas da evasão. A partir deste estudo foi possível fazer um diagnóstico da evasão que mostra que em média (20%), dos alunos abandonam o curso. Uma particularidade observada em relação à evasão, refere-se ao período com maior incidência de abandono, constatando-se que os casos de evasão são maiores ao final do último semestre letivo, ou seja, os alunos neste último período sentem-se cansados e desmotivados para ir até o final.

Dentre as inúmeras causas apontadas pelos ex-alunos estão: excesso de falta na escola. O aluno ao final do dia está exausto, sem forças para estar em uma sala de aula, e começa a faltar. A própria instituição de ensino, após 15 dias consecutivos sem a presença do aluno, faz o cancelamento da matrícula.

O fato de ter que gerar renda para o sustento da família, está entre um dos principais motivos que levam à evasão. Optam pelo trabalho, prescindindo da educação e tecnicamente a responsabilidade com a família fica em ponto de igualdade entre homens e mulheres, pois muitas delas são quem garante o sustento dos filhos.

Isso ocorre em função das muitas responsabilidades assumidas como trabalhadores que se veem pressionados pelo próprio contexto em que estão inseridos, tendo muitas vezes que escolher entre a escola e a família, ou entre a escola e o trabalho, ou ainda em função da própria escola que não está preparada para atender os interesses destes alunos, compreender suas dificuldades e promover um ensino que os motive a não desistir.

O cansaço, a falta de interesse dos alunos e dos pais a despeito da educação oferecida, gravidez precoce, drogas, a faixa etária, a falta de transporte e a distância da escola foram as causas apontadas que tem levado os alunos da EJA a ficar fora da sala de aula.

Um convívio familiar conflituoso, metodologias inadequadas, leva-nos a perceber que a evasão não está relacionada apenas com o ambiente interno escolar, mas também está relacionado a família, às políticas de governo, ao próprio aluno, que dependendo da situação econômica não tem interesse ou não vê utilidade em continuar os estudos, para no futuro ter uma profissão, ou pelo menos concluir o ensino médio.

Diante desse cenário, podemos perceber que existem inúmeros motivos para o aluno não concluir o ano letivo. E muito embora possa parecer que as causas são comuns

a todos os alunos, foi possível perceber também que existem motivos diferentes para essa desistência. Em suma, as condições precárias enfrentadas por estes alunos, contribuem para a perda de interesse pela escola, o que desencadeia à evasão. E esta evasão acaba trazendo graves consequências para estes estudantes.

Em relação objetivo número 3, buscou-se investigar as consequências da evasão.

Diante dos dados que fora apurado, sem dúvida, a desigualdade social se apresenta como sendo a mais grave. Nitidamente as condições econômicas das famílias afeta a vida escolar dos filhos, e quanto maior as desigualdades econômicas e sociais, mais desigual são os resultados educacionais. Dessa forma, fica claro que numa sociedade onde as crianças e os jovens vivem em famílias com as mesmas características socioeconômicas, não haverá desigualdade de oportunidade. Porém, uma vez que haja desigualdade esta acarretará diversos tipos de problemas que vão desde a desnutrição, a fome, a carência cultural e afetiva, falta de condições materiais até chegar as injustiças sociais.

A falta de motivação, foi outra consequência apontada neste estudo. E isso nos faz crer que a baixa motivação do aluno, leva a uma queda no investimento pessoal, a não executar bem as tarefas escolares, o que impede o exercício da cidadania. O aluno desengajado, desmotivado causa malefícios para sua vida e para a sociedade. Segundo os participantes da pesquisa, encontram dificuldade para entrar no mercado de trabalho, tem baixo autoestima e dificuldade de relacionamento tanto profissional quanto socialmente.

Com relação ao objetivo número 4, que evidencia os desafios dos professores da EJA, concluem-se que os educadores da EJA enfrentam inúmeros desafios no desenvolvimento de sua prática docente. Apesar de todos os seis (06) professores da escola que fez parte desse estudo, terem formação acadêmica em suas respectivas áreas de atuação, eles se sentem desafiados dia após dia.

As turmas são heterogêneas, formadas por alunos onde existe uma grande disparidade com relação a faixa etária, até mesmo disparidade de gênero, ou bem mais mulheres, ou bem mais homens, as vivências de cada um, bem como a evasão. Arelado a esses motivos, estão ainda a maneira acanhada com que se portam na sala de aula, sentindo-se inferiores, com uma autoestima tão baixa que chega a ser deprimente. Eles

não costumam interagir com o ambiente escolar, e sentem dificuldade em aprender os conteúdos.

Para driblar todas essas situações, os docentes apontam que vão buscando caminhos alternativos que favoreçam o processo de ensino, como criações próprias de cada um diante das circunstâncias que vão surgindo.

É difícil trabalhar em uma turma em que os alunos não vem as aulas todos os dias. Os meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia, diante disso ele não se veem encorajado a frequentar a escola assiduamente. Os conteúdos veiculados em sala de aula, não são significativos para tornar a frequência atrativa e motivadora para eles.

A heterogeneidade da turma torna o trabalho do docente extremamente difícil. Isto porque alguns aprendem rápido, leem e escrevem bem, enquanto outros, e é maioria tem muita dificuldade pra ler, escrever e, principalmente entender os conteúdos.

A juvenilização é mais um desses desafios que os docentes precisam enfrentar. Ela tomou conta do turno noturno e trouxe consigo a falta de respeito, de limites e rebeldia. Os jovens, quando chega nesta modalidade, em geral, estão desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de dois ou mais anos. Nesse novo contexto, muitos sentem-se perdidos, principalmente em relação a inserção no mercado de trabalho e a importância do estudo para sua vida.

Daí a importância da formação continuada, pois além dos desafios comum já bastante conhecido, há situações que demanda conhecimentos e estratégias específicas para saber lidar. Um exemplo, é a situação do aluno que vem pra escola com liberdade assistida. Ele não vem a escola pra estudar, ele vem pra cumprir a ordem judicial.

Como desafio apontado pelos docentes, está também a falta de material didático específico, pra se trabalhar com este aluno, uma grade curricular que não atende a realidade desse público, o que contribui para evasão escolar. Além do mais, o educando já tendo passado por um processo de ensino, em sua infância, e tendo sido excluído do sistema escolar, evadindo da escola, vivem hoje uma situação de insegurança, sentindo-se humilhado e não acredita na própria capacidade de aprender. Tudo isso impacta na atuação do docente, em desenvolver de forma satisfatória o seu trabalho.

Com relação ao objetivo número 5, concluímos os objetivos propostos neste estudo, conhecendo as ações implementadas pela escola no sentido de motivar os estudantes a não deixar a escola.

A modalidade da Educação de Jovens e Adultos em sua constituição passou por diversas tensões e corresponde a um campo fragilizado da educação, visto que é direcionada aquelas pessoas que não foram escolarizadas no período regular. Além da particularidade do retorno da idade adulta para os bancos escolares, os estudantes da EJA ainda sofrem com estereótipos de incapazes e culpados pela sua condição de não escolarizados.

Essa situação desafia os professores da EJA a buscar mecanismos, métodos e ações que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o professor é o incentivador, o mediador dos seus alunos. Esses educadores devem ser comprometidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos incessantemente cada vez mais relacionados a realidade do educando.

Diante dessas dificuldades os educadores foram convidados a apresentar estratégias de ação para o enfrentamento desses desafios. As respostas levam a conclusão que, eles criam por si mesmos alguns caminhos para conto e encornar ou minimizar o problema.

Dentre as iniciativas apontadas pelos educadores como caminho para o enfrentamento da evasão está a persistência. Convencê-los e encorajá-los para que caso se evadam, retornem e permaneçam na escola. Fazem isso sempre no intervalo das aulas. A partir disso, todos são ouvidos (educandos e educadores) para que dentro da heterogeneidade e diversidade sociocultural de cada um se encontre soluções viáveis para os problemas. Também são motivados a acreditar em seu potencial.

Por se tratar de uma turma onde a diversidade está presente, chegamos à conclusão que os educadores trabalham de maneira equalizadora, para não beneficiar ou prejudicar um em detrimento do outro, mas atender a todos de acordo com as necessidades de cada um.

Também buscam algo diferente nas didáticas, para tentar atraí-los, como por exemplo, colocar filmes, organizar pequenas excursões aos engenhos que são bem próximos da cidade; levá-los para conhecer os pontos turísticos. Segundo os educadores,

trata-se de uma maneira de inseri-los num contexto sociocultural, para que se sintam integrados a cultura local.

Um caminho de superação também passa pela prioridade dos educandos que apresentam dificuldades cognitivas, complexo de inferioridade, e múltiplas diversidades, através de discussões com todo o corpo docente, trocando experiências, compartilhando dúvidas e novas descobertas.

De acordo com uma realidade específica, trabalhar com temas que façam sentido para estes educandos, com textos apropriados a essa heterogeneidade e diversidade, trazendo o cotidiano de cada um para a sala de aula. Essa alternativa de trazer o cotidiano de cada um para a sala de aula, vai ao encontro da teoria de Freire (1987) de que os seres humanos podem refletir sobre suas limitações e projetar a ação pra transformar a realidade.

Finalizando as ações propostas, percebemos uma postura de acolhimento desses educadores em relação aos seus educandos. Eles insistem na importância da escuta, do diálogo e reafirmam a relevância da aprendizagem, demonstrando o valor que ela agrega em sua vida. Reafirmam que o acolhimento do educando é imprescindível, porque eles chega para o processo de ensino depois de uma história de longa desistência e desmotivação com relação ao estudo. Diante desse quadro, o incentivo, o estímulo a autoconfiança surge como tarefas docentes no decorrer do seu trabalho, para transformar a realidade e resgatar os laço com a educação popular.

Nesse sentido esses educadores buscam o trabalho coletivo, trocam experiências, dialogam com seus pares, relacionam os saberes construídos na prática, com os saberes sistematizados das disciplinas específicas tradicionais para o enfrentamento da evasão escolar e o direito à educação.

RECOMENDAÇÕES

Confirme mencionado no decorrer desta pesquisa, o estudo evidenciou uma questão desafiadora a todos que atuam no campo da educação: a evasão escolar.

O direito a educação, é um direito de todos com abrangência universal. Dentro da Constituição Federal de 1988, o direito referido é fundamental para todos os cidadãos.

A Constituição Federal determina que o direito a educação não é somente garantia de acesso e a permanência no ensino básico, mas também, a garantia de um padrão de qualidade para todos. Para complementar o que está na constituição, existe ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Juntos, esses três mecanismos possibilitam a todo cidadão brasileiro, o direito a escola pública, permitindo que nenhuma criança, jovem ou adulto deixe de iniciar ou completar seus estudos.

Apesar do reconhecimento universal da educação e da determinação da Constituição Federal, milhares de crianças, jovens e adultos estão fora da sala de aula, sem conseguir usufruir plenamente esse direito, resguardado nas diferentes leis nacionais.

A pesquisa mostrou que a medida que o aluno vai avançando em seus estudos, surgem diversos problemas que o afastam da vida escolar, caracterizando o fenômeno da evasão.

Essa constatação chama a atenção, para um problema que merece ser estudado profundamente com muita responsabilidade, pois suas consequências repercutem diretamente nas esferas social, econômica e cultural, e não apenas do aluno evadido, mas da sociedade como um todo.

Com base no nosso estudo, como proposta de melhorias, recomendamos algumas ações, acreditando que uma semente de conscientização e sensibilização foi plantada numa instituição escolar que trabalha com pessoas jovens e adultas carentes e necessitadas de acolhimento independente da idade.

Recomendações:

- ▶ identificar as causas da evasão;

- ▶ estabelecer estratégias personalizadas de acordo com cada situação;
- ▶ Estabelecer contato com a família do educando;
- ▶ Fazer reuniões para avaliar o aluno para detectar se há dentro do corpo discente estudantes propensos a se evadir;
- ▶ Buscar maneiras de incentivá-los e motivá-los através de novas metodologias;
- ▶ Buscar soluções conjunta em parceria com a família e colegas de outras instituições que tiveram êxito em suas ações;
- ▶ Investir em qualificação docente e criar um ambiente acolhedor e inclusivo.

Diante do que conseguimos apreender da realidade que cerca os alunos evadidos da modalidade EJA que fizeram parte da pesquisa, cabe a nós, enquanto educadores, falar da importância dessa modalidade, mostrando o quanto ela pode contribuir para inserção desses educandos na sociedade, e o quanto eles podem se beneficiar através do conhecimento. Em suma, devemos não apenas como docentes, mas enquanto sociedade, onde souber que tem pessoas analfabetas jovens ou adultas, não prescindir de falar sobre a relevância da educação e incentivá-las a procurar uma escola de EJA.

REFERÊNCIAS

- Alvares, S. C. (2010). *Educação estética para jovens e adultos, a beleza no ensinar e no aprender*. São Paulo: cortez.
- Amaral, L. A.; Costa, L. R. (2005). Causas e Consequências da Evasão Escolar no Ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal “Ezequiel Alves dos Ramos” – Tailândia/PA. Disponível em: <http://files.comunidades.net/livaldoamaral/CAUSAS_E_CONSEQUENCIAS_DA_EVASÃO_ESCOLAR.pdf> Acesso em: 28 jan. 2023.
- Antônio, F. (2002). *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra.
- Apple, M. W. (2017). *A educação pode mudar a sociedade?* Rio de Janeiro: Vozes.
- Apolinário, F. (2006). *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Thomson.
- Arbache, A. P. B. (2001). *A Formação do Educador de pessoas e Adultos Numa Perspectiva Multicultural Crítica*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora.
- Arroyo, M. (2010). *A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão: In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos: Brasil: UNESCO, MEC, RAAB.*
- _____. (2017). *Pedagogia das relações de trabalho*. Trabalho & Educação. Belo Horizonte.
- _____. (2019). *Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ausubel, D. (2003). *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano.
- Azevedo, F. V. M. (2011). Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2.
- Bhering, E. Siraj-Blatchford, I. (2009). *A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas.
- Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Boff, L. (1997). *A águia e a galinha, uma metáfora da condição humana*. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. Constituição. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da

- Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.
- _____. Lei 8.069, de 13 julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- _____. (2000). *Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 11/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- _____. (2010). Ministério da Educação. Programas e Ações da Educação Básica a serem consideradas no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Brasília.
- _____. (2021). Ministério da Educação. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF.
- Bossa, N. (2002). *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed.
- Bourdieu, P. (2000). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- Cabral, C. G. L. (2018). Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso? Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos. Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Artigo-Carine.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2022.
- Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.
- Cavalcanti, M. J. (1998). *Práticas de leitura na educação de jovens e adultos: da vida para à escola e da escola para a vida*. Tese (Doutorado Programa pós graduação em educação). Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE. Recife.
- Campoy, T. (2018). *Metodologia da la investigación científica*. Ciudad del Este (Py) U.N.C. del Este.
- Campos, B. P. (2003). *Educação e desenvolvimento pessoal e social*. Porto Alegre: Afrontamento.
- Colello, S.M.G. (2003). A pedagogia da exclusão no ensino da língua escrita.

- Disponível Em :<<http://hottopos.com/videtur23/silvia.htm/>>. Acesso em: 15 de jul/2022.
- Cormelato, D. M. (1988). *Os trajetos do imaginário e a alfabetização de adultos*. Pelotas, RS: EDUCAT- editora da Universidade católica de Pelotas.
- Demo, P. (2020). *O porvir desafio da linguagem do século XXI*. Curitiba: Ibpex.
- Dias, D. A. (2013). Importância da relação terapêutica. Comporte-se psicologia e análise do comportamento. Portal comporte-se. Disponível em:<http://www.comportese.com2013/06/aimportancia-da-relação-terapeutica-napraticaclinica/>.
- Digiácomo, M.J. (2012). *Evasão escolar: não basta comunicar e lavar as mãos*. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/criança-e-adolescente/educacao/doutrinas_e_artigos/evasão_escolar_murilo.pdf.
- Dimenstein, G. (2007). O massacre dos inocentes. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd1/40507>.
- Di Pierro, M. C. de e Haddad, S. (2001). Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação: ANPED*. São Paulo.
- _____. (2009). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 58-77.
- Dowbor, L. (2009). *Educação e desenvolvimento local. Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Engels, F. (2009). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ferreira, L. A. M. (2013). *Direito da criança e do adolescente: direito fundamental à educação*. Presidente Prudente, SP.
- Fonseca, C. S. ((2007). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica.
- Foucault, M. (2008). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Freire, P. (1989). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2002). *Educação como prática da liberdade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2009). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2011). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do*

- oprimido*. 3ª ed. São Paulo: paz e terra.
- Gadotti, M. (2010). *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- _____. (2013). *Gestão democrática com participação popular: planejamento e organização da educação nacional*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- _____. (2017). *Educação de jovens e a teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.
- Gaioso, N. P. L. (2005). *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 75p. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB. Brasília.
- Gatti, B.A., et al. (1981). Reprovação na 1ª série do 1º grau: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, p. 3-13, ago.*
- Gentili, P. (2006). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Giúdice, M. D. (2013). Quem fracassa com o fracasso escolar? In: *Acervo Educarede*.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gonh, M. G. (2005). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
- Graciano, M. (2015). *Educação é direito humano*. São Paulo: Ação educativa.
- Haddad, S. (2001). *A educação continuada e as políticas públicas no Brasil*. Ribeiro, V. M. (Org.). In: *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa.
- Krawczyk, N. (2018). *O ensino médio no Brasil*. São Paulo: Ação educativa.
- Kruppa, S. M. P. (2016). *Sociologia da educação*. Ed, rev. e atual. São Paulo: Cortez.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2003). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Libâneo, J.C. (2014). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5ª ed. rev. ampl. Goiânia: Alternativa.
- Lukács, G. (1978). *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Machado, M.M. (2013). *Formação de Educadores de Jovens e Adultos*. Brasília: Secadi.
- Maitê, R.S.; Arraes, S.A. (2015). *Determinantes da evasão e da repetência escolar*. Encontro nacional.
- Meira, M.E.M. (2003). *Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar*:

- contribuições da pedagogia histórico-crítica*. In: MEIRA, M.E.M.; ANTUNES, A.M. (Org.). *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do psicólogo, p. 13-78.
- Minayo, M.C. S.; Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro, v. 9, nº 3, p. 239-262, 1993*.
- Moura, T. M. M. (2001). *A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Freireiro e Vygotsky*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL.
- Moura, M. G. C. (2003). *Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica*. Curitiba: Educarte.
- Nogueira, A. A. S. (2012). *Educação de jovens e adultos na cidade de Natal: uma reflexão sobre insucesso e sucesso*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Nunes, C. do S. C. (2010). A função social da escola e sua relação com a avaliação escolar e os objetivos de ensino. *Trilhas, Belém, v. n. 2, p. 56-65*.
- Noe, A. (2000). A relação educação e sociedade os fatores sociais que intervêm no processo educativo. *Avaliação (Campinas) [online]. vol.05, n.03, pp.21-26. ISSN 1414-4077*.
- Oliveira, P. C. S.; Eiterer, C. L. (2012). *Evasão Escolar de Alunos Trabalhadores na EJA*. In: SENEPT – Seminário Nacional de Educação profissional e tecnológica. 1., 2012. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: CEFET MG, 2008, p. 1-7. Disponível em: acesso em: 22 jan. 2023.
- Oliveira, M. A. S. de. (2009). O regresso à escola dos alunos em abandono escolar – Contributo de um Programa Integrado em Educação em Educação. 191 f. Tese de Doutorado – Curso de Mestre em Administração e Planificação da Educação, Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, Porto. Disponível em: <http://www.nucleodoconhecimento-nobrasil>. Acesso em: 02 de fev 2023.
- Oliveira, R.P. (1999). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: Unesco.
- Oliveira, M. K. (1989). Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. São Paulo. *Revista Brasileira de Educação, nº 12 pp 59-73, set*.
- ONU - Organização das Nações Unidas. (2015). Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Php.>. Acesso em :16 nov.2022.
- Paiva, V. P. (2000). *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5º ed. São Paulo:

- Loyola, Ibrades.
 _____ . (1983). *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola.
- Pereira, U.(2010). Projetos implementados pela ETERN e CEFET no período (1995-2005):*implicações para o Ensino Médio e a Educação Profissional*.
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4ª ed. São Paulo. Casa do psicólogo, 1991.
- _____. (1997). *A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro*. São Paulo: Psicologia USP.
- Paula, V. M dos S. R de. *Fracasso escolar: quem são os culpados?*118p. (Dissertação de mestrado), Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- Piaget, J. (1991). *A noção do tempo na criança*. Rio de Janeiro: Record.
- Porcaro, R. C. (2011). *Revistando estudos sobre a formação do educador de EJA: As contribuições do campo*. In:_____. *Educação de Jovens e Adultos: O que revelam as pesquisas*. (Org.). Leôncio S. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleção estudos em EJA).
- Queiroz, L. D. (2005). *Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social*. 25ª Reunião anual da Anped, Caxambu, v. 1, n.1, pp. 01-10, set/out, 2002. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivo.pdf>>. Acesso em: 18. maio, 2023.
- Ribeiro, V. M. (1991). *Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamenta*. São Paulo: Ação Educativa.
- Richardson, R. J (1999). *Pesquisa social*: São Paulo: Atlas.
- _____. (2016). *A formação de educadores e a constituição de Jovens e adultos como campo pedagógico*. São Paulo: Ação Educativa.
- Rocha, L. E. (2009). *Educação e direito – uma luta cidadã*. 178p. (Tese de doutorado), Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Sacristán, J (2005). *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed.
- Salmazo, J.; Nardoque, S. (2012). *A educação escolar no campo e evasão escolar*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia.
- Sampieri, R. H. Collado, C. H., Lucio, P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução:Murad, F. C. Kassner, M. Ladeira, S.C.D. 3ª ed. São Paulo. McGraw-Hill.
- Santos, M. L. L. (1994). *Educação de Jovens e Adultos. Marcas da violência na*

- produção poética*. Passo Fundo. UFP.
- Schwartzman, S. (2005). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva Filho, R. B., & Araújo, R. M. de L. (2017). *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências*. *Educação Por Escrito*, 8(1), 35–48. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>
- Silva, R. B.S. (2018). *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências*. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, M. R. (2019). *Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio*. São Paulo, Ahead of prin.
- Sposito, M. P. (2013). *A recusa da escola*. In: *A Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. Sãob Paulo. Hucitec.
- Souza Junior, M. R. de. (2012). *A Fundação Educar e a Extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil*. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Teixeira, A. (1935). *Educação pública: administração e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação.
- Teixeira, M. C. (2000). O direito à educação nas constituições brasileiras. *Revista da Faculdade de Direito – Universidade Metodista de São Paulo, SP*, v.5, n.5, p. 146-168, abr.
- Teodoro, A. (2011). Um olhar sobre o Brasil-Desafios na educação. *Jornal “a Página”* ano 13, nº 132, p.9. Disponível em: <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?!ID=2994>>. Acesso em: 24 de maio 2023.
- UNESCO. *Declaração de Hamburgo e agenda para o futuro: V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Hamburgo, Alemanha, 1997*. Lisboa: UNESCO, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1998.

APÊNDICE

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

CARTA DE APRESENTAÇÃO

De: Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Autônoma de Assunção

Para Ilmo (a) Sr (a) _____

Prezado (a) aluno (a)

Dirijo-me a V.Sa., com o objetivo de solicitar sua participação no projeto de pesquisa que estou desenvolvendo, na condição de mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, sob a orientação da professora, Dra. Daniela Ruíz Dias. O projeto é intitulado: **Evasão escolar na educação de jovens e adultos do ensino médio na escola Erem Dr. Joaquim Correia Vicência PE**. Este estudo se constitui de tema de dissertação para conclusão do curso. Entretanto, esse conhecimento só será possível, se eu puder contar com a sua participação através do preenchimento do questionário referente à sua vivência e experiência com relação à temática em questão. Desta da forma, gostaria de contar com a sua participação por meio do preenchimento de um questionário que será em local e horário estabelecido em comum acordo, com tempo de duração de 20 a 30 minutos. Posso lhe assegurar que todos os dados fornecidos serão confidenciais. Consciente da importância da sua contribuição para o desenvolvimento do estudo, agradeço-lhe antecipadamente, comprometendo-me a compartilhar os resultados da pesquisa, com V.Sa. e a equipe da escola pesquisada, tão logo o mesmo esteja concluído.

Em breve, entrarei em contato com V.Sa. via telefone ou pessoalmente, para agendarmos dia e horário pra o preenchimento do questionário. Qualquer dúvida ou informação, deixo à disposição o telefone (81) 9 9777 7075 ou através do e-mail gilbertojr1982@gmail.com.

Atenciosamente,

Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Vimos por meio deste informar que o questionário a ser preenchido neste dia, faz parte da pesquisa: **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio na escola Erem Dr. Joaquim Correia Vicência PE**, desenvolvida por mim, Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção. Importante pedirmos seu consentimento e autorização no que se refere à utilização de suas respostas, na íntegra ou em parte para o desenvolvimento de minha dissertação. É importante destacar que será mantido sigilo absoluto sobre sua identidade, sendo citado apenas os dados selecionados como relevantes para a análise do estudo. Qualquer esclarecimento, consultar o mestrando Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior pelo telefone (81) 9 9777 7075.

Eu, _____ RG: _____

CPF: _____ declaro que cedo os direitos de uso das respostas para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Vicência, _____ de _____ 2023.

Discente

3. QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS EX-ALUNOS



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

GILBERTO CORDEIRO DE ANDRADE JÚNIOR

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS EX-ALUNOS

Data da aplicação: _____/_____/_____

Prezado(a) Bom dia!

Atualmente estou terminando meu curso de Mestrado em Ciências da Educação, na Universidad Autónoma de Asunción, e no final do Curso fazemos uma pesquisa sobre um tema do nosso interesse. O meu estudo tem como tema: A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do ensino médio na escola Erem Dr Joaquim Correia, Vicência PE. O objetivo dessa pesquisa é compreender as razões que leva esses estudantes a se evadirem das escolas antes de concluir as etapas de ensino. Nas questões não há respostas certas ou erradas, porém, se faz necessário franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos que indique os fatores que tem levado as desistências na terceira fase do ensino médio da EJA. Sua contribuição é muito valiosa, e eu sou grato desde já.

OBS: As informações coletadas serão utilizadas unicamente para fins da pesquisa e sua identidade não será revelada.

1. Nome

2. Idade _____ sexo: () masculino () feminino
3. Estado civil: () solteiro () casado () união estável () outro
4. Tem filhos? () Sim () Não. Caso seja sim, quantos? _____
5. Onde mora? () zona rural () zona urbana
6. Você participa de algum programa de ajuda do governo?
Qual? _____
7. Trabalha? () Sim () Não. Caso responda sim, qual a
profissão? _____
8. O que levou você a desistir de frequentar a
escola? _____

9. Que tipos de consequências, essa desistência acarretou em sua
vida? _____

10. O que motivaria você a voltar a
estudar? _____

4. QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS DOCENTES



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

GILBERTO CORDEIRO DE ANDRADE JÚNIOR

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS DOCENTES

Data da aplicação: _____/_____/_____

Prezado(a) Bom dia!

Atualmente estou terminando meu curso de Mestrado em Ciências da Educação, na Universidad Autónoma de Asunción, e no final do Curso fazemos uma pesquisa sobre um tema do nosso interesse. O meu estudo tem como tema: A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do ensino médio na escola Erem Dr Joaquim Correia, Vicência PE. O objetivo dessa pesquisa é compreender as razões que leva esses estudantes a se evadirem das escolas antes de concluir as etapas de ensino. Nas questões não há respostas certas ou erradas, porém, se faz necessário franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos que indique os fatores que tem levado as desistências na terceira fase do ensino médio da EJA. Sua contribuição é muito valiosa, e eu sou grato desde já.

OBS: As informações coletadas serão utilizadas unicamente para fins da pesquisa e sua identidade não será revelada.

1º) Idade: _____

a. Sexo:

() Masculino

() Feminino

- b. Possui formação superior? () Sim () Não
- c. Estado civil casado(a) () Sim () Não; solteiro sim () Não ()
- d. Onde mora zona urbana () zona rural ()

2°) A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica da educação. Há alguma dificuldade em atuar nesta área?

3°) É uma grande responsabilidade atuar nesta modalidade, pois trata-se também de um público específico. O Ministério de Educação e Cultura (MEC), oferece cursos para se trabalhar nesta área?

4°) Qual a relevância da Educação de Jovens e Adultos no cenário educacional brasileiro?

5°) O que leva o aluno a interromper os estudos nesta modalidade?

6º) A diversidade encontrada na Educação de Jovens e Adultos comporta também questões de gênero. Na escola Erem Dr. Joaquim Correia, há mais homens ou mulheres nesta modalidade?

7º) O que motiva o aluno a retornar aos estudos?

8º) Quais são os principais consequências da evasão escolar na modalidade EJA?

9º) Quais os pontos positivos da EJA?

10º) O que pode ser feito para melhorar a educação da EJA?

ANEXOS

5. TERMO DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Vimos por meio deste termo solicitar sua avaliação, com a finalidade de validar os instrumentos: questionários semiestruturado que fizeram parte desta pesquisa, intitulada, **EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA EREM DR. JOAQUIM CORREIA VICÊNCIA PE**, desenvolvida por mim, Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Autónoma de Asunción.

Seguem os objetivos específicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Fazer um levantamento sociodemográfico (perfil) dos ex-alunos da EJA;
- 2) Analisar as causas da evasão escolar;
- 3) Investigar as consequências da evasão;
- 4) Verificar os desafios enfrentados pelos professores dessa modalidade de ensino;
- 5) Conhecer as ações implementadas pela escola no sentido de motivar os estudantes a não deixar a escola.

Qualquer dúvida ou informação, deixo à disposição o telefone (81) 9 9777 7075 ou através do e-mail gilbertojr1982@gmail.com

Vicência, _____ de _____ 2024.

6. Localização do Estado de Pernambuco no Brasil

